

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE

KELLY CRISTHEL DO NASCIMENTO PIMENTEL

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E ARGUMENTATIVOS DO GÊNERO TEXTUAL
ARTIGO DE OPINIÃO

GOIÁS - GO
2023

KELLY CRISTHEL DO NASCIMENTO PIMENTEL

**ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E ARGUMENTATIVOS DO GÊNERO TEXTUAL
ARTIGO DE OPINIÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Língua, Literatura e Interculturalidade
como pré-requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Eleone Ferraz de Assis
(UEG/POSLLI)

GOIÁS - GO

2023



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Kelly Cristhel do Nascimento Pimentel

E-mail: kellycristhel@gmail.com

Dados do trabalho

Título: Aspectos organizacionais e argumentativos do gênero textual artigo de opinião

Tipo:

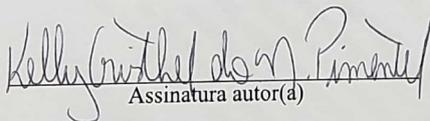
Tese Dissertação

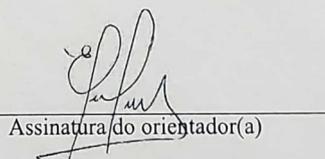
Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade

SIM NÃO

¹ Período de embargo é de até **um ano** a partir da data de defesa.

Goiás-GO, 10 de outubro de 2023


Assinatura autor(a)


Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

P644a Pimentel, Kelly Cristhel do Nascimento.
Aspectos organizacionais e argumentativos do gênero textual artigo de opinião [manuscrito] / Kelly Cristhel do Nascimento Pimentel. – Goiás, GO, 2023.
124 f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Eleone Ferraz de Assis.
Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Gênero textual. 1.1. Artigo de opinião. 1.1.1. Aspectos organizacionais. 1.1.2. Argumentação. 1.1.3. Verbo dicendi.
I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 81'42

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 22/2023

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três às nove horas, realizou-se o Exame de Defesa da dissertação da mestranda Kelly Cristhel do Nascimento Pimentel, intitulado *“Aspectos organizacionais e argumentativos do gênero textual artigo de opinião”*. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Dr. Eleone Ferraz de Assis – Presidente – (POSLLI/UEG), Dra. Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque (UFMT) e Dra. Marília Silva Vieira (POSLLI/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pela mestranda e seu orientador. Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o(a) presidente da banca examinadora, proclamou o resultado, segundo o qual a dissertação foi aprovada. Cumpridas as formalidades de pauta, às 12h10min a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goiás-GO, 19 de setembro de 2023.

Prof. Dr. Eleone Ferraz de Assis (POSLLI/UEG)

Profa. Dra. Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque (UFMT)

Dra. Marília Silva Vieira (POSLLI/UEG)

autentique

Autenticação eletrônica 2/2
Data e horários em GMT -03:00 Brasília
Última atualização em 21 set 2023 às 10:52:37
Identificação: #2d4635928367e93d94169336713f01abdfc46e928b606a4e

Página de assinaturas

Eleone Assis
846.534.931-20
Signatário

Marília Vieira
736.497.321-49
Signatário

Lennie Bertoque
720.452.481-00
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|--|---|
| 20 set 2023
07:47:29 | | Eleone Ferraz de Assis criou este documento. (E-mail: leo.seleprot@gmail.com, CPF: 846.534.931-20) |
| 20 set 2023
07:47:30 | | Eleone Ferraz de Assis (E-mail: leo.seleprot@gmail.com, CPF: 846.534.931-20) visualizou este documento por meio do IP 177.201.114.244 localizado em Goiânia - Goiás - Brazil |
| 20 set 2023
07:47:38 | | Eleone Ferraz de Assis (E-mail: leo.seleprot@gmail.com, CPF: 846.534.931-20) assinou este documento por meio do IP 177.201.114.244 localizado em Goiânia - Goiás - Brazil |
| 21 set 2023
10:48:50 | | Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque (E-mail: lenniearyete@yahoo.com.br, CPF: 720.452.481-00) visualizou este documento por meio do IP 143.255.216.78 localizado em Barra Do Garças - Mato Grosso - Brazil |
| 21 set 2023
10:52:37 | | Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque (E-mail: lenniearyete@yahoo.com.br, CPF: 720.452.481-00) assinou este documento por meio do IP 143.255.216.78 localizado em Barra Do Garças - Mato Grosso - Brazil |
| 20 set 2023
07:52:56 | | Marília Silva Vieira (E-mail: vieirasmarilia@gmail.com, CPF: 736.497.321-49) visualizou este documento por meio do IP 177.128.53.157 localizado em Faina - Goiás - Brazil |
| 20 set 2023
07:53:15 | | Marília Silva Vieira (E-mail: vieirasmarilia@gmail.com, CPF: 736.497.321-49) assinou este documento por meio do IP 177.128.53.157 localizado em Faina - Goiás - Brazil |

AGRADECIMENTOS

À Deus, agradeço por Sua misericórdia em minha vida e por sua provisão, por sua graça em atender meus desejos mais profundos, por cada porta aberta e por cada porta fechada, por estar comigo em todos os momentos difíceis e por acalmar meu coração diante das adversidades. Àquele que comanda minha vida e que reconheço como o dono de todo conhecimento, na terra e para além da terra. Obrigada, Jesus!

Ao Prof. Dr. Eleone Ferraz de Assis, obrigada pela oportunidade como sua orientanda no mestrado acadêmico e por sua confiança em mim.

Aos professores componentes do quadro docente do POSLLI. Obrigada, por compartilhar os conhecimentos de suas respectivas áreas.

Aos professores doutores Leosmar Aparecido da Silva e Déborah Magalhães de Barros, pelas observações certeiras e pelas sugestões precisas feitas ao trabalho no exame de qualificação.

Às professoras doutoras Marília Silva Vieira e Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque agradeço pelas valiosas contribuições realizadas durante a defesa.

A todos os participantes do Grupo de Estudo em Transitividade Verbal da Universidade Estadual de Goiás Campus Cora Coralina, que, por intermédio das discussões, promoveram conhecimento que ajudaram na elaboração desta dissertação.

À Prof.^a Dr.^a Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque, um exemplo de sabedoria, esforço e simplicidade. Obrigada por me ajudar a trilhar o caminho da pesquisa desde a graduação.

Ao meu esposo, Murilo Henrique da Silva Ribeiro. Obrigada, por não me deixar desistir, por ser meu suporte e meu companheiro. Sem seu apoio e sua ajuda diária eu não teria conseguido.

À minha mãe Silvinha Faustina, pelas orações, pelo exemplo de vida e de fé.

Ao meu pai Telmo Pimentel, por ter me ensinado o caminho do amor pelos estudos.

A todos os meus familiares e amigos que desejaram o meu sucesso desde o início, muito obrigada.

À Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pelos anos de formação inicial na graduação.

À Direção, Coordenação e Secretaria do POSLLI, pela ótima convivência acadêmica e pessoal e pelo suporte mesmo à distância.

*Pois Deus não nos deu espírito de medo,
mas de poder, de amor e de equilíbrio.
2 Timóteo 1.7*

PIMENTEL, Kelly Cristhel do Nascimento. Aspectos organizacionais e argumentativos do gênero textual artigo de opinião. 2023. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2023.

RESUMO

Este trabalho defende que a língua se constitui na interação. Nesse sentido, a linguagem é vista como um processo dinâmico e sociointeracionalmente dependente. Assim, as expressões linguísticas, ainda que expressas em situações de maior monitoramento, como na escrita de artigos de opinião, revelam os conhecimentos, as crenças e os juízos que cada falante faz da realidade. Partindo dessa premissa, nesta pesquisa, pretendemos analisar os aspectos organizacionais e argumentativos do gênero textual artigo de opinião. Os pressupostos teóricos centram-se na perspectiva funcionalista da linguagem defendida por Neves (2000), Furtado da Cunha (2006), Castilho (2010), Givón (2001), Hopper e Thompson (1980), Cunha e Souza (2011); bem como na teoria dos gêneros textuais (BAKHTIN, 2003; MARCUSCHI, 2008; BEZERRA, 2022; MELO, 2003; ADAM, 2008; BRONCKART, 2006). O presente trabalho constitui-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa em que o *corpus* de análise são 09 artigos de opinião, publicados mês de novembro de 2021 no jornal “Folha de São Paulo”. A análise busca descrever os aspectos organizacionais, como estilo, composição e temática do gênero artigo de opinião; bem como o processo de transitividade dos verbos dicendi contribui para construção da argumentação nos texto-*corpus*. O resultado da análise dos dados confirma os apontamentos de Bakhtin, revelando uma relativa estabilidade nos aspectos composicionais dos artigos. Quanto à argumentação, percebemos que os articulistas utilizam frequentemente verbos dicendi como estratégias discursivas para fundamentar e sustentar seus argumentos. Diante disso, concluímos que a manutenção de uma certa relatividade nos aspectos organizacionais e a utilização dos verbos dicendi estão diretamente relacionadas ao propósito comunicativo dos artigos de opinião.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Artigo de opinião. Aspectos organizacionais. Argumentação. Verbo dicendi.

PIMENTEL, Kelly Cristhel do Nascimento. Organizational and argumentative aspects of the textual genre opinion article. 2023. Dissertation (Master in Language, Literature and Interculturality) – Campus Cora Coralina, State University of Goiás, Goiás, 2023.

ABSTRACT

This work argues that language is constituted in interaction. In this case, language is seen as a dynamic and socio-interactionally dependent process. Thus, linguistic expressions, even when expressed in situations of greater monitoring, such as writing opinion articles, reveal the knowledge, beliefs and judgments that each speaker makes of reality. Based on this premise, in this research, we intend to analyze the organizational and argumentative aspects of the textual genre opinion article. The theoretical assumptions are centered on the functionalist perspective of language defended by Neves (2000), Furtado da Cunha (2006), Castilho (2010), Givón (2001), Hopper and Thompson (1980), Cunha and Souza (2011); as well as in the theory of textual genres (BAKHTIN, 2003; MARCUSCHI, 2008; BEZERRA, 2022; MELO, 2003; ADAM, 2008; BRONCKART, 2006). The present work constitutes a research with a qualitative approach in which the *corpus* of analysis is 09 opinion articles, published in November 2021 in the newspaper “Folha de São Paulo”. The analysis seeks to describe the organizational aspects, such as style, composition and theme of the opinion article genre; as well as the process of transitivity of dicendi verbs contributes to the construction of arguments in the text- *corpus*.

The result of the data analysis confirms Bakhtin's observations, revealing a relative stability in the compositional aspects of the articles. Regarding argumentation, we perceive that the authors frequently use verbs of saying as discursive strategies to substantiate and support their arguments. Therefore, we conclude that maintaining a certain relativity in organizational aspects and the use of verbs of saying are directly related to the communicative purpose of opinion articles.

KEYWORDS: Gender. Opinion article. Organizational aspects. Argumentation. dicendi verb.

LISTA DE ESQUEMAS E QUADROS

ESQUEMAS

Esquema 1 - Verbos de elocução segundo Neves (2000, p. 49).	42
Esquema 2 - Relações entre os elementos da situação de comunicação, as práticas de linguagem e os gêneros.	55
Esquema 3 – Organização textual.	57
Esquema 4 – Os três níveis da arquitetura textual.	58

QUADROS

Quadro 1: Visão geral da transitividade verbal na perspectiva da gramática normativa.....	24
Quadro 2 - Parâmetros de Transitividade propostos por Hopper e Thompson.....	30
Quadro 3 - Traços pertinentes à individuação do objeto.....	36
Quadro 4 - Traços de Transitividade da passiva.....	38
Quadro 5 - Análise do gênero a partir do texto.....	51
Quadro 6 - Análise de gênero a partir do contexto.....	52
Quadro 7 - classificações dos tipos de interpretação dos verbos introdutores de opinião.....	64
Quadro 8 - funções organizadoras dos verbos introdutores de opinião.....	65
Quadro 9 - Dados de identificação dos artigos de opinião que constituem o <i>corpus</i>	72
Quadro 10 - Etapas e fases de análise do <i>corpus</i>	74
Quadro 11 - Artigo: linha fina e rede furada.....	77
Quadro 12 - Organização composicional do AO1.....	78
Quadro 13 - Artigo: curas milagrosas e a internet no Brasil.....	80
Quadro 14 - Organização composicional do AO2.....	82
Quadro 15 - Artigo: Democracias entre vidas, mortos e caminhos tortos.....	83
Quadro 16 - Organização composicional do AO3.....	85
Quadro 17 - Artigo: O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro.....	87
Quadro 18 - Organização composicional do AO4.....	89
Quadro 19 - Artigo: Os subsídios intocados e a viabilidade da renda básica universal.....	91
Quadro 20 - Organização Composicional do AO5.....	93
Quadro 21 - Artigo: Quem matou o bolsa família.....	95
Quadro 22 - Organização composicional do AO6.....	96
Quadro 23 - Artigo: Do pacote pró-corrupção às eleições.....	98
Quadro 24 - Organização composicional do AO7.....	99
Quadro 25 - Artigo: Rompa-se o teto.....	102
Quadro 26 - Organização composicional do AO9.....	103
Quadro 27 - Artigo: Governo Bolsonaro e os crimes contra a humanidade.....	105
Quadro 28 - Organização Composicional do AO10.....	106
Quadro 29 - Visão geral da Organização dos artigos de opinião.....	108
Quadro 30 - Verbos dicendi no AO1.....	110
Quadro 31 - Verbos dicendi no AO2.....	111
Quadro 32 - Verbos dicendi no AO3.....	112
Quadro 33 - Verbos dicendi no AO4.....	113
Quadro 34 - Verbos dicendi no AO5.....	113
Quadro 35 - Verbos dicendi no AO6.....	114
Quadro 36 - Verbos dicendi no AO7.....	115
Quadro 37 - Verbos dicendi no AO8.....	116
Quadro 38 - Verbos dicendi no AO9.....	116
Quadro 39 - Ocorrências com verbos dicendi.....	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A TRANSITIVIDADE EM LÍNGUA PORTUGUESA	18
1.1 A transitividade sob a ótica da Gramática Normativa.....	18
1.2 Transitividade verbal para a abordagem funcional.....	26
2. O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	47
2.1 Domínio discursivo jornalístico.....	47
2.2 Gênero textual.....	48
2.2.1 Artigos de opinião.....	59
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS	68
3.1 Tipo de Pesquisa.....	68
3.2 Constituição do <i>corpus</i>	70
3.3 Espaço de coleta de dados.....	73
3.4 Procedimentos de descrição e análise dos dados.....	74
4. ANÁLISE DOS DADOS	76
4.1 Análise da organização composicional, temática e estilo dos artigos de opinião	76
4.1.1 Linha fina e rede furada – FSP.....	76
4.1.3 Democracias entre vidas, mortos e caminhos tortos – FSP.....	83
4.1.4 O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro – FSP.....	87
4.1.5 Os subsídios intocados e a viabilidade da renda básica universal – FSP.....	90
4.1.6 Quem matou o Bolsa Família? – FSP.....	95
4.1.7 Do pacote pró-corrupção às eleições – FSP.....	98
4.1.8 Rompa-se o teto – FSP.....	101
4.1.9 Governo Bolsonaro e os crimes contra a humanidade – FSP.....	105
4.1.10 Resultado da análise da organização composicional dos artigos de opinião.....	108
4.2 Aspectos argumentativos do gênero artigo de opinião: os verbos dicendi e a transitividade.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

As expressões linguísticas emitidas em ocasiões comuns de interação revelam os conhecimentos, as crenças e os juízos dos falantes sobre a realidade, além de despontar os sentimentos que esses falantes possuem. Esse fato traz à tona a necessidade de serem propostos estudos que investiguem expressões linguísticas em uso nas interlocuções.

Os falantes utilizam expressões linguísticas que são organizadas no momento da interação, a fim de provocar alguma modificação na informação pragmática do interlocutor. Nesse processo, estão envolvidas a intenção do falante, a informação pragmática do falante e a antecipação que ele faz da interpretação do interlocutor (DIK, 1987). Por isso, não se trata de usar a língua apenas para se comunicar, mas para interagir com o mundo, fazendo interferências e sendo alvo das interferências externas e internas ao sistema.

Por considerar a linguagem dotada de intencionalidade e caracterizada pela argumentatividade, partimos do pressuposto de que, embora gêneros textuais como os artigos de opinião sejam comumente apresentados como sendo imparciais, o articulista ao incorporar certas expressões linguísticas ao texto pode provocar efeito persuasivo no leitor (MARCUSCHI, 2007). Em outros termos, partimos do entendimento de que “não há texto neutro, objetivo, imparcial: os índices de subjetividade se introjetam no discurso, permitindo que se capte a sua orientação argumentativa” (KOCH, 1996, p. 65), e, ainda, que tal subjetividade se faz visível pelos elementos selecionados para compor o texto, que assumem importante papel no processo de construção de sentidos.

Irmanado a essa assertiva, esta pesquisa busca analisar os aspectos organizacionais e argumentativos do gênero textual artigo de opinião. Esse gênero é amplamente difundido em diferentes suportes, como jornais, revistas e sites especializados, e constitui uma peça fundamental no debate e na expressão de ideias. Por compreendermos a relevância desse gênero textual na comunicação contemporânea, investigamos como os aspectos organizacionais e argumentativos corroboram com a construção da opinião nesse gênero. Dos aspectos organizacionais, investigamos a organização composicional, o estilo e a temática dos textos. Quanto aos aspectos argumentativos, descrevemos as contribuições da transitividade dos verbos dicendi na construção da argumentação.

Neste trabalho, utilizamos os conceitos de Bakhtin (2003), Marcuschi (2008), Bezerra (2022), Melo (2003), Adam (2008) e Bronckart (2006), para explorarmos a concepção de gênero textual e de artigo de opinião. Ao discutirmos a transitividade na língua

portuguesa, nos valem dos pressupostos de Givón (2001), Hopper e Thompson (1980) e Cunha e Souza (2011). E ainda, consideramos as ideias de Neves (2000) e Furtado da Cunha (2006) para tratarmos da concepção de verbos dicendi.

As questões de pesquisa deste trabalho consistem em entender: (i) Qual o papel que dos aspectos organizacionais (organização composicional, estilo e temática) e argumentativos na construção dos artigos de opinião? (ii) Como os verbos dicendi constituem estratégias discursivas utilizadas para fundamentar e sustentar argumentos em artigos de opinião? (iii) De que maneira a transitividade dos verbos dicendi contribui para construir a argumentação em artigos de opinião?

Assim, levantamos as seguintes hipóteses: (i) a organização composicional, estilo e temática) desempenha um papel essencial na construção dos artigos de opinião, uma vez que, cada um desses elementos contribui com o seu propósito comunicativo. (ii) os verbos dicendi constituem estratégias discursivas utilizadas para fundamentar e sustentar argumentos, pois permitem ao autor citar, referir-se a opiniões de outras pessoas e expressar sua própria posição de forma clara e convincente. (iii) A transitividade dos verbos dicendi desempenha um papel fundamental na construção da argumentação em artigos de opinião, pois, esses verbos são utilizados tanto em discurso direto como em discurso indireto para embasar e/ou contrapor opiniões.

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que buscamos analisar e descrever os aspectos organizacionais (composição, estilo e temática) e argumentativos do gênero textual artigo de opinião. Os dados utilizados nesta pesquisa são de natureza documental, pois o *corpus* advém de meios de comunicação de massa disponibilizados ao público, especificamente, do jornal Folha de São Paulo (FSP). O *corpus* final é composto por 9 artigos de opinião com a temática política, cuja publicação se deu no mês de novembro de 2021. A escolha de textos que fossem veiculados na *internet* se deve ao fato de ser uma forma acessível, para esta pesquisadora, mediante assinatura, e relativamente popularizada, uma vez que a mídia *online* tem se tornado parte da vida de um número cada vez maior de pessoas.

Os 9 artigos de opinião que compõe o *corpus* desta pesquisa são:

- 1 – *Linha fina e rede furada*, de Armínio Fraga.
- 2 – *Curas milagrosas e a internet*, de João Paulo Vasconcelos Aguiar.
- 3 – *Democracia entre vidas, mortos e caminhos tortos*, de Mônica Sodré.
- 4 – *O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro*, de Ivan Valente.

5 – *Os subsídios intocados e a viabilidade da renda básica universal*, de Eduardo Suplicy.

6 – *Quem matou o bolsa família?* de Leticia Bartholo, Leandro Ferreira e Milton Coelho.

7 – *Do pacote pró-corrupção às eleições*, de Roberto Livianu.

8 – *Rompa-se o teto*, de Marcos Cintra.

9 – *Governo Bolsonaro e os crimes contra a humanidade*, de Marco Aurélio dos Santos.

Para a análise dos dados, fizemos uma descrição dos artigos de opinião, considerando os aspectos organizacionais dos textos, a saber: estilo, organização composicional e conteúdo temático. Na análise da argumentação, observamos a recorrência dos verbos dicendi no *corpus*. Em seguida, analisamos a contribuição de cada sentença para a construção de sentido no texto e posteriormente discutimos como a transitividade desses verbos e seus complementos influenciam da construção da argumentação textual.

Optamos por utilizar o gênero artigo de opinião porque esse gênero textual é de grande circulação na mídia, é de base argumentativa e expressa a língua em uso. Portanto, a ação de defender uma opinião, um ponto de vista por meio de argumentos requer a interação entre locutor e interlocutor em situações reais de comunicação. Rosenblat (2000) diz que os discursos argumentativos funcionam como engrenagens que movimentam e mobilizam grande parte das relações sociais, uma vez que estes (ditos e/ou implícitos) parametrizam as regras e valores de grupos sociais e ao mesmo tempo orientam os comportamentos dos indivíduos que os compõem.

A partir dessa análise, esperamos contribuir para os estudos da linguagem, da comunicação escrita e da argumentação, fornecendo subsídios teórico-metodológicos para a análise crítica de artigos de opinião. Assim, esta pesquisa traz à tona a importância de se compreender e analisar os aspectos organizacionais e argumentativos do gênero textual artigo de opinião, fornecendo *insights* valiosos para aprimorar o domínio desse tipo de escrita e promover uma comunicação mais efetiva e persuasiva.

Para alcançar nossos objetivos, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos principais. No primeiro capítulo, discorremos a respeito da transitividade em língua portuguesa. Para isso, fizemos um breve percurso histórico desse fenômeno, seguido da apresentação da perspectiva normativa. Por fim, discutimos a respeito da transitividade verbal

na perspectiva da abordagem funcional, considerando as ideias de Givon e Hopper e Thompson primordialmente.

No segundo capítulo apresentamos uma revisão da literatura sobre as concepções de gênero textual, investigando elementos como a organização composicional, o estilo e a temática dos gêneros, além disso discutimos a respeito do domínio discursivo jornalístico e sua relação com os artigos de opinião. Por fim, discutimos o gênero artigo de opinião, abordando sua definição, características e funções.

No terceiro capítulo, discutimos inicialmente sobre o tipo de pesquisa que estamos desenvolvendo, quanto a abordagem, a natureza, o gênero, o objetivo e os métodos na perspectiva de Menezes e Paiva (2021). Na sequência, discorremos sobre a caracterização da pesquisa em termos teórico-metodológicos. Em seguida, apresentamos informações sobre a contextualização, constituição, seleção e organização do *corpus* de análise. Posteriormente, indicamos os procedimentos de análise que nos orientam nas etapas analíticas dos textos selecionados.

No capítulo quatro, fizemos a análise dos dados. No primeiro momento realizamos a análise da organização composicional, temática e estilo de cada um dos artigos de opinião. Em seguida, apresentamos os aspectos argumentativos deste gênero por meio da análise das ocorrências com verbos dicendi e da transitividade verbal.

1. A TRANSITIVIDADE EM LÍNGUA PORTUGUESA

Uma gramática funcional é essencialmente uma gramática “natural”, no sentido de que tudo nela pode ser explicado, em última instância, por referência a como a língua é usada¹
(Halliday, 1994, p.13)

No presente capítulo, discutimos o referencial teórico que sustenta a análise dos dados desta pesquisa. Apresentamos, de forma breve, a perspectiva da gramática normativa. Em seguida, discutimos a transitividade verbal numa perspectiva funcionalista, considerando os estudos de Givón, Hopper e Thompson e Furtado da Cunha. Finalizamos o capítulo discutindo a concepção de verbos dicendi.

1.1 A transitividade sob a ótica da Gramática Normativa

A chamada gramática normativa, utilizada tradicionalmente, como modelo teórico e metodológico para o ensino de língua portuguesa, tem suas origens em estudos de base filosófica que se iniciou na Grécia antiga. Nessa época, “os filósofos gregos se interessaram por estudar a linguagem, entre outros motivos, porque queriam entender alguns aspectos associados à relação entre a linguagem, o pensamento e a realidade” (MARTELOTTA, 2011, p. 44). Desse modo, os gregos discutiram a relação que havia entre o significado das palavras e suas formas. Como afirma Martelotta (2011, p. 45)

[o] que melhor caracteriza, entretanto, essa tradição é a visão, inaugurada por Aristóteles, de que existe uma forte relação entre linguagem e lógica. Desenvolveu-se a partir daí a tendência de considerar a gramática um estudo relacionado à disciplina filosófica da lógica, que trata das leis de elaboração do raciocínio. Segundo essa visão, a linguagem é um reflexo da organização interna do pensamento humano. Essa organização interna é universal, já que, por ser inerente aos seres humanos, se manifesta em todas as línguas do mundo.

1 Cf. texto original. “A Functional Grammar is essentially a ‘natural’ grammar, in the sense that everything in it can be explained, ultimately, by reference to how language is used.” (tradução nossa)

Tais definições deram origem a criação das chamadas “categorias aristotélicas”, posteriormente designadas como categorias gramaticais e, finalmente, classes de palavras.

O desenvolvimento do pensamento sofista também influenciou a construção da base da gramática grega. Como mostra Neves (2004, p. 35), “o que os sofistas pretendem, inclui a formulação de regras de conduta prática. Não se quer ensinar nenhuma verdade, apenas ensinar a vencer em todas as discussões, a ter sempre razão em todas as questões.” Nessa perspectiva, os sofistas não tinham compromisso com a verdade das coisas, eles apenas difundiam a arte de falar bem e de persuadir. A centralidade da linguagem para os sofistas era a justa atribuição, ou seja, a predicação, a função lógico-sintática. Portanto, o discurso sofístico não é um discurso do ser, não é um discurso filosófico é um discurso que se cumpre pela sua eficácia.

Em contraste com a concepção sofística, “Platão apresenta uma concepção filosófica, segundo a qual a linguagem conduz a alguma coisa que não ela mesma e, portanto, o discurso pode dizer ou não dizer a verdade” (NEVES, 2004, p. 47). Isso leva a difundir o pensamento do discurso dialético, em oposição à retórica dos sofistas. Além da preocupação do caráter filosófico da linguagem, a gramática grega também apresentava uma preocupação normativa, com o objetivo de apresentar padrões que refletissem o ideal da língua.

Para Platão, a questão central da linguagem consistia em desvendar os problemas de denominação, uma abordagem filosófica que estudava a arbitrariedade do signo, fundamentada numa lexicologia-semântica e não na sintaxe em si. A partir de então, o filósofo estabeleceu a distinção entre substantivo e verbo e deu início ao estudo da linguagem como representação do pensamento.

Dionísio da Trácia, século II a.C., foi o primeiro a descrever de forma ampla e sistemática uma língua, o grego da Ática ou grego ático. O estudioso definiu a gramática como “a arte de escrever”, tendo como concepção de arte um “conjunto de preceitos necessários à execução de uma determinada atividade” (MATOS; SILVA, 1996, p. 22). Na tradição lexicológica grega, as partes do discurso aparecem divididas em oito: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Tradição que não considerava a sintaxe, até então, apenas a morfologia e a fonética.

Para que possamos compreender como essa tradição chegou aos dias de hoje, basta lembrarmos que os princípios básicos da gramática grega foram adotados pelos romanos e incorporados à gramática latina. Com o crescimento do Império Romano tornou-se imprescindível a unificação linguística, já que para dominar um povo, primeiro domina-se a língua, e assim, os romanos deram maior atenção aos aspectos normativos da gramática latina.

E a gramática proposta, era a do Latim clássico que se opunha ao Latim vulgar, falado pelas classes “baixas” do Império Romano.

Na era medieval, o latim se tornou uma língua de muito prestígio, especialmente após ter sido adotada pela Igreja. “Assim, a atitude normativa permanece, mas dessa vez com o objetivo de conservar o latim como língua universal de cultura entre as novas línguas vernáculas” (MARTELOTTA, 2011, p. 46).

É em Prisciano que se encontra a primeira sintaxe da língua latina. “A sua definição de sintaxe, que é a primeira no mundo ocidental, é uma definição lógica: a disposição que visa a obtenção de uma oração perfeita” (MATTOS; SILVA, 1996, p. 20). Essa noção de oração perfeita/imperfeita já envolve a distinção da transitividade ou não transitividade dos verbos.

Só no século XVII, com a publicação da *Gramática de Port Royal*, é que se distinguiu as categorias linguísticas e estabeleceu as formas de organização da língua. A partir de então, inicia-se a hegemonia de um modelo de gramática inspirado na tradição greco-latina. O objetivo era “demonstrar que a estrutura da língua é um produto da razão e que as diferentes línguas são apenas variedades de um sistema lógico e racional mais geral” (LYONS, 1979, p.17).

As primeiras gramáticas de Língua Portuguesa foram a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, publicada por Fernão de Oliveira em 1536, e a *Grammatica da lingua portuguesa* de João de Barros, publicada em 1540. A gramática de Fernão de Oliveira apresentou uma descrição significativa dos aspectos fonéticos, fonológicos e morfológicos da Língua Portuguesa. Já a gramática de João de Barros seguiu o modelo greco-latino, classificando cada parte do discurso e reconhecendo a língua como meio de comunicação. Observando o viés metodológico desses estudos clássicos, alguns problemas são encontrados, uma vez que algumas gramáticas atuais ainda contam com a terminologia e com conceitos baseados naqueles aplicados outrora em línguas como o latim e o grego.

Sabe-se que a gramática normativa apresenta regras de caráter prescritivo, restringindo a linguagem a padrões formais que estejam “corretos” ou “incorretos”, não considerando as funções que a língua desempenha em seus contextos de uso. Com isso, “essa gramática adota uma visão parcial da língua, sendo incapaz de explicar a natureza da linguagem em sua totalidade” (MARTELOTTA, 2011, p. 47).

Sabemos que a noção de “norma” pode ser concebida de duas maneiras. A primeira, como “regularidade”, regras intrínsecas ao funcionamento regular da língua. E a segunda, como “normatividade”, são normas instituídas com o objetivo de ditar e fixar padrões a serem seguidos. Nas palavras de Neves (2011, p. 66), “a consequência de mais peso, [em adotar

medidas normativas], é passar-se de uma língua que todos falam naturalmente para uma língua que tem de ser estudada e aprendida – e só por alguns – para que seja a boa, a desejável, a prestigiada, o padrão”.

Há uma distinção que precisamos fazer, a de norma culta ideal, também chamada de norma padrão, e a de norma culta real. Antunes (2007, p. 92) defende que “a norma ideal [ou norma padrão], como o próprio nome sugere, corresponde aquela norma concebida, pensada, prevista e proposta como a norma representativa dos usos da língua considerados cultos” sendo assim, essa norma se situa no âmbito da utopia, trata-se de uma língua em potencial, imaginária, distanciando da realidade da língua. Ainda segundo a autora, “a norma culta real, no entanto, corresponde àqueles usos que são fato, ocorrência; isto é, aqueles que podem ser atestados como concretamente realizados [na língua]” (ANTUNES, 2007, p. 93). Pode-se dizer, então, que a norma culta real é flexível, passível de mudanças e variações, pois, corresponde a heterogeneidade linguística.

Ao estudarmos alguns aspectos da gramática normativa², entendemos que ela é definida como “um conjunto de regras que devem ser seguidas” (POSSENTI, 1996, p. 62). Regras que, se dominadas, produzirão o uso da norma padrão. Nesse sentido, ao buscar uma noção de transitividade na perspectiva normativa, os manuais de gramática, ora apresenta critérios morfossintáticos, ora critérios semânticos, ou seja, não há um consenso entre os estudiosos sobre o melhor caminho a seguir, nesse caso, o formalismo acaba prevalecendo sob a função da língua, restringindo a linguagem a padrões formais que estejam “corretos” ou “incorretos”, não considerando as funções que a língua desempenha em seus contextos de uso, “com isso, essa gramática adota uma visão parcial da língua, sendo incapaz de explicar a natureza da linguagem em sua totalidade” (MARTELOTTA, 2011, p. 47).

Nas gramáticas normativas, aqui representada por Said Ali (1964), Cegalla (1976; 2005), Rocha Lima (1984; 2011), Cunha e Cintra (1985; 2017) e Bechara (1999; 2009), não encontramos um capítulo específico intitulado *Transitividade verbal*, no entanto, as seis gramáticas tratam da predicação dos verbos.

Na gramática *Secundária da Língua Portuguesa*, de Said Ali (1964, p. 68), há uma seção para a definição de verbo e uma seção para a definição de verbos transitivos e intransitivos. De acordo com o gramático, “verbo é a palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número

2 Neste trabalho utilizamos o termo “Gramática normativa” para nos referirmos aos manuais de gramática e utilizamos o termo “Gramática tradicional” para nos referirmos estudos clássicos da gramática, a qual dá base para os manuais.

(singular ou plural), o tempo e o modo da ação ou estado”. Nesse sentido, a concepção de verbo do autor está restrita a um termo que denota ação ou estado.

Said Ali (1964) subdivide os verbos quanto o seu papel exercido na oração, podendo ser nocional ou relacional, de acordo com ele, os verbos nocionais são aqueles utilizados com função predicativa, já os verbos relacionais são aqueles que vêm combinados com um adjetivo para constituir o predicado. Os verbos nocionais, por sua vez, são subdivididos em: transitivos e intransitivos. Os Transitivos são aqueles cujo sentido se completa com um substantivo acompanhados das formas pronominais o, a, os, as, como em: “Bejamin Franklin inventou o parafuso”. Já os Intransitivos são verbos que não necessitam de outro termo, como viver, morrer, andar etc.

Na *Gramática Normativa de Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (2011, p. 416), encontramos um capítulo intitulado “O verbo e seus complementos”, assim, nos termos do autor

o verbo [é] a palavra regente por excelência, cumpre proceder sempre à verificação da natureza dos complementos por ele exigidos. O complemento forma com o verbo uma expressão semântica, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissão ou incompleto.

Assim, o gramático considera que o verbo apresenta um papel central na oração e que este exige complementos determinantes para completude de seu sentido, ou seja, esses complementos são responsáveis por tornar a oração compreensível.

Os verbos, ainda em Rocha Lima (2011), são considerados intransitivos quando dispensados de complementos, pois, o verbo sozinho representa a noção predicativa, por exemplo: “Neva”, “Todos fugiram”. Já os transitivos são aqueles que exigem a presença de um ou mais termos que lhes completem a compreensão. Nesse sentido, Rocha Lima (2011, p. 416) propõe a classificação dos verbos transitivos em:

b) Transitivos diretos, que exigem a presença de um objeto direto. **c) Transitivos indiretos**, que pedem a presença de um objeto indireto —, complemento este, aliás, que o mais das vezes independe da regência verbal. **d) Transitivos relativos**, que apresentam um complemento preposicional, chamado relativo. **e) Transitivos circunstanciais**, que requerem um complemento, preposicional ou não, chamado circunstancial. **f) Bitransitivos**, que têm concomitantemente um objeto direto e um indireto, ou um objeto direto e um complemento relativo.

Isto posto, o autor apresenta verbos que exigem, além de objeto direto e indireto, complementos de natureza circunstanciais e preposicionais e não atribui à preposição a função

de distinguir os verbos quanto a sua transitividade. Ou seja, quando um verbo transitivo se pronominaliza o seu objeto direto se torna complemento relativo, por exemplo: “chamar alguém” / “chamar por alguém” ou “admirar o talento de alguém” / “admirar-se do talento de alguém”

Cunha e Cintra (2017, p. 149), por sua vez, na seção “Predicado verbal” da *Nova gramática do português contemporâneo*, ao tratarem da predicação verbal introduzem a noção de verbos significativos afirmando serem aqueles que trazem uma ideia nova ao sujeito podendo ser intransitivos e transitivos. Os intransitivos são aqueles em que “a ação está integralmente contida nas formas verbais”, ou seja, “a ação não vai além do verbo” (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 149), como apresentado no exemplo a seguir dado pelo autor: “Sobe a névoa...A sombra desce”, em que a ação já está contida nos verbos “sobe” e “desce”, ela não é transferida para outros elementos.

Já os verbos transitivos, na concepção desses autores, são classificados como verbos em que o processo verbal não está integralmente contido neles, mas se transmite a outros elementos, podendo ser transitivos diretos, em que a ação é transmitida diretamente sem o auxílio de preposição, como em: “Vou ver o doente”. Os verbos também podem ser transitivos indiretos, nesse caso a ação expressa é transmitida para outros elementos indiretamente com o auxílio de preposição, por exemplo: “Perdoem ao pobre tolo” e ainda, os verbos podem ser transitivos diretos e indiretos, ou seja, são verbos que exigem simultaneamente objeto direto e indireto para completar-lhes o sentido, por exemplo: “O sucesso do seu gesto não deu paz ao homem”.

Cunha e Cintra (2017) ainda ressaltam que a análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente, ora com objeto direto, ora com objeto indireto.

Cegalla (2005), na *Novíssima gramática da língua portuguesa*, menciona a transitividade ao tratar da classificação do verbo quanto sua predicação, na seção intitulada “Predicação verbal”, denominando verbos intransitivos aqueles que não precisam de um complemento, por apresentar sentido completo, por exemplo: “Os guerreiros tabajaras dormem.” O autor apresenta uma tese semelhante à de Cunha e Cintra (2017) ao defender a ideia de que “há verbos que, por natureza, têm sentido completo, podendo, por si mesmos, constituir o predicado” (CEGALHA, 2005, p. 335). Além disso, o gramático faz algumas observações quanto aos verbos intransitivos, considerando que, as orações formadas com verbos intransitivos não podem “transitar” (= passar) para a voz passiva. E ainda, que verbos

intransitivos passam, ocasionalmente, a transitivos quando construídos com objeto direto ou indireto.

Quanto aos verbos transitivos, são aqueles que necessitam de um complemento, pois, possuem predicação incompleta. Sendo divididos em: transitivos diretos, indiretos e diretos e indiretos, também chamados de bitransitivos. Cegalla (2005, p. 340) ainda menciona, que “os verbos, relativamente à predicação, não têm classificação fixa, imutável. Conforme a regência e o sentido que apresentam na frase, podem pertencer ora a um grupo, ora a outro.”

À vista disso, Cunha e Cintra (2017) e Cegalla (2005) consideram, de certa forma, os contextos de uso, entretanto, retomam os paradigmas tradicionais e, portanto, menos flexíveis para desenvolverem seus estudos.

Em se tratando da *Moderna Gramática Portuguesa*, Bechara (2009) argumenta, assim como Cunha e Cintra (2017), que a oposição entre os verbos transitivos e intransitivos não é absoluta, pertencendo muito mais ao léxico do que à gramática. O gramático reitera que,

[o] predicado de uma oração pode ser simples ou complexo, conforme o conteúdo léxico do verbo que lhe serve de núcleo. Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejamos expressar determinada realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta. Estes outros signos léxicos que nos socorrem nessa delimitação da extensão semântica do verbo, verdadeiros delimitadores semânticos verbais, se chamam argumentos ou complementos verbais (BECHARA, 2009, p. 342).

Dessa forma, o predicado de uma oração pode ser simples ou complexo, pois, há verbos que necessitam de uma extensão semântica, ou seja, de complementos/argumentos para delimitar seu sentido. Os verbos que necessitam dessa delimitação são chamados de transitivos e os que não necessitam de outros signos léxicos, são chamados de intransitivos. Bechara (2009, p. 342) adverte que “um mesmo verbo pode ser usado transitiva ou intransitivamente”.

Assim, o presente autor, sem renunciar à tradição gramatical, busca abrir espaço para novas perspectivas, mostrando que

[a] orientação aqui adotada resulta da nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta *Moderna Gramática Portuguesa*, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo magister dixit e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas (BECHARA, 2009, p. 07).

Bechara considera a preocupação em descrever sincronicamente a língua, aliado a uma visão sadia da gramática tradicional e está permeável à influência das correntes teóricas com base na linguística moderna.

Diante das discussões apresentadas a respeito transividade em algumas gramáticas normativas, no quadro abaixo, sintetizamos as definições de Said Ali, Cunha e Cintra, Cegalla, Rocha Lima e Bechara.

Quadro 1: Visão geral da transividade verbal na perspectiva da gramática normativa

GRAMÁTICOS	DEFINIÇÃO DE VERBO	VERBO TRANSITIVO	VERBO INTRANSITIVO	GRAMÁTICAS
Said Ali (1964)	Verbo é a palavra que denota ação ao estado e possui determinações variáveis.	Transitivo é o verbo cujo sentido se completa com um substantivo.	Intransitivo são os verbos que não necessitam de outro termo, como viver, morrer, andar.	Gramática Secundária da Língua Portuguesa
Cegalla (2005)	É uma palavra que exprime ação, estado, fato ou fenômeno.	Transitivos diretos, indiretos e diretos e indiretos, também chamados de bitransitivos.	São aqueles que não precisam de um complemento, por apresentar sentido completo.	Novíssima Gramática da Língua Portuguesa
Bechara (2009)	É a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical	Os verbos que necessitam de uma delimitação semântica são chamados de transitivos (podem ocorrer com complementos direto, indireto, direto preposicionado, relativo e predicativo)	São aqueles que não necessitam de outros signos léxicos.	Moderna Gramática Portuguesa
Rocha Lima (2011)	O verbo expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres.	São aqueles que exigem a presença de um ou mais termos que lhes completem o sentido (Transitivo direto, indireto, relativos, circunstanciais e bitransitivos)	Dispensados de complementos	Gramática Normativa da Língua Portuguesa
Cunha e Cintra (2017)	É uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo	São aqueles que o processo verbal não está integralmente contido neles, mas se transmite a outros elementos (transitivos diretos, indiretos, ou diretos e indiretos)	A ação não vai além do verbo	Nova Gramática do Português contemporâneo

Fonte: Elaboração própria

Constatamos, nesta primeira parte de estudo, a respeito da transividade verbal nas gramáticas normativas que: (i) a transividade é concebida como uma característica inerente

ao verbo; (ii) há a observação dos aspectos ora sintáticos ora semânticos, embora não haja um limite evidente entre eles, e não há a consideração de elementos pragmáticos; (iii) não é proposto o estudo das funções que a língua desempenha em diversos contextos comunicativos, como era de se esperar, pois, trata-se de uma abordagem formalista.

Diante disso, apresentaremos nas próximas seções a abordagem funcional, sobre o fenômeno da transitividade, representada por Givón, Hopper e Thompson e Furtado da Cunha, com o objetivo de ampliar a reflexão a respeito da produtividade deste fenômeno ao artigo de opinião.

1.2 Transitividade verbal para a abordagem funcional

A palavra transitividade vem “do latim *transitivus* = que vai além, que se transmite, em seu sentido original, denota a transferência de uma atividade de um agente para um paciente” (CUNHA; SOUZA, 2007, p. 25). A perspectiva funcionalista, por sua vez, concebe a transitividade como um fenômeno que está relacionado a oração como um todo, uma vez que, o sentido das expressões linguísticas não está apenas em um componente oracional, mas nas relações sintática, semânticas e pragmáticas que são estabelecidas entre todos os termos de uma sentença. Diante disso, a seguir serão tratadas as abordagens funcionalistas de Givón (2001) e de Hopper e Thompson (1980).

Givón (2001, p. 9) afirma que os dois componentes principais da comunicação humana são o léxico e a gramática, vistos como sistemas independentes de conhecimento e processamento estabelecidos na mente do falante. Diante disso, a língua é um organismo vivo que cresce, evolui e serve para interagirmos socialmente.

Centralmente Givón (2001) se fixa no postulado da não autonomia do sistema linguístico. Para o teórico, a língua não pode ser descrita como um sistema autônomo, já que a gramática só pode ser entendida em relação aos parâmetros de cognição, comunicação, interação, mudança, aquisição e evolução. Essa proposição de uma não autonomia da gramática representa-a como um organismo que unifica a sintaxe, a semântica e a pragmática. Assim, o autor concebe a gramática como sendo internamente e hierarquicamente estruturada e dentro do qual há subsistemas relacionados entre si, em diferentes níveis.

A gramática é um código muito mais abstrato e complexo do que os códigos do léxico, por exemplo. Embora ela esteja totalmente localizada na oração, seu objetivo principal não é apenas carregar informações proposicionais, em vez disso, a gramática é predominantemente sobre as relações de coerência entre o conteúdo proposicional (oração) e o seu contexto discursivo mais amplo. Nas palavras de Cardoso (2016, p. 30)

o léxico corresponde a um repositório de tipos convencionalizados, representados tipicamente por nomes, verbos e adjetivos, constituindo-se num mapa cognitivo de nosso universo de experiências armazenado na memória semântica permanente, a informação proposicional diz respeito a conceitos (palavras) que são combinados em informação proposicional (estrutura argumental/oração) sobre estados ou eventos dos quais as entidades participam, e o discurso multiproposicional corresponde à combinação de orações num discurso coerente – sendo os dois últimos estocados na memória episódica

Nesse sentido, a gramática codifica, simultaneamente, dois níveis: o da informação proposicional e o do discurso multiproposicional. Trata-se, pois, de uma visão da gramática que vai além dos limites da sentença. (GIVÓN, 2001, p. 7-11).

O autor acrescenta que uma gramática de referência deve descrever as regularidades e/ou irregularidades encontradas no sistema. As irregularidades, como propõe Givón (2001, p. 93), sugerem estados anteriores da língua. As exceções de hoje são muitas vezes as sobreviventes relíquias, ou fósseis, das regras de ontem. Em relação a gramática da oração simples, os elementos centrais que geralmente implicam vários papéis é o predicado e os sintagmas nominais que também preenchem as casas argumentais.

Diante disso, a transitividade, na perspectiva de Givón (2001), compreende uma noção gradiente e não dicotômica, diferentemente do que se observa na Gramática tradicional. O sistema de transitividade, de acordo com o autor, é um fenômeno complexo que envolve componentes sintáticos-semânticos e depende de mais de uma propriedade para ser identificada. Bertoque (2014) diz que os verbos são a base lógico-semântica da oração. Sendo assim, o evento transitivo prototípico é definido pelos papéis semânticos assumidos por seus dois participantes obrigatórios, agente e paciente, bem como pelas propriedades semânticas do verbo:

- a. **Agentividade:** ter um agente intencional ativo que controla a ação.
- b. **Afetamento:** ter um paciente concreto, fisicamente afetado.
- c. **Perfectividade:** envolver um evento concluído e pontual

Os três traços semânticos são uma questão de grau e dão origem a muitas outras construções. Em uma definição sintática da oração transitiva prototípica, os papéis semânticos assumidos pelo agente (participante, tipicamente animado, que age intencionalmente para iniciar um evento) e pelo paciente (participante, animado ou inanimado, que registra uma

mudança de estado como resultado de um evento), correspondem aos papéis sintáticos de sujeito e objeto respectivamente.

Para Givón (2001), o verbo é o coração semântico da oração e apresenta-se como, um estado, um evento ou uma ação. O estado, de modo geral, não envolve mudança ao longo do tempo e pode ser temporário (de duração limitada), ou permanente (de longa duração). Um evento, por outro lado, envolve mudança de estado ao longo do tempo, a mudança pode ser rápida e limitada, assim interpretada como uma mudança de um estado inicial distinto para um estado terminal distinto. Ou pode ser lento e ilimitado, ou seja, interpretado como um processo contínuo sem focar nos limites temporais do evento. Alguns eventos, além disso, são deliberadamente iniciados por um agente ativo. Esses eventos são chamados de ações. Givón (2001, p. 106) exemplifica tais concepções da seguinte forma:

- a. **Estado temporário:** Ela estava com raiva
- b. **Estado permanente:** Ela era alta
- c. **Evento limitado:** a bola caiu
- d. **Evento ilimitado:** A bola rolou ladeira abaixo
- e. **Ação limitada:** ela deixou cair a bola
- f. **Ação ilimitada:** Ela rolou a bola ladeira abaixo

Os verbos transitivos prototípicos são classificados, na medida em que exibem algum tipo de mudança registrada por um agente e um paciente, conforme apresentamos abaixo nos exemplos de Givón (2001, p.127-128).

1. Criação física de um objeto

- (a) *He built a house.* ‘Ele construiu uma casa’
- (b) *She painted a picture.* ‘Ela pintou um quadro’

2. Objeto totalmente destruído

- (a) *They demolished the house.* ‘Eles demoliram a casa’
- (b) *She smashed the glass.* ‘Ela quebrou o vidro’

3. Mudança física no objeto

- (a) *She broke the pot.* ‘Ela quebrou o pote’
- (b) *He enlarged the living-room.* ‘Ele ampliou a sala de estar’

4. Mudança de lugar do paciente

- (a) *They moved the barn.* ‘Eles mudaram o celeiro’

(b) *He dropped the ball.* ‘Ele deixou a bola cair’

5. Mudança superficial

(a) *He washed his shirt.* ‘Ele lavou a camisa’

(b) *She bleached her hair.* ‘Ela descoloriu o cabelo’

6. Mudança interna

(a) *He heated up a cup of soup.* ‘Ele esquentou uma xícara de sopa’

(b) *She chilled the gazpacho.* ‘Ela esfriou o gazpacho’

7. Mudança com um instrumento implicado

(a) *She knifed him (stab with a knife).* ‘Ela o esfaqueou (esfaqueou com uma faca)’

(b) *They hooked a huge shark (catch with a hook).* ‘Eles fisgaram um enorme tubarão (pego com um anzol)’

8. Mudança um modo implicado

(a) *She murdered him (kill deliberately).* ‘Ela o assassinou’ (matar deliberadamente)

(b) *He smashed the glass (break completely).* ‘Ele quebrou o vidro’ (quebrar completamente)

Por meio dos exemplos, percebemos que, para Givón (2001), a transitividade prototípica se refere à semântica e à sintaxe do verbo, já que a possibilidade de mudança do objeto está relacionada ao evento sugerido pelo verbo. Vale ressaltar que apesar do seu *status* privilegiado, o evento canônico é apenas um dos arquétipos conceituais a partir do qual as línguas tendem a desenvolver um tipo oracional básico (LANGACKER, 1991). Além disso, outros verbos que apresentam sujeito e objeto e pertencem sintaticamente a esse grupo, podem desviar-se do evento prototípico, seja em termos do grau em que a mudança no objeto é física, óbvia, concreta, acessível à observação etc., seja em termos do sujeito-agente-sujeito (GIVÓN, 2001).

Nesse caso, o linguista levanta um questionamento: por que estes verbos semanticamente desviantes aparecem, em muitas línguas, na mesma classe sintática do transitivo prototípico? Para responder à pergunta, Givón (1984, p. 98) oferece duas direções. A primeira, é a de que a transitividade é uma questão de grau, em parte porque a percepção de mudança no objeto é uma questão de grau, e em parte porque depende de “mais de uma

propriedade”; a segunda, é a de que quando um verbo desviante é codificado sintaticamente como membro da classe transitivo prototípico o usuário da língua codifica suas propriedades como sendo análogas ao protótipo, esse fenômeno é descrito como “extensão metafórica”.

Como sugerido anteriormente, muitos verbos que não se enquadram ao protótipo semântico do evento transitivo assumem a estrutura sintática das orações transitivas canônicas. É o caso do sujeito-dativo, como em: “*eles ouviram a música*”, embora o sujeito seja um participante consciente, o sujeito-dativo não inicia e não finaliza o evento. Nas palavras de Givón (2001, p. 129), “ao fazer de um participante dativo o sujeito de um verbo sintaticamente transitivo, faz-se com que ele se pareça de alguma forma mais ativo, mais envolvido ou mais responsável”³, ou seja, ele se assemelha metaforicamente ao agente, mas não possui os traços semânticos de um. Uma consequência dessa extensão metafórica aparentemente inocente evidencia-se no uso de tais verbos em contextos em que o sujeito parece ser considerado responsável por iniciar a ação, por exemplo, “*you should understand this*”, essa expressão sugere que o sujeito-dativo de alguma forma tem o controle ou a escolha de um agente real.

Hopper e Thompson (1980), por sua vez, demonstram em seus estudos que a transitividade é uma propriedade escalar e não dicotômica, como prevê a visão tradicional. Em suma, a transitividade diz respeito à transferência de ação de um agente para um paciente, ou seja, quanto mais eficaz for a transferência mais transitiva será a sentença.

Esses autores estudam a transitividade como uma propriedade da oração como um todo, englobando desde o sujeito até os complementos verbais. Diante disso, Hopper e Thompson (1980) propuseram que a transitividade, como propriedade escalar, está condicionada por fatores sintáticos, semânticos e discursivos. Importa ainda ressaltar que Hopper e Thompson (1980) associam transitividade a uma função discursivo-comunicativa que refletiria a maneira como o falante estrutura o seu discurso. Em outras palavras, “os autores associam transitividade à noção de planos discursivos, correlacionando a alta transitividade à figura e atribuindo uma importância maior às informações contidas nesse plano” (ABRAÇADO, 2014, p. 19).

Considerando-se, então, que a transitividade se manifesta no discurso dentro de um contínuo, o grau de transitividade das línguas poderia ser determinado por meio de dez parâmetros que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação, assim, a sentença que possui os dez traços marcados positivamente, alcançou um grau máximo de transitividade e o

3 Cf. o texto original. “By making a dative participant the subject of a syntactically-transitive verb, one makes it appear as if it is somehow more active, more involved or more responsible.” (tradução nossa)

oposto ocorre quando todos os traços são marcados negativamente, correspondendo ao grau zero de transitividade.

Quadro 2 - Parâmetros de Transitividade propostos por Hopper e Thompson

Parâmetros	Transitividade alta	Transitividade baixa
1. Participantes	dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	não ação
3. Aspecto do verbo	perfectivo	não perfectivo
4. Pontualidade do verbo	Pontual	não pontual
5. Intencionalidade do sujeito	intencional	não intencional
6. Polaridade da oração	afirmativa	Negativa
7. Modalidade da oração	modo <i>realis</i>	modo <i>irrealis</i>
8. Agentividade do sujeito	agentivo	não agentivo
9. Afetamento do objeto	Afetado	não afetado
10. Individuação do objeto	Individuado	não individuado

Fonte: Hopper e Thompson (1980)

Cada traço da transitividade envolve um aspecto diferente da transferência de ação de um participante para outro, a seguir discutiremos os traços propostos pelos autores:

1- **Participantes** - Um participante é aquele que participa, ou toma parte em alguma coisa. Saboya (2014, p. 39) descreve o termo participante como “um entre outros usados para se referir às funções semânticas que aparecem na relação de um predicado com seus argumentos”. Isso significa que sendo a transitividade a transferência de ação de um agente para um paciente, é natural que tal transferência não ocorra efetivamente, a menos que haja, no mínimo dois participantes envolvidos. Contudo, o grau de transitividade de uma sentença depende, antes, da natureza do(s) participante(s) e das relações sintático-semânticas que os envolve. Hopper e Thompson (1980) acrescenta que os reflexos morfosintáticos da transitividade do traço Participante, fazendo referência ao caso das orações reflexivas, que em muitas línguas apresentam propriedades determinadas pela sua condição intermediária entre orações de um e dois argumentos, se comparadas a orações de um argumento, podem ser mais transitivas; e se comparadas a orações de dois argumentos, podem manifestar características tipicamente associadas à baixa transitividade.

Outro aspecto para o qual Hopper e Thompson (1980) chamam a atenção, em relação ao Participante, está associado aos planos discursivos. Os autores enfatizam que há uma tendência de o plano de fundo estar associado a um argumento e o plano figura estar relacionado a mais de um argumento. No texto *The Brendan Voyage* analisado pelos autores, os valores do número de participantes por oração foram descritos e contabilizados da seguinte forma: 46 orações fundo e 22 orações figura. Das orações fundo, 9 (20%) tinham dois participantes e 37 (80%) tinham um participante. Nas orações figura, 18 (82%) tinham dois participantes e 4 (18%) tinham um participante (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 285). Os estudiosos também mostraram, por meio de suas análises, que as nominalizações em inglês proporcionam outra indicação de relacionamento muito próximo entre planos discursivos e número de participantes. Eles afirmam que orações nominalizadas são, por sua natureza, fundo, já que servem como sintagmas nominais na maioria das sentenças de que são parte. Nas palavras de Saboya (2014, p. 43), “nominalizações são extremamente baixas em transitividade: seus verbos são *irrealis*, de modo que sozinhos não fazem asserções e tendem predominantemente a ter um único participante.”

2- **Cinise** – Na definição do traço cinise, Hopper e Thompson (1980, p. 252) esclarecem que “uma ação pode ser transferida de um participante para outro; estados, não”. Nessa perspectiva, Chafe (1979) agrupa os verbos em dois conjuntos: dinâmicos e estativos. O primeiro subdivide-se em ação, processo e ação-processo. Já os estativos, segundo Borba (1996, p. 60), “expressam uma propriedade (estado, condição, posse, situação) localizada no sujeito, que é, pois, mero suporte dessas propriedades ou então, seu Experienciador ou beneficiário”. Assim, o participante de verbos estativos não é agente. Na tradição gramatical, por exemplo, verbos como “gostar” são considerados de ação, no entanto, não há um agente para esse verbo e sim um Experienciador que experiencia uma ação psicológica de gostar. Isso significa que verbos estativos apresentam menor carga cinética enquanto os verbos dinâmicos possuem maior carga cinética.

Para nossos objetivos, convém ressaltar que um grau mais alto do parâmetro cinise estaria relacionado aos verbos de ação-processo e de ação e, em um grau mais baixo, estaria relacionado aos verbos de processo e de estado. Cavalcante (1997, p. 17) acrescenta que “uma característica própria dos predicados de Ação e Ação-Processo é a da cinise. Só as ações são mais efetivamente transferidas de um participante para outro”. É importante ressaltar que não estamos relacionando os verbos dicotomicamente e, sim, considerando a semântica do verbo e sua realização pragmática, o que implica dizer que há gradiência sempre.

3- **Aspecto do verbo** – Ao tratar desse traço, Hopper e Thompson (1980) afirmam que uma ação é mais efetivamente transferida quando temos acesso ao seu desfecho, ou seja, ao seu ponto final. Em outras palavras, podemos considerar uma transferência mais efetiva de verbos que expressam ações concluídas, do que quando uma ação ainda está em andamento. Assim, verbos imperfectivos expressam ações atélicas (em andamento), como em “Pedro está bebendo a água”. Nesse caso, a transferência é parcial, pois a ação ainda está em andamento; já os verbos perfectivos, expressam ações mais télicas (acabadas), como em “Pedro bebeu a água” em que a ação foi concluída e a transferência completa. Com base em Comrie (2001), Souza e Dib (2014, p. 165) fazem a seguinte afirmação:

temos as formas perfectivas ou télicas, ou seja, aquelas formas verbais que apresentam, na sentença, um final inerente para a ação desencadeada, é o caso das formas verbais dos pretéritos perfeito simples e composto. Em contraposição, as formas apresentam um final demarcado para a ação iniciada no passado, é o caso das formas verbais no pretérito imperfeito

Assim, o aspecto pode ser visto como a categoria que é responsável por caracterizar os diferentes modos de percepção da constituição temporal de uma determinada situação.

4- **Pontualidade do verbo** – Esse traço é próprio de ações instantâneas, em oposição a estados. Segundo Comrie (2001), uma vez que situações pontuais automaticamente envolvem uma mudança de estado, elas são eventos, e não estados, assim, o traço que distingue a pontualidade é a não duratividade no tempo. De acordo com Hopper e Thompson (1980, p.152), as “ações finalizadas sem nenhuma fase transitória óbvia entre o início e a conclusão têm um efeito mais marcado sobre seus pacientes do que ações que estão inerentemente em andamento”. Os autores exemplificam essa assertiva com os verbos chutar (pontual) e carregar (não pontual).

Por definição, portanto, “em uma língua que distingue formas imperfectivas para indicar referência à estrutura interna e uma situação, a aspectualidade imperfectiva e a pontualidade são compatíveis” (LAROCCA, 2014, p. 80). Nesse sentido, podemos inferir que a pontualidade ocorre em predicções perfectivas, que é o aspecto pelo qual o usuário vê o evento como um todo único, porém nem todo perfectivo é pontual. É importante salientar que, do ponto de vista discursivo, Hopper e Thompson (1980) enfatizam o papel da pontualidade no *continuum* da Transitividade.

5- **Intencionalidade do objeto** – o efeito sobre o paciente é mais perceptível quando a ação é intencional. Costa (2014, p. 119) define uma situação transitiva como “aquela em que um agente atua sobre um paciente, de forma que o agente está intencionalmente envolvido no caso, na instigação do evento, e não é afetado por este, enquanto o paciente não está envolvido intencionalmente, não participa da iniciativa do evento, mas é afetado por ele.” Hopper e Thompson (1980, p. 286) asseveram que apesar de um verbo intencional requerer um sujeito agentivo (aquele que é humano, ou pelo menos animado), tais sujeitos não necessariamente requerem verbos intencionais.

Cavalcante (1997) adota um posicionamento mais rigoroso e atribui ao agente não só o traço do controle, mas também necessariamente o da intencionalidade. A autora, portanto, mantém a distinção entre agentividade e intencionalidade, para diferenciar sujeito agente de sujeito causativo. “Sujeito agente, é o que por si mesmo desencadeia uma atividade (física ou não) sendo origem dela e seu controle. Sujeito causativo, é o que provoca efeito ou, então, é o responsável pela realização do estado de coisa no verbo. Ex: o vento derrubou a árvore”. (COSTA, 2014, p. 120). Assim, a ausência do traço intencionalidade favorece pouco a transferência de ação, ou seja, se por um lado o sujeito agente (intencional) propicia maior teor de transitividade, por outro haverá redução dela com sujeito causativo (sem intencionalidade).

6- **Polaridade da oração** – Coelho (2014, p. 132) define polaridade da seguinte forma, “corresponde essencialmente, à relação semântica entre significados opostos, de mesma natureza, suscetíveis a comparação”. A expressão “significados opostos” sugere de certa forma significados simétricos, no entanto, em se tratando de linguagem, opostos não são necessariamente simétricos. “Em estratégias de afirmação e negação, há desequilíbrio por haver construções marcadas e não marcadas bem como por haver significados que se relacionam pragmaticamente a outros, implícitos” (COELHO, 2014, p. 132). Nesse sentido, reconhecemos a complexidade que há em definir uma oração como afirmativa ou negativa, uma vez que os valores discursivos assumidos pela negação podem veicular diversos efeitos de sentido.

Givón (1984) observa que há limitações em abordagens que associam a negação apenas a valores lógicos, para exemplificar o autor apresenta o seguinte diálogo:

A: - What's new? (Quais as novidades?)

B: - My wife isn't pregnant. (Minha esposa não está grávida)

A: - Gee, was she supposed to be? (Meu Deus, ela deveria estar?)

O exemplo mostra que a negação de B soa de modo estranho ao interlocutor, porque contraria suas expectativas. Esse fato evidencia que a informação pressuposta, ou esperada, nesse caso é a afirmativa: a esposa está grávida. Givón (1984) estende tal propriedade a toda negação, ou seja, o autor considera que, em toda negação haveria uma proposição afirmativa, que veicularia o evento, o dado mais relevante. Conforme Coelho (2014, p. 138), “numa sentença negativa o falante pretende negar certas convicções implícitas do ouvinte, ao mesmo tempo que afirma (implicitamente) suas convicções.” Assim, a proposição afirmativa estaria no plano de fundo, implícita. Por fim, uma sentença afirmativa possui um grau de transferência maior em relação a sentenças negativas, uma vez que a negação, tipicamente, pertence ao modo *irrealis*.

7- **Modalidade da oração** – uma ação que expressa um evento hipotético ou *irrealis* é menos eficaz do que uma ação que apresenta correspondência ao mundo real. Os modos *realis* e *irrealis* correspondem aos modos indicativos e subjuntivo respectivamente, não como uma correspondência cristalizada, mas recorrente. No modo *realis*, as afirmações são explicitadas como pressuposições do falante, contudo, no modo *irrealis*, apresentam um teor de menor certeza, por se constituírem hipóteses e opiniões. Os estudos de Hopper e Thompson (1980, p. 48) mostram que em eventos “figura” o modo *realis* é recorrente, uma vez que apresenta o ponto de vista do enunciador diante de um evento real. O modo *irrealis*, por outro lado, marca a presença no plano discursivo “fundo”, restringindo-se a configurar o cenário, o *background* da narrativa, pois, representa situações hipotéticas, não real.

Vale ressaltar que, nos termos de Hopper e Thompson (1980), o grau de transitividade de uma sentença é estabelecido em consequência da inter-relação dos traços de transitividade. Determinar se um enunciado tem alta ou baixa transitividade está estreitamente relacionado à combinação desses traços. Vale (2014, p. 151) acrescentam que “os traços modalidade (*irrealis-realis*) e polaridade (negativa-afirmativa) dizem respeito à realização ou não do evento, portanto, recorrentemente verifica-se uma correspondência entre ambos.” Assim, as orações afirmativas, quase sempre, são representadas em modo *realis* devido ao caráter assertivo do enunciado. Já as negativas, ao indicar a não realização da ação, favorecem, muitas vezes, o modo *irrealis*.

8- **Agentividade do sujeito** – participantes com agentividade alta podem efetuar transferência de ação de modo que participantes com agentividade baixa não podem. Ao analisar o traço agentividade, Hopper e Thompson (1980) tratam esse parâmetro como sendo o ponto de partida da ação, a origem. Nesse caso, a discussão em torno desse traço deve envolver elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos, por exemplo, na oração “Pedro me assustou”, há um acontecimento com consequências perceptíveis, ao passo que em “O vídeo me assustou”, podemos elencar traços semânticos que diferem “Pedro” [+ animado, + volitivo + humano] de “Vídeo” [-animado, - humano, - volitivo], e isso afeta diretamente a transferência de ação.

9- **Afetamento do objeto** – o grau em que a ação é transferida para um paciente mostra o quanto ele é afetado, podendo haver um afetamento completo ou parcial do objeto por exemplo “Maria bebeu o suco” (objeto totalmente afetado) e “Maria bebeu um pouco de suco” (objeto parcialmente afetado). De acordo com a classificação de Borba e Dezotti (1985 apud SPERANÇA; IGNÁCIO, 2009), há quatro tipos de afetamento de complemento: *mudança de estado físico ou psicológico*, Ex: “O aluno rasgou a prova (física); “O presente alegrou sua mãe” (psicológica); *mudança de condição* (Dei uma boneca para a criança); *mudança de posição e existência* (Maria fez um tapete de crochê).

10- **Individuação do objeto** – refere-se ao grau de animacidade e à diferenciação entre as propriedades do agente e as propriedades do paciente. Hopper e Thompson (1980) alegam que uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um paciente não individuado. Conforme assinalam os autores, o traço componente *Individuação do Objeto* diz respeito não apenas à distinção do paciente em relação ao agente, mas também à distinção desse participante em relação à sua própria classe. E, diferentemente dos demais, esse traço agrupa outros seis traços, listados no quadro a seguir.

Quadro 3 - Traços pertinentes à individuação do objeto

INDIVIDUADO	NÃO INDIVIDUADO
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Não contável
Referencial, definido	Não referencial

Fonte: Hopper e Thompson (1980)

De acordo com o quadro, um objeto (O) maximamente individuado é aquele em que o Sintagma Nominal (SN) que exerce a função de objeto tem como núcleo um nome próprio cujo referente é humano, animado/concreto/singular/contável/referencial/ definido. Em contrapartida, um O minimamente individuado é aquele em que o SN, que exerce a função de objeto, tem como núcleo um nome comum cujo referente é inanimado/abstrato/plural/não contável/não referencial. Entre um extremo e outro, estão os casos em que se manifestam as possíveis combinações dos traços em questão (ABRAÇADO; KENEDY, 2014).

É conveniente ressaltar que o grau de transitividade de uma oração é estabelecido a partir da inter-relação entre os traços, portanto, para determinar se um enunciado possui baixa ou alta transitividade, não basta olhar apenas para um parâmetro, uma vez que é a combinação dos traços semânticos que indicará o grau de transitividade das sentenças.

Dentro da proposta de Hopper e Thompson (1980), cada um dos traços da transitividade contribuem para ordenação das orações em uma escala, assim, toda a oração (não apenas o verbo) é classificada como mais ou menos transitiva. Vale ressaltar que, os parâmetros que caracterizam as orações como transitivas são relacionadas ao evento transitivo prototípico em que um agente animado intencionalmente causa uma mudança física de estado no objeto. Assim, o grau de transitividade de uma oração reflete o grau de saliência cognitiva da ação transferida de um agente para um paciente.

Saboya (2014, p. 44) destacam que “na avaliação da transitividade interagem elementos tanto de natureza sintática, quanto semântica e pragmática”. Por isso, a manifestação discursiva de um verbo potencialmente transitivo depende de fatores como a perspectiva a partir da qual o falante interpreta o evento narrado. Desse modo, ainda que haja verbos prototipicamente transitivos, tais verbos podem ocorrer com dois ou com apenas um argumento. Cunha (2004) explica que com os verbos que apresentam dois argumentos, existe a possibilidade de o sujeito desempenhar (ou não) o papel semântico de agente, além de o objeto direto ser (ou não) o paciente semântico da oração. Em seus estudos, a autora mostra que “a tendência, na conversação, é eliminar o paciente objeto da ação verbal, ou porque ele é recuperável do contexto precedente, ou porque sua exata identidade é irrelevante para o que se quer comunicar.” (CUNHA, 2004, p. 3)

Furtado da Cunha (1996) propõe, com base nos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) e na Gramática de casos, um conjunto de nove traços que, segundo ela, estando presentes caracterizam a alta transitividade nas orações passivas prototípicas, ou seja, aquelas constituídas de sujeito, verbo auxiliar “ser” mais o particípio passado e o sintagma

preposicionado, que será mais ou menos transitiva na medida em que ocorrer, em maior ou menor grau, a transferência de uma ação de um agente para um paciente, sendo este parcial ou totalmente afetado. A autora explica como compreende a forma de aferição da transitividade nas passivas:

nem todos os dez parâmetros introduzidos por Hopper & Thompson têm igual importância na determinação do grau de transitividade das passivas. [...] Dividi esses traços em três grupos: 1) traços que caracterizam o **SPrep**; 2) traços que caracterizam o **Sujeito** da passiva e 3) traços que caracterizam a **Oração**. [...] Para descrever o SPrep passivo sugiro os traços: 'intencional', 'não-controlado', 'concreto' e 'individuado'. Os traços referentes ao Sujeito são: 'referencial' e 'afetado'. Os traços que dizem respeito à Oração são: 'modalidade', 'polaridade' e 'perfectividade'. (FURTADO DA CUNHA, 1996, p. 47)

Os traços relativos ao sujeito e a oração são advindos dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) e os relacionados ao sintagma preposicionado da Gramática de Casos, conforme a autora esclarece em nota. Desse modo, vejamos o Quadro 5 com os traços de transitividade:

Quadro 4 - Traços de Transitividade da passiva

TRAÇOS	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
SINTAGMA PREPOSICIONADO	1 – Intencional	Não Intencional
	3 – Não-controlado	Controlado
	4 – Individuado	Não Individuado
SUJEITO (paciente)	5 – Afetado	Não Afetado
	6 – Referencial	Não Referencial
Modalidade	7 – <i>Realis</i>	<i>Irrealis</i>
ORAÇÃO Polaridade	8 – Afirmativa	Negativa
Perfectividade	9 – Perfectiva	Não Perfectiva

Fonte: Adaptado de Furtado da Cunha (1996)

Furtado da Cunha (1996) esclarece que nem sempre os sintagmas preposicionados correspondem semanticamente ao agente, podendo representar o instrumento por meio do qual a ação se realiza. Por essa razão, substituiu o traço “agentividade”, de Hopper e Thompson (1980), pelos componentes: intencional, não-controlado, concreto e individuado. Isso porque os SPreps podem ser do ponto de vista semântico, agente, instrumento ou força

natural, conforme a sua natureza, o que vai refletir no grau de transitividade, por terem, cada um desses sintagmas, mais ou menos traços presentes.

Quanto aos traços pertinentes ao sujeito, nas orações passivas, o sujeito será sempre o objeto da voz ativa, portanto, assume a função de sujeito paciente, sendo marcado positivamente para alta transitividade, quanto mais afetado e mais definido for.

E, por fim, os traços relativos à oração, modalidade, polaridade e perfectividade, correspondem, respectivamente, a ser ou não realis, afirmativa ou negativa e ser ou não a ação conclusa, sendo maior o grau de transitividade, tanto mais real, afirmativa e perfectiva for a ação. Esse último aspecto marcado pelo verbo auxiliar.

Todos esses traços, na perspectiva de Hopper e Thompson (1980), são computados nos termos da própria Furtado da Cunha (1996, p. 46), quando esclarece: “A cada traço presente nas passivas será atribuído valor um, e para cada oração serão somados os valores correspondentes aos traços investigados, obtendo-se, desse modo, o grau total de transitividade da oração.”

Em síntese, a análise do sistema de transitividade de um texto permite compreendermos como os sentidos são construídos, permite descrevermos o que está sendo dito sobre determinado assunto e como as escolhas linguísticas afetam a produção de significado do texto.

1.3 Configuração argumental dos verbos dicendi

Alguns autores designam a classe dos verbos aqui em foco de verbo “dicendi”, palavra derivada do latim que significa “verbo de dizer” (ou *que diz*); outros a chamam de verbos de enunciação e outros, ainda de verbos de elocução. Contudo, essa é apenas uma questão de nomenclatura, não implicando, pois, divergências conceituais. Neste trabalho, vamos nos referir a eles como verbos dicendi (doravante VD)

Os VD são aqueles que apresentam um enunciado produzido num momento anterior. Esses verbos podem reportar, portanto, discurso direto (DD) ou discurso indireto (DI). No caso do DD, este é introduzido, na escrita, geralmente por aspas. O DI, por sua vez, pode ser introduzido por conjunções (CUNHA, 2004). Neste trabalho, consideraremos os dois tipos de discurso. Furtado da Cunha (2006, p. 70) afirma que

em geral, admite-se que o discurso direto reproduz literalmente as palavras de um falante, enunciadas numa ocasião anterior, ao passo que o discurso

indireto envolve a paráfrase das palavras de alguém no discurso do falante corrente. [...] Entretanto, meramente apontar as diferenças sintáticas e semânticas entre esses dois tipos de discurso reportado não é suficiente para revelar o modo como eles são usados em contextos reais de uso da língua.

Assim, é possível que um VD introduza um DR que não foi produzido “numa situação anterior”. Isto é, se refira a um enunciado que ainda será produzido.

O discurso reportado é geralmente introduzido por VD, cujo protótipo é o verbo *dizer*, seguido pela oração citada. Cunha (2004, p. 112), em seu estudo sobre a transitividade dos VD, enfatiza que há “uma tendência geral para considerar os verbos dicendi como intransitivos, enquanto algumas línguas permitem que o complemento dos verbos dicendi seja codificado como um objeto oracional, em muitas línguas esses verbos exibem características de intransitivos”.

Travaglia (2007, p.164) observa que a presença desse tipo de verbo no texto pode

a) introduzir falas, permitindo que se descrevam entonações, tons, altura de voz etc., da fala, que não podem ser reproduzidos na língua escrita (sussurrar; sibilar; gritar; pedir num gemido; chamar desesperado, feliz ansioso, calmamente etc.) b) dizer o tipo de fala que se produz (perguntar, responder, redarguir etc.); c) instituir perspectivas em que se deve tomar a fala (segredar, instilar, acalmar etc.).

Neves (2000), por sua vez, apresenta os VD como verbos cujo complemento direto é o conteúdo do que se diz, como em:

- (1) “**Digo** de cara que, sim, a rede (fiscal) está de fato furada!” (FSP, 03/11/2021)
[artigo de opinião]

Nesta oração, o verbo dicendi introduz a fala do articulista dando ênfase ao seu posicionamento logo no primeiro parágrafo do texto, além de atuar como uma réplica de Armínio Fraga à um artigo escrito anteriormente por Ciro Gomes.

Os verbos de elocução, conforme caracteriza Neves (200, p. 48), “são verbos introdutores de discurso (direto ou indireto)” e são classificados como verbos de dizer ou verbos de elocução, ou ainda, verbos dicendi. Esses verbos, na concepção da autora, podem se apresentar de maneira prototípica como em construções com verbos *dizer, falar, comentar, exclamar* etc., e podem introduzir discursos instrumentalizando o que se diz ou circunstanciando o que se diz, com verbos menos típicos, como *sussurrar, esbravejar, consolar, aconselhar* etc. No exemplo (1), o verbo *dizer* está introduzindo o discurso do

próprio articulista em oposição a um acontecimento anterior (o artigo escrito por Ciro Gomes).

Os verbos de elocução, segundo Neves (2000), podem ser (i) verbos de ação ou (ii) verbos que introduzem o discurso. Para ela, os verbos de ação, cujo complemento direto é o conteúdo do que se diz, são os verbos de elocução propriamente ditos, ou seja, *verbos de dizer* e *verbos que qualificam* o que se diz. No grupo dos verbos de dizer estão os verbos *falar* e *dizer*, que são prototípicos. No grupo dos *verbos qualificadores*, cujo significado traz, juntamente com o dizer básico, informações sobre o modo de realização do enunciado, estão os verbos *gritar*, *berrar*, *cochichar* etc. Temos ainda pertencendo a classe dos verbos qualificadores os verbos que exprimem cronologia discursiva, tais como *retrucar*, *repetir*, *arrematar* etc.

Ao classificar os VD, Neves (2000, p. 49) também subdivide os verbos que introduzem discursos, mas não necessariamente indicam atos de fala, são eles: (i) verbos que instrumentalizam o que se diz; e os (ii) verbos que circunstanciam o que se diz.

Os verbos que instrumentalizam o que se diz “são verbos como acalmar, ameaçar, consolar, desiludir, garantir, que indicam ações realizadas com o uso de um instrumento, que pode consistir, eventualmente, em um dizer” (NEVEZ, 2000, p. 49). Pode-se, por exemplo, consolar alguém com gestos, palavras ou com algo físico como comida.

- (2) “Ele tenta, assim, **garantir** a reeleição, mantendo o apoio do centrão e sustentando uma base radicalizada com discurso tosco”. (FSP, 08/11/2021) [artigo de opinião]

Em (2), o VD é instrumentalizado e representa a tentativa do Governo Federal de se reeleger, por meio da produção de um “um discurso tosco”.

Os verbos que circunstanciam o que se diz, por outro lado, “são verbos que expressam uma ação ou um processo e podem realizar-se ao mesmo tempo que o dizer” (NEVEZ, 200, p. 49). Indicam em qual circunstância foi produzido o ato de fala.

- (3) “**Alardeamos** achados iniciais de auditoria como se fossem fatos conclusivos”. (FSP, 14/11/2021) [artigo de opinião]

Em (3), o VD expressa a circunstância exagerada em que os achados de auditoria provocam na maioria das pessoas. Esse verbo deixa implícito que algo é dito “durante o alarde”, o que provoca alvoroço nas pessoas.

Neves (2000) também ressalta que o discurso introduzido pelos verbos de elocução pode estar contido em diferentes tipos de complemento. Segundo ela, esses complementos podem expressar-se sob diferentes formas: (i) oração no infinitivo, (ii) oração introduzida por conjunção *que* ou *se* e (iii) sintagma nominal. Considerem-se os exemplos com verbos de elocução que têm como complemento orações completivas introduzidas por conjunção, retiradas do *corpus* desta pesquisa.

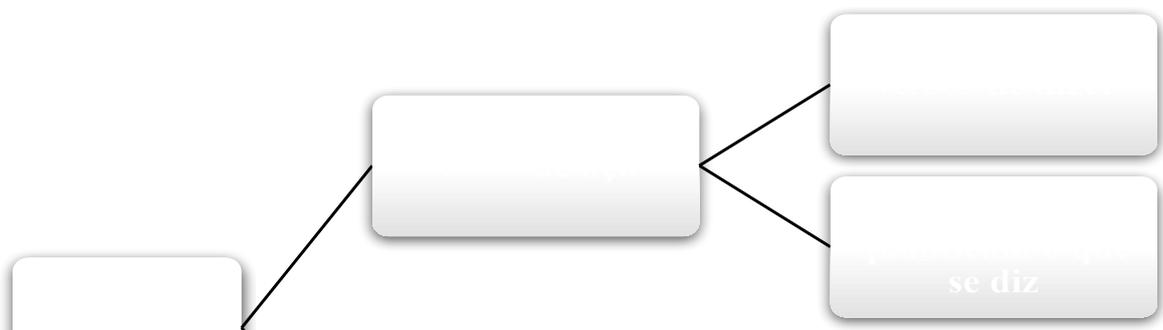
- (4) “Tenho **me esgoelado** de repetir aqui que o grosso deve vir de três áreas: dos espaços da receita já mencionados, da folha de pagamentos do setor público e da Previdência” (FSP, 02/11/2021) [artigo de opinião]
- (5) “Um dos mais distinguidos pesquisadores do tema, **diz que** o importante é fazer as transferências chegarem aos que mais precisam.” (FSP, 10/11/2021) [artigo de opinião]
- (6) “40 minutos do segundo tempo, como **se diz** no futebol” (FSP, 15/11/2021) [artigo de opinião]

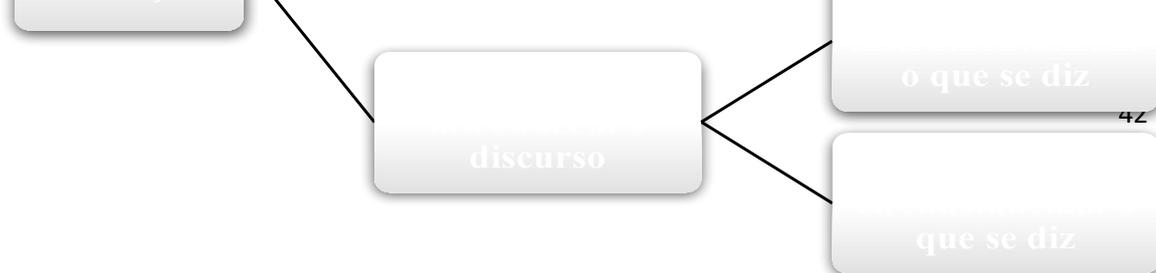
Em (4) observamos que o discurso introduzido pelo verbo de elocução expressa um complemento no infinitivo “repetir aqui”. O verbo “esgoelar” não é um VD prototípico, pertencente ao ato de dizer, mas desencadeia um processo cognitivo intenso, e em certa medida, desesperador, isso porque, alguém que esgoela o faz por necessidade expressiva de ser ouvido, diferente do verbo gritar. De acordo com Neves (2000), esse verbo pode ter como complemento uma oração infinitiva, como é o caso do exemplo (6).

Por outro lado, em (5), o complemento do VD é introduzido pela conjunção “que”, representando um caso prototípico de verbo dicendi, “diz que”. Já em (6), o complemento da oração é apresentado anteposto ao verbo e expressa um sintagma nominal.

O esquema abaixo mostra resumidamente a classificação de Neves (2000) para os verbos de elocução.

Esquema 1 - Verbos de elocução segundo Neves (2000, p. 49)





Fonte: Elaboração própria

O esquema 1 nos traz de forma mais explícita a riqueza descritiva da proposta de Neves (2000) ao dividir os verbos de elocução em duas classes, que, por sua vez, se subdividem em 4 subclasses. Embora a autora utilize a nomenclatura de “verbos de elocução”, neste trabalho, conforme dito anteriormente, adotaremos a nomenclatura de verbos dicendi para nos referirmos aos verbos pertencentes ao ato de dizer.

Ao discutir o complemento dos verbos dicendi, Furtado da Cunha (2006, p. 71) mostra que “os complementos desses verbos se comportam de modo diferente de outros tipos de argumentos objeto direto, sejam eles representados por um sintagma nominal (SN) ou por uma oração”. A autora explica que a oração introduzida por um VD desempenha alguma outra função que não a de objeto direto, embora essa função não seja claramente identificada na literatura.

Givón (1980) propõe, em seu artigo sobre a tipologia dos complementos, uma dimensão semântica hierárquica denominada “ligação” (*binding*) para dar conta da forma dos complementos de predicados que tomam objetos oracionais. O objetivo de seu trabalho é mostrar que a estrutura sintática desses complementos é previsível a partir da posição desses predicados na escala de ligação, o que reflete uma correlação sistemática entre semântica e sintaxe da complementação.

Diante disso, Cunha (2006, p. 73) apresenta dois aspectos importantes apontados como centrais na avaliação da natureza dependente/independente da oração complemento, “a possibilidade de expressar seu próprio tempo e aspecto e a possibilidade de expressar seu próprio sujeito”.

Discutindo alguns critérios geralmente utilizados para a classificação da transitividade dos VD, Furtado da Cunha (2006) faz um apanhado (i) das propriedades

utilizadas como indicadoras *do caráter intransitivos da citação*, tais como: marcação de subordinação, entonação e afetamento; e (ii) das propriedades utilizadas como indicadoras *do caráter transitivo da citação*, quais sejam: tipo morfológico de verbo, ordenação de vocábulos e número de argumentos.

No que se refere à classificação da intransitividade a partir da presença (ou não) de marcadores de subordinação, Furtado da Cunha (2006) apresenta uma ocorrência, proveniente de seus dados, em que o discurso indireto é introduzido pela preposição *para*, possível quando o verbo da oração citada está no infinitivo, como é o caso de (7) abaixo:

(7) e ele não admite você é:: **dizer** pra ele < não beber numa ocasião dessa_<

Tal dado evidencia uma possibilidade geralmente desconsiderada na maioria das Gramáticas Normativas como, por exemplo, na de Bechara (2009, p. 482), em que ele afirma:

no discurso indireto os verbos dicendi se inserem na oração principal de uma oração complexa tendo por subordinada as porções do enunciado que reproduzem as palavras próprias ou do nosso interlocutor.

Essas possibilidades, muitas vezes desconsideradas pelas Gramáticas Normativas, tornam inconsistentes uma classificação da transitividade baseada num critério meramente sintático. A esse respeito Furtado da Cunha (2006, p. 74) considera que

a presença de um complementizador antes da citação não pode ser tomada como decisiva para provar o status de objeto da citação, a menos que o discurso seja tratado diferentemente do direto em relação a sua natureza gramatical

No português, os dois principais marcadores de subordinação, em relação ao DR, são, respectivamente, o “que” e os dois pontos “:”. Já na oralidade, conforme explica Cunha (2006), a subordinação é indicada pela inexistência de pausa prosódica entre uma unidade entonacional e outra. A autora, apresenta os exemplos (4) e (5) – aqui, (8) e (9), respectivamente – e afirma que

o critério da entonação não é útil para decidir obre a natureza (in)transitiva da citação no português do Brasil, visto que na fala não apenas é possível uma pausa separando o *dizer* e a citação direta, mas também pode haver pausa entre o verbo de enunciação e a citação indireta (4), por um lado, e entre qualquer verbo transitivo e seu objeto direto, por outro (5). (CUNHA, 2006, p. 75)

(8) e **disse**: <que ela era uma prostituta>

(9) eles **disseram**: o local lá, né?

Tal fato é possível quando há um alto grau de envolvimento entre os falantes. Além dessa finalidade, Cunha (2006) explica que esse modo de citação serve à finalidade mais atribuída ao discurso direto: a de se eximir da responsabilidade da enunciação. Sendo assim, é possível concluir que os VD e seus argumentos podem estar na mesma unidade entonacional, ou podem estar separados, sem nenhuma razão sintática aparente, sendo, portanto, a quebra entonacional um fator pouco útil para determinar o grau de dependência entre a oração principal e o DR.

Em relação ao afetamento, dois parâmetros são decisivos para caracterizar um objeto como altamente transitivo: afetamento e individuação, conforme o estudo de Hopper e Thompson (1980). Os autores enfatizam a importância do grau de afetamento do objeto na mensuração da transitividade prototípica. Assim, eles reconhecem que é impossível atribuir uma propriedade semântica única e invariável para a relação verbo-objeto, porque alguns objetos não são transformados, e sim criados, pela ação do verbo. Hopper e Thompson chama esses casos de objetos *efetuados*.

Cunha (2006, p. 76) explica que “objetos afetados e efetuados compartilham a propriedade gramatical de ocupar a mesma posição sintática reservada para os objetos, mas eles se distinguem em outros traços gramaticais”. Essa distinção se dá: (i) na contribuição do grau de transitividade oracional, uma vez que objetos efetuados são menos transitivos do que objetos afetados, e (ii) na referencialidade do objeto, pois, objetos efetuados geralmente são não-referenciais. No estudo de Hopper e Thompson (1980), os autores afirmam que os verbos de enunciação formam o maior grupo de verbos com objetos efetuados em inglês, e presumivelmente, em qualquer língua.

Nos exemplos (4) e (5) há duas ocorrências de orações complementos com objetos efetuados, ou seja, essas orações surgiram a partir da ação do verbo. Por um lado, essas orações não têm individuação, pois não são próprias, concretas, singulares, contáveis ou referenciais; por outro lado, embora não sejam estritamente afetadas, as orações complementos são efetuadas pelo ato de dizer executado por um sujeito-agente volicional, exibindo, portanto, algum grau de transitividade. Diante disso, não descartamos a transitividade de VD, ao contrário, admitimos que eles não são prototipicamente transitivos, na medida em que um objeto efetuado é menos transitivo do que um afetado.

No que diz respeito a ordenação dos vocábulos, no português do Brasil não há diferenças de ordenação entre discurso direto, discurso indireto, complementos no infinitivo e outros tipos de complementos oracionais (CUNHA, 2006). Assim, embora seja rara, a inversão é possível como em (6), neste caso, o SN é o objeto de *dizer*.

Uma diferença importante entre discurso direto e indireto tem a ver com o caráter de (in)dependência da oração citada. Para estabelecer essa diferença, Cunha (2006, p. 78) propõe um questionamento: “em que medida podemos assumir que as citações indiretas podem se manter sozinhas, uma vez que elas são obrigatoriamente introduzidas por um complementizador no português?” Em primeiro lugar, a autora explica que não é convincente tratar citações indiretas como orações independentes, uma vez que, apenas orações exclamativas no imperativo podem começar com o complementizador como *Que Deus te abençoe!*

Posteriormente, com relação as citações diretas, elas têm todos os traços de orações completas, estruturalmente independentes, tais como “sujeito diferente do sujeito da oração principal e verbo flexionado em um tempo distinto do tempo do verbo de enunciação, ou seja, elas apresentam autonomia sintática” (CUNHA, 2006, p. 78). Ao contrário da citação indireta, na citação direta não há marcação sintática que mostre dependência do VD. Entretanto, a autora enfatiza que de uma perspectiva semântico-pragmática as citações diretas são estreitamente ligadas ao VD, representando eventos reportados.

Como descreve Cunha (2006, p. 79), “a produção de um VD em uma narrativa fornece uma forte indicação do que vem a seguir”, em outras palavras, o uso deste tipo de verbo projeto ou antecipa um formato de citação e orienta os participantes no ato discursivo. Nesse sentido, as orações com discurso direto ou indireto são de alguma maneira dependentes do verbo da oração principal.

Assim, apesar das citações diretas terem todos os traços de orações sintaticamente completas, estruturalmente independentes, elas exibem, uma forte ligação semântica e pragmática com a oração que contém o verbo dicendi. Isso significa que a construção de relação de dependência entre as orações não está necessariamente ligada à presença de conjunção específica. Nas palavras de Cunha (2006, p. 79), “haveria, portanto, vários graus de dependência entre orações, resultantes do uso de conectivos, e múltiplas relações de dependência criadas a partir da justaposição de orações sem conetivo”.

2. O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Gêneros não são apenas formas. São formas de vida, modos de ser. São frames para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. Os gêneros são os lugares familiares aos quais nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não-familiar.”

(Bazerman, 2006, p. 23)

Neste capítulo, apresentamos uma discussão sobre o gênero artigo de opinião, situando-o dentro dos estudos sobre gêneros textuais e discutimos a respeito do gerenciamento de vozes no texto argumentativo.

2.1 Domínio discursivo jornalístico

Bakhtin (2003) propõe o conceito de esfera discursiva para descrever como as ações humanas em sociedade são organizadas em diferentes campos das atividades humanas, por meio dos gêneros textuais. O autor vincula a formação de novos gêneros ao aparecimento de novas necessidades comunicativas dentro das esferas de atividade humana. Do ponto de vista de Bakhtin (2003), a realização dos enunciados e os seus objetivos sociocomunicativos são determinados pelas esferas discursivas. Cada esfera discursiva produz e faz circular formas específicas de interação social, resultando numa infinidade de gêneros. Assim, há uma vasta diversidade dos gêneros, que vão desde um pequeno diálogo até produções científicas e

literárias. Nesse sentido, os gêneros influenciam na maneira como falamos e/ou escrevemos de acordo com a esfera discursiva em que estamos inseridos. Isso quer dizer que os sujeitos, em quaisquer de suas atividades, vão se servir da língua e, a partir do interesse, da intencionalidade e da finalidade específicos de cada ação, produzirão enunciados linguísticos que se organizarão de maneiras diversas.

Marcuschi (2008), por sua vez, propõe o conceito de domínio discursivo, o qual adotaremos neste trabalho. Assim, cada enunciado que produzimos é um reflexo das condições específicas e dos objetivos de cada domínio discursivo. Marcuschi (2008, p. 155), expõe que

domínio discursivo constitui muito mais uma “esfera da atividade humana” no sentido bakhtiniano [...] e indica instâncias discursivas (discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradas de relações de poder.

De acordo com o autor, os domínios discursivos dão origem a uma variedade de gêneros textuais, por exemplo, o domínio discursivo jurídico dá origem à gêneros como, petição inicial, contratos, leis, regulamentos, estatutos, certidão de batismo, certidão de casamento, certidão de óbito, documentos pessoais etc. Sendo assim, quando tratamos de domínio discursivo, estamos nos referindo a formações históricas e sociais que originam os discursos.

Nesse sentido, não é uma tarefa fácil delimitar as fronteiras e coordenadas dos domínios discursivos, tendo em vista o número de variáveis que devem ser observadas, no entanto, é possível tratar o assunto de maneira mais sistemática e menos intuitiva.

Marcuschi (2008, p. 194) ainda acrescenta que "domínio discursivo é uma esfera da vida social ou institucional, na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão". Assim, os domínios discursivos produzem modelos de interação que são cristalizados e transmitidos de geração em geração, além de organizarem as relações de poder.

Nessa perspectiva, o domínio discursivo jornalístico não deve ser tratado como um gênero e sim como uma esfera de atividade social responsável pela construção e circulação de diversos gêneros, peculiares a essa atividade. Em conformidade com Bezerra (2017, p. 40), o

jornalismo é “uma instância discursiva que dá origem a uma variedade de gêneros requeridos e validados socialmente para a viabilização da própria atividade.”

A partir dessas observações podemos afirmar que os gêneros não são entidades formais, mas sim entidades comunicativas dinâmicas e complexas que servem a um propósito específico.

2.2 Gênero textual

Os estudos sobre gênero se iniciaram na antiguidade clássica com discussões da retórica e da literatura. O surgimento da retórica, por exemplo, representa uma etapa crucial para a evolução das considerações sobre a linguagem, pois a retórica era considerada a arte e técnica do discurso. Como descreve Silveira (2005, p. 47), “a retórica constitui o mais antigo estudo sobre os usos do discurso, verificando-se já, no sistema retórico, a preocupação explícita com os gêneros na atividade discursiva.” A retórica, como “arte da persuasão” era utilizada de forma radical pelos sofistas e era criticada severamente por Platão. Diante disso, é em Aristóteles que o sistema retórico encontra um ponto de equilíbrio. O estudioso reconhece “que a retórica é uma técnica útil e defensável, mas restringe o seu uso para as questões em que os argumentos se baseiam na verossimilhança e não na verdade” (SILVEIRA, 2005, p.49).

Por meio da atuação de Górgias, um sofista de grande prestígio, é que “aparece uma nova fonte da retórica: estética e propriamente literária” (SILVEIRA, 2005, p. 48). Górgias inova a tradição literária da época, criando uma prosa eloquente, onde já se observada o uso de figuras de linguagem.

Na obra *Ars Retórica*, de Aristóteles, o autor unifica os conhecimentos, conceitos e ideias sobre a comunicação humana por meio do discurso. Ele considera a fala como um forma de ação específica e particular de persuadir, nessa perspectiva, o estudioso divide três gêneros do discurso que compreendia as três instâncias de atuação do cidadão na polis, a saber, o gênero judiciário, o gênero deliberativo, e o gênero epidíctico, ambos os gêneros levavam em consideração os interlocutores (os auditórios), os valores e as intenções do orador. Assim, Aristóteles mostrou que os gêneros poderiam ser classificados segundo os interlocutores e segundo a finalidade ou propósitos comunicativos.

A expressão “gênero” é tradicionalmente utilizada na literatura em referência aos “gêneros literários”, no entanto hoje, o termo gênero se refere a “uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares” (MARCUSCHI,

2002, p. 30). Os estudos sobre como sistematizar os gêneros literários também representam os primórdios da discussão sobre gênero textual, iniciados na antiguidade clássica. No clássico *República de Platão* está a mais antiga menção acerca do assunto em que, pela primeira vez, aparece a divisão tripartite da literatura: a) a tragédia e a comédia, ou seja, o teatro; b) o ditirambo, isto é, a poesia lírica, e c) a poesia épica (SILVEIRA, 2015). Mais Tarde, Aristóteles em sua obra *Poética*, “refere a epopéia, a tragédia, a comédia, o ditirambo, a aulética e a citarística como expressões poéticas” (SILVEIRA, 2015, p. 50), mas dedica-se especialmente à comédia e à tragédia.

Já na Idade Média, considerado um período de pobreza doutrinária com relação aos materiais literários, houve, por outro lado, o surgimento de novos gêneros literários, como o romance de cavalaria, considerado o precursor do romance como conhecemos hoje. O Renascimento, por sua vez, retomou as ideologias da antiguidade clássica e propiciou a retomada das ideias de Platão e Aristóteles, como verdades imutáveis. O ideal de beleza defendido neste período refletiu nas obras literárias, como o surgimento do clássico *Luziadas* de Camões, invocando não apenas a arte, mas a técnica, a fórmula e o modelo perfeitos. Por isso, Silveira (2015, p. 51) conclui que “os gêneros eram formas fixas, sustentadas por doutrinas expressas em regras diante das quais só restava aos escritores um caminho: aceitá-las e praticá-las.

É a partir do Romantismo que os gêneros literários começam a perder a rigidez nas formas. Neste época, é admitido a mistura dos gêneros, fazendo surgir recriações de gêneros anteriores como o romance e o drama.

Na modernidade, os gêneros não perpetuam a universalidade estética, como proposto na antiguidade clássica. Na teoria moderna, não há limites quanto ao número de gêneros que podem ser escritos, ao contrário, os gêneros podem ser mesclados e infinitos. Efetivamente, “o caráter regulador do gênero funciona mais como orientação e até mesmo como simplificação” (SILVEIRA, 2015, p. 52). Vale considerar que os gêneros literários, apesar de serem formas relativamente consagradas, “não são leis nem regras fixas, são categorias relativas, dentro das quais o escritor se move a vontade, ela é que estão a serviço dele não ele a serviço delas” (SILVEIRA, 2015, p. 52). Além disso, os gêneros nascem, desenvolvem-se e decaem, apesar de manterem seu aspecto de regularidade e estabilidade enquanto estão em vigor em uma determinada cultura. Quando o termo ‘gênero’ começa a extrapolar o âmbito da teoria literária, ele vai incorporando diversas conceituações.

Antes de apresentarmos uma definição completa a respeito dos gêneros textuais, discutiremos a noção de propósito comunicativo. Bezerra (2022, p. 81) esclarece que “o

propósito comunicativo aponta para as ações que os gêneros possibilitam realizar na sociedade, admitindo-se, porém, que os propósitos dos gêneros não são únicos e predeterminados, e sim plurais e relativamente abertos à inovação”. Em outras palavras, os propósitos comunicativos são construídos socialmente sendo influenciados por propósitos específicos.

No entanto, a identificação dos propósitos comunicativos não é um processo simples, uma vez que, não há critérios claros, definidos e objetivos para identificar os propósitos comunicativos de cada gênero, pois o mundo do discurso é uma realidade complexa.

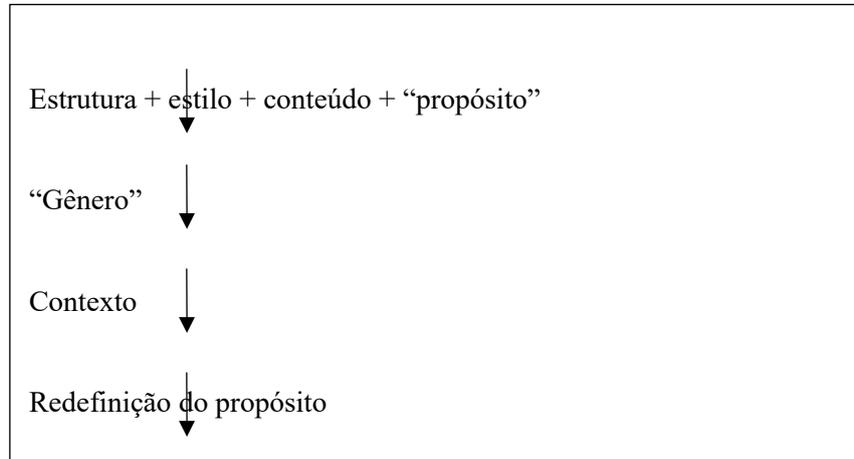
Do ponto de vista dos propósitos comunicativos, não é possível escolhermos qualquer gênero para qualquer situação, pois, como dito anteriormente, os gêneros realizam propósitos específicos e não qualquer propósito ou todo o propósito. Por exemplo, não é possível escolher uma petição inicial para solicitar um atestado médico, nem é viável, enviar um poema para publicar em uma revista científica na qual se espera um artigo científico. Bezerra (2022, p. 49) salienta que “as práticas comunicativas de cada sociedade se orientam por respostas típicas e tipificadas em situações nas quais costumam ser requeridas”, ou seja, não é esperado nas situações comunicativas, que o falante invente um gênero em resposta a cada situação.

Nessa perspectiva, Marcuschi (2008, p. 162) descreve o gênero como uma forma de ação, de inserção e de controle social. O autor salienta que “o controle social pelos gêneros é incontornável, mas não determinista”, isso quer dizer que embora tenhamos um número infinito de gêneros a nossa disposição, a sociedade no qual estamos imergidos nos molda e nos conduz a determinadas ações. Assim, “o gênero textual não cria relações deterministas nem perpetua relações, apenas manifesta-as em certas condições de suas realizações” (MARCUSCHI, 2008, p. 162). Ademais, quem pode expedir um diploma, uma carteira de identidade, um porte de arma, dar uma conferência, fazer uma petição inicial e assim por diante?

A discussão de Swales (2004, p. 72-73) propõe que os gêneros podem ser analisados a partir de dois procedimentos metodológicos: do texto para o contexto e do contexto para o texto. Nessas abordagens, o propósito comunicativo é situado ao longo do processo de investigação, isso significa que pode ser avaliado e reavaliado em diferentes momentos, em um procedimento dinâmico e não como uma definição genérica e particular. Nesse caso, o propósito comunicativo é analisado em consonância com a construção composicional, o estilo, a temática, além da identificação da comunidade, seus valores, suas expectativas e seu

repertório de gêneros. Dentro dessa abordagem do propósito comunicativo, Swales (2004, p. 72) propõe que uma investigação do gênero a partir do texto seria realizada da seguinte forma:

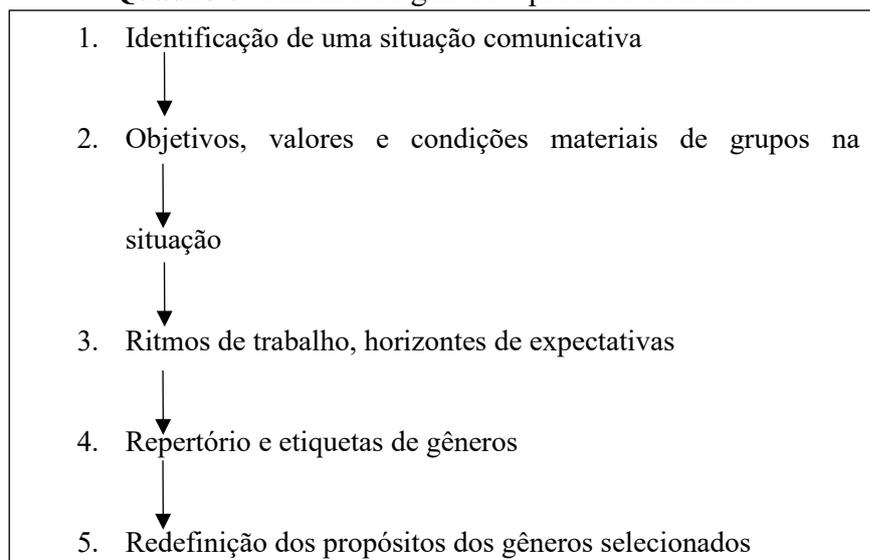
Quadro 5 - Análise do gênero a partir do texto



Fonte: Adaptado de Swales (2004, p. 72)
Realinhamento da rede de Gêneros

Ao colocar as palavras “propósito” e “gênero” entre aspas, Swales (2004) deixa essas categorias em aberto até o final da análise, expressando um status ‘provisório’ desses elementos, afinal, nos termos do autor “os propósitos comunicativos evoluem e podem se expandir ou retrair⁴” (SWALES, 2004, p. 72), levando a uma redefinição de propósito *repurposing*.

Quadro 6 - Análise de gênero a partir do contexto



Fonte: Swales (2004, p. 73)

4 Cf. o texto original. *Social purposes evolve, and they can also expand or shrink.*

De acordo com Swales (2004), o procedimento de análise do gênero a partir da situação comunicativa, pode ser realizado em combinação com o modelo de análise a partir do texto, ambos envolvendo a noção de redefinição de propósitos. Como diz o autor, “as estruturas das ações sociais podem mudar, (...) as características não prototípicas podem ocupar um terreno mais central, (...) e até mesmo atos de fala podem dar origem a diferentes interpretações⁵” (SWALES, 2004, p. 73). Dessa forma, ao tratarmos da identificação dos gêneros, devemos considerar os propósitos comunicativos como a base da investigação, não como uma caracterização predeterminada, mas com um olhar mais amplo. Conforme alerta Bezerra (2022, p. 86), “mesmo quando um texto parece apresentar explicitamente seu propósito comunicativo, como no e-mail de um banco alegando que sua conta excedeu o limite de crédito, seria precipitado e ingênuo tomar esse enunciado ao pé da letra.”

Os gêneros textuais são fundamentalmente recursos socialmente desenvolvidos para orientar ações e as atividades humanas no mundo. Apesar de serem entidades sociodiscursivas, os gêneros não são estanques e rígidos, eles “caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos” (MARCUSCHI, 2002, p. 19). Nesse sentido, os gêneros textuais estão intimamente associados aos propósitos comunicativos predominantes em determinadas situações de comunicação. Marcuschi (2002, p. 30) ainda acrescenta que

os gêneros não são entidades naturais como as borboletas, as pedras, os rios e as estrelas, mas são artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano. Não podemos defini-los mediante certas propriedades que lhe devam ser necessárias e suficientes. Assim, um gênero pode não ter determinada propriedade e ainda continuar sendo aquele gênero. Por exemplo, uma carta pessoal ainda é uma carta, mesmo que a autora tenha esquecido de assinar o nome no final e só tenha dito no início: “Querida mamãe”

Como discutido até aqui, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. Por isso, não podemos defini-los com um conjunto de propriedades esgotadas. Os gêneros são, conforme Bakhtin (2003), enunciados relativamente estáveis e heterogêneos. O autor explica que há gêneros que se caracterizam por um alto grau de estabilidade e coerção, como aqueles oficiais que transitam nos meios sociais relativamente elaborados e formais, portanto, são mais rígidos. No entanto, Bakhtin (2003, p. 284) enfatiza que em paralelo aos respectivos gêneros padronizados, há ainda “gêneros mais livres e mais criativos de comunicação discursiva oral: os gêneros das conversas de salão [...] os gêneros

⁵ Cf. o texto original. *The frames of social action can change, (...) non prototypical features can occupy more central ground, (...) and even speech acts can give rise to different interpretations.*

das conversas à mesa, das conversas íntimo-amigosas, familiares, etc.” Estes, dentre tantos outros, são considerados maleáveis à criatividade.

Assim, por serem “relativamente estáveis”, os gêneros flexibilizam-se em função do contexto em que estão inseridos e do sujeito que os produzem. Bakhtin (2003) afirma que o falante aprende a falar em sua língua materna não só pelo vocabulário ou pela gramática específica, mas também pelos gêneros do discurso, com as formas relativamente estáveis de serem construídos:

Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala. (BAKHTIN, 2003, p. 283).

Dessa forma, pelo fato de os gêneros estarem ligados, de maneira intrínseca, às situações sociais em que ocorre a interação, é fundamental que sejam moldados de acordo com o que cada situação necessita, tendo em vista que, segundo Rodrigues (2004), mudanças na interação implicarão mudanças no gênero.

Quanto a heterogeneidade dos gêneros, Bakhtin (2003, p. 262) ressalta que “a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana”. Conforme o autor, a heterogeneidade inclui ainda, gêneros mais simples como o relato do dia a dia, os mais padronizados como no caso de documentos oficiais, além do campo das manifestações publicísticas e das várias formas de manifestações científicas e literárias. Sendo assim, notamos que os gêneros são diversos e heterogêneos assim como a atividade de linguagem nos diversos campos da interação humana.

Bezerra (2022, p. 45), ao defender a tese de que os gêneros não se materializam em textos, acrescenta que “o gênero é uma noção que diz respeito ao funcionamento da linguagem no plano sociocognitivo e discursivo, captável na materialidade textual”, ou seja, os gêneros não são fixos em um texto e não se esgotam no texto materializado, ao contrário, o texto é apenas uma “performance” de um gênero.

Dessa forma, Bezerra (2022, p. 46) ressalta que não há uma relação biunívoca entre gênero e texto, para o autor, “o texto não é de determinado gênero, uma vez que admitamos que todo texto participa de um ou mais gêneros, e o gênero jamais pode ser apontado como sendo ou estando em determinado texto.” Um artigo de opinião da revista Veja, é entendido

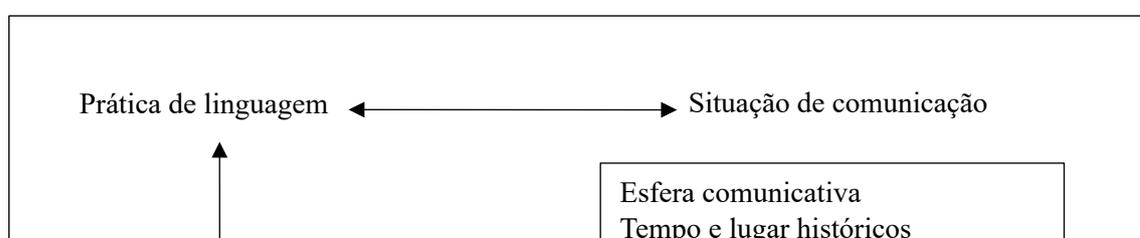
como um texto em particular, relativo a uma performance específica, em circunstâncias específicas, não equivale exclusivamente ao gênero artigo de opinião, mas é o representante da categoria, junto com outros artigos de opinião existentes.

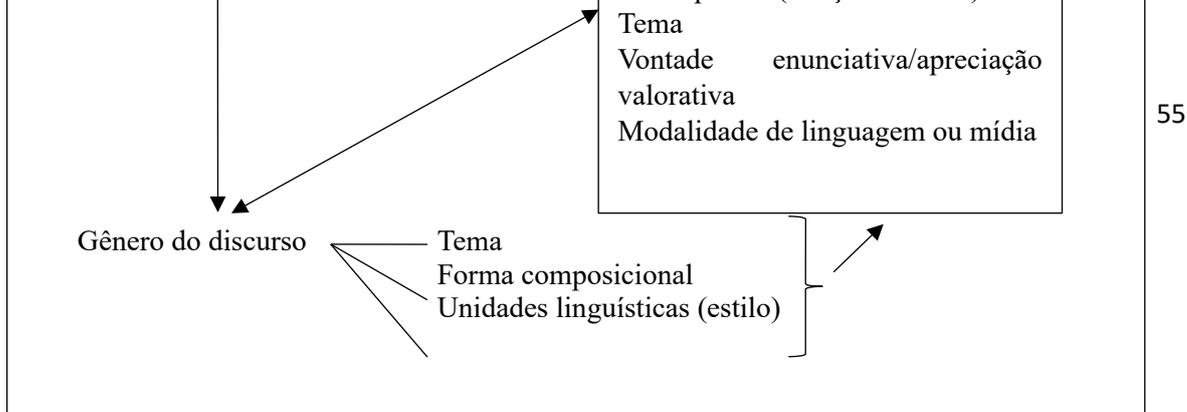
Os gêneros utilizados no processo de interação social são incontáveis, uma vez que produzimos e ouvimos diversos enunciados, oriundos de diferentes esferas/domínios discursivos, e são esses textos que orientam nossas práticas comunicativas. Nesse sentido, Bakhtin (2003, p. 284) chama atenção para o fato de que todo gênero possui três elementos indissociáveis: “o conteúdo temático, que são os conteúdos ou assuntos apresentados no texto; o estilo verbal, que se trata dos recursos da língua, seja fraseológico, lexical ou gramatical; e a organização composicional, que são as formas típicas dos gêneros e todos eles estão marcados pela especificidade de cada esfera comunicativa”, conforme esquematizado abaixo.

Todo enunciado é constituído tendo como base uma forma padrão de estruturação relativamente estável. A heterogeneidade do gênero levou Bakhtin a realizar uma “classificação”, dividindo os gêneros em primários e secundários. De acordo com Bakhtin (2003, p. 281), dispomos de um rico repertório de gêneros primários e/ou secundários que dominamos naturalmente. Os gêneros primários, correspondem àqueles construídos com linguagem menos monitorada, ou, nas palavras do autor, em “comunicação verbal espontânea”; já os gêneros secundários correspondem àqueles de linguagem mais monitorada, provenientes “de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída”.

Assim, cada modalidade de uso da língua está associada a uma diversidade de gêneros, alguns autores utilizam a nomenclatura de gêneros orais e escritos, no entanto, a relação entre esses gêneros não é dicotômica, não se trata de uma relação de polaridade, mas de continuidade. Bezerra (2022, p.31) observa que “assim como a oralidade e a escrita estão imbrincadas nas práticas sociais, os gêneros orais e escritos estão inter-relacionados nessas mesmas práticas, de tal forma que nem sempre a distinção é clara ou possível”. A rigor, a distinção entre gêneros orais e gêneros escritos tem como único traço realmente dicotômico o meio em que ambos são realizados. Dessa forma, observar o gênero quanto à modalidade de realização na língua (oral ou escrita) é importante para compreendermos diversos fenômenos relacionados aos usos da linguagem. O Esquema 5 busca sintetizar as relações entre os elementos da situação de comunicação, as práticas de linguagem e os gêneros.

Esquema 2 - Relações entre os elementos da situação de comunicação, as práticas de linguagem e os gêneros





Fonte: Rojo (2005, p. 198)

Conforme dito anteriormente, entre os elementos que permitem identificar os gêneros textuais, destaca-se a estrutura composicional, trata-se de um esquema pré-estabelecido que orienta tanto a elaboração como a leitura de um texto, correspondendo à sua organização global prescrita pelo gênero ao qual pertence. Adam (2019) argumenta que o fator unificador e obrigatório das estruturas composicionais é o plano de texto. Certos gêneros determinam planos de texto fixos, é o caso da estrutura de um soneto por exemplo. A esse respeito, Adam (2019) postula que os planos de textos estão, com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimento dos grupos sociais. Eles fazem, portanto, parte dos conhecimentos prévios do leitor, atuando na construção dos sentidos de um texto.

O plano de texto explicita a estrutura global do texto, a forma como os parágrafos se organiza, a ordem em que as palavras se apresentam no texto e pode fornecer os elementos necessários à compreensão e à produção, uma vez que, para a percepção/elaboração da estrutura global do texto, o leitor lança mão de seus conhecimentos linguístico e textual. A compreensão textual consiste na construção de um arranjo particular de conteúdos semânticos, utilizando conhecimentos conceptuais e linguísticos do leitor e da situação tal qual ela se apresenta.

Para Adam (2019, p. 159), “o reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis”, ou seja, a visão do todo é inseparável da compreensão das partes, o que significa reconhecer a existência de uma unidade composicional maior do que a sequência

textual, isto é, um plano de texto. Um plano de texto corresponderia, então, a um conjunto organizado de enunciados, estes dispostos e hierarquizados segundo parâmetros historicamente determinados. Na concepção de Adam (2008, p. 256), os planos de texto podem ser **convencionais/fixo**, “fixado pelo estado histórico de um gênero”, e **ocasionais**, ou seja, inesperado e livre. A exemplo disso, podemos citar o gênero carta, que possui em sua composição três grandes partes: abertura, corpo da carta e fechamento. Desses três elementos, o primeiro e o último podem ser considerados elementos fixos, previsto em toda carta, já o corpo da carta é livre, considerado como um plano de texto ocasional.

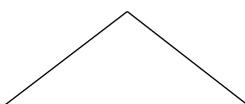
Neste trabalho defendemos que a noção de plano textual fixo e ocasional está relacionada às práticas convencionais e ao propósito comunicativo do gênero. Assim, as formas fixas contemplam aspectos da organização composicional, do tema e do estilo do gênero, naturalmente reconhecíveis e previsíveis. Já as formas ocasionais, permitem ao locutor maior liberdade de decisão sobre o texto. Dessa forma, não trataremos da oposição de planos de textos fixos versus ocasionais, mas falaremos em traços mais ou menos prototípicos do gênero, especialmente do artigo de opinião.

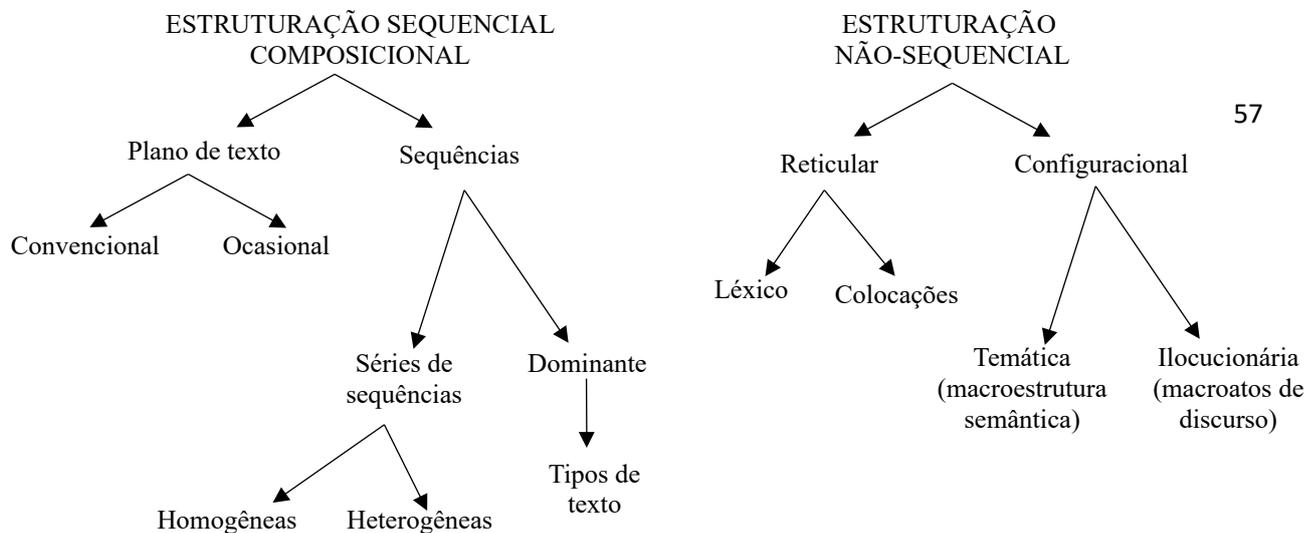
Os textos se estruturam de maneira bastante flexível, por isso a importância da discussão a respeito dos planos de textos, já que, de acordo com Adam (2011), ele é o principal unificador da estrutura composicional. No nível sequencial-composicional, as proposições enunciadas se organizam em períodos que, por sua vez, formam as sequências. A partir do agrupamento de determinadas sequências, planos de textos são construídos. Isso vai ao encontro da discussão de Bakhtin (2003), ao frisar que a construção composicional equivale aos modos típicos de organização do texto, englobando as partes que o compõem e a maneira em que elas são distribuídas.

Cumprе salientar que, para Adam (2008), analisar um texto como um todo implica considerar também sua unidade configuracional (o contexto semântico e o pragmático). É por isso que, para o autor, dois tipos de operação fazem do texto um todo configurado: a unidade temática global (semântica) e a unidade ilocucionária (pragmática). Além dessas ordens de coerência, a sucessão e a configuração (percepção de um todo), o autor acrescenta à composição textual, a estruturação em rede que, em suas palavras, “libertada da linearidade permite relacionar as unidades mais ou menos distanciadas entre si” (ADAM, 2008, p. 153), conforme apresentado no esquema abaixo.

Esquema 3 – Organização textual

LIGAÇÕES
TEXTUAIS



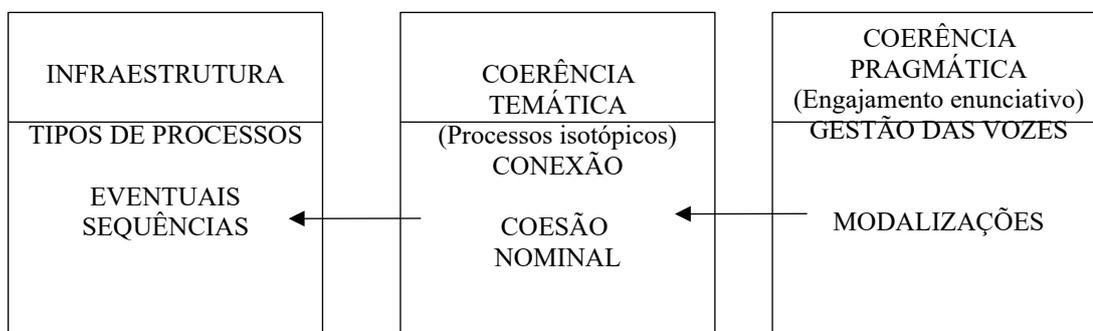


Fonte: Adam (2008, p. 255)

Pelo esquema, vê-se que, nos componentes da estrutura sequencial composicional, o plano de texto aparece na mesma linha da aplicação sequencial de base. Primeiramente, Adam (2008) afirma que o plano de texto desempenha papel essencial na composição macrot textual do sentido. Sua definição de plano textual leva em conta o modelo retórico do plano da disposição e, portanto, assenta em aspectos organizacionais do texto. Adam (2008) apresenta apenas uma definição analítica de plano de texto, ponderando sobre a hipótese de que as marcas composicionais e o estatuto histórico dos gêneros determinariam os planos de texto convencionais ou fixos e os planos de texto ocasionais.

Outra concepção para o plano de texto é desenvolvida por Bronckart (2006, p. 147). Em seus estudos, o autor propôs um esquema geral para o que ele denominou de “arquitetura textual”, como mostra o esquema abaixo.

Esquema 4 – Os três níveis da arquitetura textual



Fonte: Bronckart (2006, p.147)

O nível da infraestrutura é designado pelo autor, como o nível mais profundo do texto, definido como sendo o planejamento geral do conteúdo temático (de ordem cognitiva) e caracterizado pelos tipos de discursos mobilizados. Os tipos de discurso, de acordo com Bronckart (2006, p. 148) “podem ser definidos como configurações particulares de unidades e de estruturas linguísticas, em número limitado, que podem entrar na composição de todo o texto”, assim, é nos tipos de discurso que as sequências textuais são mobilizadas para dar seguimento ao texto.

O segundo nível da arquitetura textual é constituído pelos mecanismos de textualização, responsáveis por garantir a coerência linear do texto, por meio dos processos de conexão, de coesão nominal e de coesão verbal. Para Bronckart (2006, p. 148), as conexões “se realizam por meio de organizadores textuais, que podem se aplicar ao plano geral do texto, às transições entre tipos de discurso, às transições entre frases de uma sequência, ou, ainda, às articulações mais locais entre frases sintáticas.” A coesão nominal tem como função introduzir novos referentes e assegurar sua retomada ou sua continuidade na sequência do texto, realizados especialmente por estruturas anafóricas. O mecanismo de coesão verbal, por sua vez, garante a organização temporal e/ou hierárquica dos processos, além disso, a distribuição dos processos no texto, de acordo com o autor, depende dos tipos de discurso nos quais ocorrem.

Por último, o nível mais superficial da arquitetura textual, é a coerência pragmática. Bronckart (2006, p. 149) acrescenta que “esses mecanismos não se encontram diretamente relacionados à progressão temática e mostram, portanto, uma menor dependência em relação ao que precede e ao que se segue no eixo sintagmático.” Trata-se de elementos muito mais contextuais do que estritamente linguísticos.

2.2.1 Artigos de opinião

O artigo de opinião é um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. Ele expõe a opinião de um articulista, que pode ou não ser uma autoridade no assunto abordado. Geralmente, discute um tema atual de

ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores. Conforme Rodrigues (2007, p. 174), nesse gênero, “interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, mas a sua análise e a posição do autor”. Assim, o processo interativo se sustenta pela construção de um ponto de vista.

Bräkling (2000, p. 226-227) define o artigo de opinião como um gênero discursivo no qual “se busca convencer o outro sobre determinada ideia, influenciando-o e transformando seus valores por meio da argumentação a favor de uma posição, e de refutação de possíveis opiniões divergentes”. Para a autora, é um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações, realizada por meio da apresentação de dados consistentes. Embora o produtor do artigo se constitua numa autoridade para o que é dito, muitas vezes ele busca outras vozes para a construção de seu ponto de vista. Apoiar-se ainda nas evidências dos fatos que corroboram a validade do que diz.

Esse gênero pertence à ordem do argumentar, uma vez que o sujeito enunciador assume uma posição a respeito de um assunto e a defende. De acordo com Fairclough (2001), “buscam, pois, influenciar na formação de opinião dos indivíduos, dessa forma, agem sobre o leitor, procurando modificar suas atitudes, suas crenças e suas práticas sociais.” O gênero jornalístico artigo de opinião é também de natureza informativa, tendo em vista que a informação é a primeira das funções sociais experimentadas pelo jornalismo moderno. Desse modo, a atividade jornalística oscila em torno de dois eixos de interesse: a informação (ter conhecimento dos fatos) e a opinião (saber o que se pensa sobre os fatos).

Para a produção de um artigo de opinião, é necessário que haja um problema a ser discutido e seja proposta uma solução ou avaliação, refletindo a respeito do assunto. Assim, o artigo de opinião pode ser estruturado, de maneira geral, da seguinte forma: situação-problema, discussão e solução-avaliação.

i) situação-problema: coloca a questão a ser desenvolvida para guiar o leitor ao que virá nas demais partes do texto. Ou seja, busca contextualizar o assunto a ser abordado, por meio de afirmações gerais e/ou específicas. Nesse momento, pode evidenciar o objetivo da argumentação que será sustentada ao longo do artigo, bem como a importância de se discutir o tema;

ii) discussão: expõe os argumentos e constrói a opinião a respeito da questão examinada. Para Guedes (2002, p. 313), “todo texto dissertativo precisa argumentar, ou seja, apresentar provas a favor da posição que assumiu e provas para mostrar que a posição contrária está equivocada”. Os argumentos baseiam-se nos conceitos apresentados, na adequação dos fatos para exemplificar esses conceitos, bem como na correção do raciocínio

que estabelece relações entre conceitos e fatos. Para evitar abstrações, geralmente faz uso da exposição de fatos, dados e exemplos, com o emprego de sequências narrativas, descritivas e explicativas, entre outras;

iii) solução-avaliação: evidencia a resposta à questão apresentada, podendo haver uma reafirmação da posição assumida ou uma apreciação do assunto abordado. Não é adequado um simples resumo ou mera paráfrase das afirmações anteriores.

Vale ressaltar que a organização composicional do artigo de opinião não é rígida, mas é relativamente estável, como propôs Bakhtin, diferenciando-o de outros gêneros e o caracterizando. Cada espécie de artigo tem suas próprias características redacionais, no entanto, conforme defende Melo (2003, p. 126), a estrutura do artigo é semelhante à do editorial, contendo os seguintes elementos: (i) títulos; (ii) introdução; (iii) discussão/argumentação; (iv) conclusão. Ainda nas palavras de Melo (2003, p. 127), o autor acrescenta que

o artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. É claro que essa democratização constitui em decorrência do espírito de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais.

Assim o artigo de opinião é uma porta para introduzir novas perspectivas e pontos de vistas que complementem o cenário político e social, por meio de articulistas que carregam valores e propostas capazes de transformar a sociedade.

Quanto ao estilo, de acordo com Bräkling (2000), o artigo de opinião apresenta marcas linguísticas relevantes, como a organização do discurso em terceira pessoa, assim como o uso do indicativo na apresentação do problema, dos argumentos e contra-argumentos. Na tessitura do texto, o articulista, ao produzir seu texto, não pode deixar de levar em consideração a empresa jornalística, uma vez que a publicação do artigo passa por aprovação prévia. Diante disso, o articulista busca organizar as ideias de maneira a convencer o interlocutor do seu ponto de vista.

Os artigos de opinião possuem prototipicamente sequências argumentativas, entretanto, também podem apresentar, no plano textual, sequências explicativas, narrativas e descritivas. A partir da concepção de Adam (2008), o autor mostra que defender uma tese é defendê-la contra outras teses e considerações existentes apresentando contra-argumentos, nesse caso, a argumentação está sempre submetida a uma possível refutação.

Entendemos que argumentar é um ato de orientar, de conduzir o discurso no sentido de levar o interlocutor/leitor a determinadas conclusões. Koch (1996) ressalta que a argumentação visa a provocar ou a incrementar a adesão dos espíritos às teses apresentadas ao assentimento, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuasão. Assim, Perelman (1996) faz uma distinção entre convencer e persuadir. Por convencer, ele entende tratar-se de um ato que se dirige unicamente à razão, ou seja, ao raciocínio lógico, valendo-se de provas objetivas; é um ato capaz de atingir um auditório universal e possui caráter atemporal. O ato de persuadir, na visão do estudioso, “procura atingir a vontade, o sentimento do interlocutor por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um auditório particular”. (cf. PERELMAN *apud* KOCH, 1996, p. 20).

O artigo de opinião, conforme Kaufman e Rodríguez (1995, p. 27), “possui relação direta com as estratégias discursivas usadas para persuadir o leitor e não só com a pertinência dos argumentos apresentados”. As autoras mencionam estratégias que podem ser usadas para fundamentar os argumentos: acusações claras aos oponentes, insinuações, digressões, apelações à sensibilidade ou tomada de distância através das construções impessoais para dar objetividade e consenso à análise desenvolvida, uso de recursos descritivos ou a especificação das diferentes fontes da informação. Todavia, é a expressão do posicionamento crítico do autor que garante consistência ao artigo de opinião.

É comum a denominação confusa entre o artigo de opinião e o editorial, ambos pertencentes ao mesmo domínio discursivo jornalístico, porém, cada um com suas particularidades, não sendo, assim, a mesma coisa. O gênero opinativo, conforme Marques de Melo (2003, p. 102), emerge de quatro núcleos: (i) da empresa, (ii) do jornalista, (iii) do colaborador, (iv) do leitor. Dessa forma, a opinião da empresa é destacada nos gêneros editoriais. Já a opinião do jornalista, se reflete em categorias como: comentários, resenha, coluna, crônica, caricatura e no artigo, que também pode ser escrito eventualmente por um colaborador. E o leitor, por sua vez, participa desse processo opinativo por meio das cartas. Assim, o autor apresenta quatro núcleos da sociedade que expressam suas ideias por meio de gêneros opinativos, na imprensa.

Os artigos de opinião possuem características semelhantes aos editoriais, porém “não traduzem necessariamente a opinião do jornal” (MELO, 2013, p. 65). Os autores de artigos normalmente são especialistas, pensadores, escritores de diversas áreas e cujos pontos de vista interessam ao conhecimento e à divulgação do editor e seu público-alvo. Além disso, Marques de Melo (2003, p. 121-128), subdivide o artigo quanto a sua finalidade, podendo ser

doutrinário ou científico. No artigo doutrinário, o articulista analisa uma questão da atualidade, sugerindo ao público uma determinada maneira de vê-la ou julgá-la. Nesse caso, o autor participa ativamente da vida em sociedade, denotando compromisso com o presente. No artigo científico, o objetivo é tornar público os avanços da ciência, somando, ao leitor, novos conhecimentos e novos conceitos. No *corpus* deste trabalho, especificamente, utilizamos artigos com finalidade doutrinária, uma vez que expressam pontos de vista de articulistas que são ativos na sociedade.

Quanto a temática, o articulista deve tratar de fatos ou ideias que correspondem à atualidade, de acordo com o propósito do jornal ou revista. Como explica Melo (2003, p. 122), “o sentido de atualidade não se restringe ao cotidiano, mas ao momento histórico vivido”. Somado a isso, o estilo de linguagem deve ser clara, objetiva, direta e simples.

Em um estudo sobre o funcionamento dialógico em artigos de opinião, Cunha (2002, p. 179) refere-se ao fato de que se está diante de um tipo de gênero só “aparentemente monofônico”. Na realidade, os textos desse gênero caracterizam-se por um tipo de dialogismo constitutivo. Ou seja, o dialogismo é nele um traço fundamental, que se revela de dois modos: (i) na incorporação de outros discursos sobre o mesmo objeto, por meio dos quais o autor tenta fortalecer seu ponto de vista; (ii) no diálogo que o autor constrói com o discurso potencial do seu leitor, respondendo a possíveis objeções que esse último poderia fazer a respeito da posição que ele (o autor) assume.

Diferentemente da notícia, o artigo de opinião faz uso do dialogismo não para dar credibilidade ao conteúdo representado, mas para sustentar pontos de vista do autor. Ou seja, os discursos mencionados integram, nesse caso, a rede de argumentos com que se constrói o texto dessa natureza. Considerando o quadro classificatório proposto por Bronckart (2006), discurso interativo, discurso teórico, relato interativo e narração, pode-se identificar na produção de um artigo de opinião dois dos tipos de mundos discursivos e, por conseguinte, dois tipos de discurso: (i) um discurso interativo, que se caracteriza pela constituição de um tipo de mundo discursivo em conjunto ao mundo ordinário dos agentes da interação, em que o autor apresenta-se de forma subjetiva, envolvendo-se com o que diz, e que implica parâmetros físicos da ação de linguagem, o lugar, o momento da produção, o locutor e o destinatário; (ii) um discurso do tipo teórico, que se caracteriza por ser conjunto ao mundo ordinário, mais autônomo em relação aos elementos do contexto físico, distinguindo-se, portanto, por uma neutralidade, impessoalidade e atemporalidade.

2.2.2 Gerenciamento de vozes em artigos de opinião

Todo texto é fundamentalmente polifônico (Bakhtin, 2003), ou seja, é permeado por várias vozes além da voz do próprio autor. Essas vozes podem estar explícitas ou implícitas no texto. Quando a voz é explicitada, em geral, é por meio da Citação ou do Relato com a identificação da fonte.

Além disso, “apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informações, também uma certa tomada de posição diante do exposto” (MARCUSCHI, 2007, p. 146). No entanto, ressalta o autor, esse posicionamento, em geral, não é explicitado paralelamente, mas é processado por meio do instrumento linguístico. Em outras palavras, são as escolhas linguísticas feitas pelo autor do texto que revelam seu posicionamento em relação ao pensamento/discurso que veicula.

De um modo geral, “pode-se dizer que é praticamente impossível informar neutramente” (MARCUSCHI 2007, p. 151), já que ao apresentar ou citar o discurso do outro, o autor do texto parte de sua interpretação desse discurso, interpretação que, por sua vez, é influenciada pelas estruturas sócio-político-culturais nas quais ele está inserido. Sendo assim, quando se informa uma opinião, especialmente no discurso midiático, pode-se dizer que ela é sempre manipulada por essa interpretação pessoal. Essa manipulação, em geral, é feita por meio de verbos introdutórios de opinião.

Para Marcuschi (2007, p. 151)

ao se informar a opinião de alguém é possível levá-lo a dizer algo que não disse. [...] Muitas vezes alguém levantou uma hipótese e o redator já nos faz ver uma declaração; outras vezes um político expressa uma posição mais dura e o redator transforma aquilo em uma ameaça; em outros casos alguém faz uma ressalva e o redator nos faz ver uma ênfase.

Assim se constrói a manipulação discursiva e, no caso do artigo de opinião, a intenção é convencer o leitor de seus argumentos. Marcuschi (2007) mostra que o relato de opiniões no texto pode acontecer por meio de um verbo, de uma nominalização, de construções adverbiais ou de dois pontos. Neste trabalho, nos concentramos especialmente nos verbos introdutórios de opinião, descritos no capítulo 1 como verbos dicendi.

O autor acrescenta que os verbos introdutórios de opinião não podem ser analisados fora de seus contextos de uso, ou seja, toda informação veiculada nos textos “é produzida dentro de algum sistema que não se ignora a si próprio, veiculando implicitamente uma

interpretação qualquer” (MARCUSCHI, 2007, p.78). Isso significa que somente uma análise mais detalhada poderá fornecer uma resposta segura sobre as informações contidas nestes verbos. Partindo desse pressuposto, Marcuschi propõe três classificações dos tipos de interpretação dos verbos introdutores de opinião, no texto: (i) interpretação explícita; (ii) interpretação implícita e (iii) interpretação pela seleção. No quadro a seguir mostramos alguns exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa.

Quadro 7 - classificações dos tipos de interpretação dos verbos introdutores de opinião

TIPOS DE INTERPRETAÇÃO	DEFINIÇÕES DE MARCUSCHI (2007, p. 78)
Interpretação explícita	Em que há um comentário feito pelo redator
Interpretação implícita	É feita pela seleção dos verbos introdutores de opinião, sem um comentário adicional.
Interpretação pela seleção do que é informado	O fato de se prestar uma e não outra parte das opiniões de alguém já é uma forma de interpretar o discurso através da omissão. A simples seleção é, pois, um tipo especial de interpretação pelo interesse.

Fonte: Elaboração própria

Assim, em textos midiáticos, a informação é muitas vezes a apresentação de um discurso interpretado. O mais grave, como propõe o autor, ocorre quando a opinião é apenas abreviadamente formulada e num contexto de oposições, ou seja, num tipo de texto montado a partir de diversas posições conflituosas. Nesse caso, os verbos introdutores de opinião possuem um papel crucial, o de organizar os discursos/vozes externas ao texto contribuindo com a argumentação do redator.

Partindo deste ponto de vista, considerando não apenas as informações veiculadas no texto, mas a organização textual em si, Marcuschi (2007, p. 89) distingue sete classes gerais de funções organizadoras dos verbos introdutores de opinião:

Quadro 8 - funções organizadoras dos verbos introdutores de opinião

FUNÇÕES ORGANIZADORAS	EXEMPLOS
Verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas:	declarar, afirmar, confirmar, comunicar, anunciar, informar,

	assegurar
Verbos indicadores de força do argumento	ressaltar, acentuar, enfatizar, frisar, sublinhar, destacar, garantir
verbos indicadores de emocionalidade circunstancial	desabafar, esbravejar, ironizar, gritar, vociferar, apelar
Verbos indicadores da provisoriedade do argumento	achar, julgar, imaginar; acreditar, pensar
Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso	prosseguir, concluir, acrescentar, iniciar, introduzir, inferir, continuar, explicar, finalizar
Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos	reafirmar, discordar, defender, comentar, reiterar, negar, temer, apartear, revidar, retrucar, indagar, reconhecer, reconsiderar, reagir
Verbos interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido	advertir, censurar, sugerir, aconselhar, criticar, enaltecer, elogiar, prometer, condenar, desaprovar, censurar, incentivar, exortar, admoestar

Fonte: elaboração própria

Tendo em vista também a função argumentativa que esses verbos desempenham no discurso, pode-se dizer que eles incorporam as intencionalidades do autor do texto, a partir de sua interpretação da opinião citada ou relatada. A primeira categoria, verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas, tem como exemplos os verbos declarar, afirmar, comunicar, anunciar, informar, assegurar e confirmar. Como são verbos característicos do discurso midiático, representam as falas de autoridades que, normalmente, adotam posições mais objetivas e de acordo com seus cargos oficiais. É o caso do exemplo a seguir:

(1) “a presidenta Dilma fez **a seguinte declaração**: ‘Eu acreditava que, se diminuísse impostos, teria um aumento de investimentos. Eu diminuí e me arrependo disso. No lugar de investir, eles (os empresários) aumentaram a margem de lucro’. (FSP, 10/11/2021) [artigo de opinião]

A segunda categoria, verbos indicadores de força do argumento, está representada pelos verbos ressaltar, acentuar, frisar, sublinhar, destacar, garantir e enfatizar, que contribuem, em certa medida, para destacar o argumento no texto, o que é o caso do exemplo 2.

(2) *Seria finalmente possível, como **nos convoca** o papa Francisco em "Vamos Sonhar Juntos" (2020, Intrínseca).* (FSP, 10/11/2021) [artigo de opinião]

Em (2), o verbo “convocar” não está dentro dos verbos estabelecidos previamente por Marcushi, no entanto, este exerce a função de reforçar o argumento do autor, por isso, se aplica aos verbos indicadores de força do argumento.

Verbos indicadores de emocionalidade circunstancial é o nome dado à terceira categoria, em que sentimentos do autor interferem no relato do que foi dito por outrem. São exemplos: desabafar, esbravejar, ironizar, gritar, vociferar e apelar. Em nosso *corpus* não encontramos nenhuma ocorrência.

A quarta categoria, os verbos indicadores da provisoriedade do argumento, é constituída por processos de cognição, em que o autor pensa, acha, julga, imagina ou acredita, mas não tem certeza quanto a seu posicionamento. Normalmente, em textos opinativos, introduzem um contra-argumento.

A quinta categoria, verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso, refere-se a verbos sequenciadores do discurso, uma vez que fazem o discurso progredir. São exemplos prosseguir, concluir, acrescentar, iniciar, introduzir, inferir, continuar e finalizar (3).

- (3) *Como se isso não fosse suficiente, **acrescento ainda** o esmagamento da Lei da Ficha Limpa e a prática nefasta do Orçamento secreto.* (FSP, 15/11/2021) [artigo de opinião]

Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos representam a sexta categoria. São verbos com que o autor interpreta a voz não autoral como reafirmadora ou contestadora de posições contrárias ou virtualmente passíveis de discussão. Fazem parte desta categoria reafirmar, discordar, defender, comentar, reiterar, negar, temer, admitir, apartear, revidar, retrucar, responder, indagar, reconhecer, reconsiderar, reagir, como é o caso de.

Por fim, a sétima categoria, verbos interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido, representa a força que as orações produzidas têm durante o ato de fala: advertir, censurar, sugerir, aconselhar, criticar, enaltecer, elogiar, prometer, condenar, desaprovar, incentivar, exortar, admoestar (7).

- (4) *O presidente, por vezes fazendo uso de fake news, também **incentivou** a população, especialmente os mais vulneráveis, à exposição ao vírus, numa clara tentativa de provocar "imunidade de rebanho".* (FSP, 28/11/2021) [artigo de opinião]

Marcuschi (2007, p. 89) reitera que os parafraseantes sintéticos exercem, “a par de uma atividade sobre o dito, também uma função no texto enquanto estruturam a argumentação”. Além disso, o autor ressalta que alguns verbos não aparecem nesta classificação, é o caso do verbo “dizer”. Nas palavras de Marcuschi (2007, p. 90), “o verbo ‘dizer’ é considerado como um coringa, uma espécie de vale tudo, pois aparece em todas as funções e não tem alguma específica”.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é talvez a arte de se criar dificuldades fecundas e de criá-las para os outros. Nos lugares onde havia coisas simples, faz-se aparecer problemas.

GoldenBerg (2011, p. 40)

Neste capítulo, apresentamos as escolhas metodológicas definidas para nos guiar no desenvolvimento deste trabalho, cujo propósito centra-se em analisar e descrever os aspectos organizacionais (composição, estilo e temática) e argumentativos do gênero textual artigo de opinião.

Discutimos inicialmente sobre o tipo de pesquisa que estamos desenvolvendo, quanto a abordagem, a natureza, o gênero, o objetivo e os métodos na perspectiva de Menezes e Paiva (2021). Na sequência, discorremos sobre a caracterização da pesquisa em termos teórico-metodológicos. Em seguida, apresentamos informações sobre a contextualização, constituição, seleção e organização do *corpus* de análise. Posteriormente, indicamos os procedimentos de análise que nos orientam nas etapas analíticas dos textos selecionados.

3.1 Tipo de Pesquisa

Os tipos de pesquisa podem ser classificados de acordo com: (i) a abordagem, (ii) a natureza, (iii) o gênero, (iv) as fontes de informação, (v) o objetivo, (vi) os métodos e (vii) os instrumentos de coleta de dados (MENEZES; PAIVA, 2021). Quanto a abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que buscamos investigar como os aspectos composicionais e os verbos dicendi contribuem para construir uma linha argumentativa nos artigos de opinião.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Assim, na pesquisa qualitativa há uma hierarquia entre os processos de “descrever”, “compreender”, “explicar” e ainda “analisar”.

Na pesquisa qualitativa, com base em Godoy (1995, p. 21), um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual faz parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, nas palavras da autora “o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”. Por essa razão, uma abordagem qualitativa permite que o pesquisador entenda a dinâmica do fenômeno, analisando-o em contextos específicos.

Em relação à natureza e ao objetivo, esta pesquisa é de natureza básica e constitui-se como uma pesquisa descritiva e explicativa. É explicativa pois, nosso alvo é identificar e explicar os fatores que contribuem para a ocorrência dos verbos dicendi em artigos de opinião. E descritiva, pois, pretendemos descrever o fenômeno, observando, registrando e apresentando suas características. Segundo Gil (2007, p. 43), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um

fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado. Por isso, ao descrevermos e explicarmos o fenômeno pretendemos compreendê-lo em sua totalidade.

Quanto ao gênero, este estudo tem caráter empírico e a técnica para coleta de dados foi a documental. A palavra “documento” é entendida, neste trabalho, de uma forma mais ampla, incluindo materiais escritos como, jornais, revistas, obras literárias, e no caso desta pesquisa, os artigos de opinião. Tais documentos constituem-se como fontes de informação primária. Além disso, eles constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos e podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto.

Os documentos são considerados como formas de constituir processos e artefatos sociais. Eles representam formas de sentido, que devem ser reconstruídos e analisados “com diferentes métodos que permitam ao pesquisador desenvolver modos, tipologias, teorias, como formas de descrever e explicar as questões sociais” (GIBBS, 2009, p. 8-9). Essa abordagem busca detalhar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que lhes está acontecendo.

Na pesquisa documental, três aspectos recebem atenção especial por parte do investigador, a saber: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise. A escolha dos documentos, por exemplo, não é um processo aleatório, mas constitui-se em função de propósitos, ideias e hipóteses específicas. Nessa pesquisa, em especial, selecionamos artigos do Jornal Folha de São Paulo, especialmente por se tratar de um jornal de grande circulação e representatividade no país. Assim, após a coleta de dados, partiremos para a análise dos dados e interpretação do fenômeno.

3.2 Constituição do *corpus*

Um *corpus* linguístico se caracteriza, como “um conjunto de dados linguísticos naturais e digitais” (ASSIS, 2017, p. 105). Com base em Sardinha (2004, p. 16), *corpus* pode ser definido como “uma coletânea de textos naturais, escolhidos para caracterizar um estado ou variedade de linguagem”. Portanto, um *corpus* pode ser criado a partir de um conjunto de textos produzidos por pessoas falantes de uma língua, e deve ser organizado “com critérios linguísticos explícitos a fim de serem usados como uma amostra da linguagem”

(SARDINHA, 2004, p. 17). Isso significa que nem todo conjunto de textos é considerado um *corpus*, a menos que seja organizado com critérios linguísticos de seleção.

A extensão de um *corpus* é considerada como um critério importante, nesse sentido, Sardinha (2004, p. 26) propõe uma classificação a partir da quantidade de palavras do *corpus*, como apresentado no quadro abaixo.

TAMANHO EM PALAVRAS	CLASSIFICAÇÃO
Menos de 80 mil	Pequeno
De 80 a 250 mil	Pequeno-médio
De 250 mil a 1 milhão	Médio
De 1 milhão a 10 milhões	Médio-grande
10 milhões ou mais	Grande

Fonte: Sardinha (2004, p. 26)

Diante disso, o *corpus* desta pesquisa é considerado pequeno, já que os 9 artigos analisados possuem 6.006 palavras.

Os dados utilizados nesta pesquisa são de natureza documental, pois o *corpus* advém de meios de comunicação de massa disponibilizados ao público, especificamente, do jornal Folha de São Paulo (FSP). O *corpus* é constituído por 9 artigos de opinião, com a temática: política, cuja publicação se deu no mês de novembro de 2021. Para chegarmos à sua constituição definitiva, os procedimentos de coleta e seleção dos textos seguiram os seguintes critérios:

1. ser veiculado na internet;
2. fazer parte do domínio discursivo jornalístico;
3. pertencer ao gênero artigo de opinião;
4. ter sido publicado no mês de novembro de 2021;
5. possuir sequência argumentativa predominante;
6. ter sido publicado originalmente no jornal Folha de São Paulo;
7. Possuir como temática a política;

Assim, a escolha de textos que fossem veiculados na *internet* se deve ao fato de ser uma forma acessível, mediante assinatura, e relativamente popularizada, uma vez que a mídia *online* tem se tornado parte da vida de um número cada vez maior de pessoas, mas o acesso completo aos textos só é possível via assinatura mensal. Essa popularização, além de tornar público o privado, por meio das assinaturas mensais, facilita o acesso à conteúdos

jornalísticos de forma imediata e variada. Em poucos segundos, nos mais diversos lugares, é possível ter acesso a um número incalculável de informações.

Dessa forma, a escolha pelo gênero artigo de opinião se justifica, por se tratar de um texto em que predominam as sequências argumentativas, por ter uma função social e por circular em suportes midiáticos, como jornais e revistas. Além disso, dentre os múltiplos gêneros que constituem o domínio jornalístico, figura o artigo de opinião, identificado, de acordo com a significação peculiar às instituições jornalísticas, como uma forma de expressão verbal, uma matéria jornalística em que alguém, seja ele jornalista ou não, desenvolve uma ideia mesclando opiniões e fatos (MARQUES DE MELO, 2003).

Após a escolha do gênero, no critério seguinte, escolhemos o mês que estivesse dentro do ano de 2021, nesse caso, escolhemos o mês de novembro, assim, selecionamos os artigos de opinião publicados desde o primeiro dia até o último dia do mês de novembro, que pertencessem a temática escolhida. Definidos os critérios até aqui expostos para o domínio discursivo, meio de veiculação, período de publicação e gênero, demos início à busca online por textos que atendessem a todos eles.

Nesse sentido, o Jornal Folha de São Paulo como fonte de informação para a coleta de dados, por se tratar um jornal de grande circulação no país. Com a definição da fonte, teve início a coleta dos artigos de opinião com publicação no período preestabelecido. Assim, escolhemos os artigos do jornal Folha de São Paulo que são publicados diariamente, nesse caso, coletamos 9 artigos durante todo mês de novembro.

Para definir uma temática, mapeamos todas os temas dos artigos, por meio da leitura online e percebemos que a temática política era recorrente em muitos artigos, assim, decidimos por esta temática especificamente.

Para coleta no Jornal Folha de São Paulo, acessamos diretamente o site oficial do jornal, realizamos a assinatura mensal exigida para o acesso integral aos artigos de opinião, filtramos os textos do mês de novembro de 2021 e fizemos a coleta. Após a seleção dos textos, acessamos a página online do jornal e por meio dos recursos copia-e-cola do *Microsoft Word* os artigos de opinião eram copiados tal como estavam disponíveis no site e salvos em *doc* e em *pdf*. Além disso, fizemos um print de cada um dos artigos com o designe gráfico da edição impressa.

Concluído esse processo, os artigos foram “limpos” e os elementos extratextuais, como o nome da seção em que o texto foi publicado, elementos icônicos, imagens e propagandas foram excluídos. Desse processo de coleta, resultaram os nove artigos de opinião

que classificamos como “*corpus* final”, que, posteriormente, foram lidos no intuito de identificar a organização composicional dos textos e a recorrência dos verbos dicendi.

Para uma visão geral dos textos selecionados, organizamos no Quadro 07, as informações gerais de cada artigo: título, autor, data de publicação e local de publicação. Os artigos de opinião receberam códigos de referência formados pelas iniciais AO (artigo de opinião) seguidas da numeração atribuída a cada texto. Dessa forma, o primeiro artigo do *corpus* – Carta ao futuro presidente – é referido como AO1, e assim sucessivamente.

Quadro 9 - Dados de identificação dos artigos de opinião que constituem o *corpus*

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
AO1	Linha fina e rede furada	Armínio Fraga	03/11/2021	FSP
AO2	Curas milagrosas e a internet no Brasil	João Paulo de Vasconcelos Aguiar	04/11/2021	FSP
AO3	Democracia entre vidas, mortos e caminhos tortos	Mônica Sodré	06/11/2021	FSP
AO4	O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro	Ivan Valente	08/11/2021	FSP
AO5	Os subsídios intocados e a viabilidade da renda básica universal	Eduardo Suplicy	10/11/2021	FSP
AO6	Quem matou o bolsa família?	Letícia Bartholo; Leandro Ferreira; Milton Coelho	15/11/2021	FSP
AO7	Do pacote pró-corrupção às eleições	Roberto Livianu	15/11/2021	FSP
AO8	Rompa-se o teto	Marcos Cintra	23/11/2021	FSP
AO9	Governo Bolsonaro e os crimes contra a humanidade	Marco Aurélio dos Santos	28/11/2021	FSP

Fonte: elaboração própria

A autoria dos textos é distribuída entre 11 articulistas diferentes, sendo eles: Armínio Fraga; Mônica Sodré; Ivan Valente; Eduardo Suplicy; João Paulo de Vasconcelos Aguiar; Letícia Bartholo; Leandro Ferreira; Milton Coelho; Roberto Livianu; Marcos Cintra; Marco Aurélio, assim, alguns artigos possuem mais de um articulista. Em pesquisas *onlines* sobre os autores, verificamos que a maioria possui formação em ciências políticas e jornalismo, alguns possuem qualificação também em outras áreas, enquanto outros se especializaram em ramos particulares do jornalismo, como o político e o econômico. Muitos possuem afiliações a correntes ideológicas ou a partidos políticos, de modo que alguns são ex-deputados, outros

são sociólogos, o que se reflete claramente nos textos. Além disso, todos os articulistas possuem ao menos um vínculo profissional. Os colunistas do jornal FSP não se repetem, em cada edição um novo articulista produz o artigo de opinião.

3.3 Espaço de coleta de dados

Neste item, tratamos de aspectos do espaço de coleta de dados que é o veículo de informação em que os artigos de opinião são partes constitutivas, a saber, o jornal Folha de São Paulo.

O Jornal Folha de São Paulo, ou simplesmente a Folha, jornal de maior circulação no país, foi fundada em 19 de fevereiro de 1921 por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha, que noticiava com prioridade a deficiência dos serviços públicos. Na década de 20, assim como o rival Estadão, fez campanha pelo voto secreto e apoiou a Revolução Tenentista. Também apoiou o Partido Democrático. Em julho de 1925, foi criada a Folha da Manhã, edição matutina da Folha da Noite. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa (Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite) se fundiram e surgiu o jornal Folha de São Paulo.

O jornal elencou como seus princípios editoriais: 1) jornalismo moderno, crítico (comparando os fatos e veiculando diferentes versões), analítico (explicando os acontecimentos de forma objetiva e didática), especializado e de serviço (buscando atender o leitor); 2) apartidarismo - sem vínculos a grupos, tendências ou partidos políticos. Esse princípio rege os critérios que definem a importância da notícia: ineditismo, improbabilidade, interesse, apelo e empatia; 3) pluralismo - abertura de espaço para publicação de posição divergente das do jornal (cf. MANUAL DE REDAÇÃO, 2002).

Os artigos de opinião ocupam um espaço privilegiado no jornal FSP e estão na seção Opinião ao lado dos editoriais. O título dos artigos aparece em negrito, o autor é mencionado com fonte em azul, logo a abaixo do nome do autor é apresentada uma breve biografia do articulista. O texto aparece em três colunas e ocupa apenas uma página do jornal.

3.4 Procedimentos de descrição e análise dos dados

Trazidas ao conhecimento as informações sobre a constituição e organização do *corpus*, nesta seção, explicitamos o percurso analítico adotado. Compartilhando com Motta-

Roth (2003, p. 169) da visão de que toda metodologia de pesquisa se constrói a partir da junção de “uma ‘teoria’ mais ampla que tenta dar conta de fenômenos que se inscrevem em uma dada categoria e uma ‘técnica’ localizada para dar conta de uma situação específica que se quer investigar”, apontamos as etapas delineadas para o desenvolvimento desta análise.

A análise dos dados organiza-se em duas etapas principais, sumarizadas no Quadro abaixo:

Quadro 10 - Etapas e fases de análise do *corpus*

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO
1 – Análise da organização composicional, temática e estilo dos artigos de opinião.
ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO
1 – Identificar os verbos dicendi em cada artigo de opinião;
2 – Descrever a transitividade das sentenças com verbos dicendi;
3 – Analisar o papel dos verbos dicendi na construção da argumentação textual;

A análise do gênero, ponto de partida do percurso metodológico definido, é crucial para o mapeamento dos planos de textos. Assim, atentamos para a organização do gênero artigo de opinião antes de partirmos para a análise da argumentação. Nessa etapa analítica, identificamos todas as partes que compõe os artigos, para chegarmos às sequências textuais dominantes em cada texto.

Para identificar os elementos que compõe o gênero, analisamos, com base em Bakhtin (2003), a temática, a organização composicional e o estilo de cada artigo de opinião. Em seguida, descrevemos os elementos fixos e ocasionais que estavam presentes nos textos, a saber: (i) contextualização e/ou apresentação do que está sendo discutido; (ii) apresentação da tese ou situação-problema; (iii) utilização de argumentos que sustentam a posição assumida; (iii) retomada da posição inicial; e (iv) Avaliação final. Posteriormente, apresentamos os resultados obtidos por meio da análise da composição dos gêneros e expomos quais elementos estão em todos os textos e quais aparecem apenas em alguns momentos.

Em um primeiro momento, a análise é feita de forma singular, analisando texto por texto. Em um segundo momento, os resultados encontrados são analisados conjuntamente, de modo a verificarmos como o texto de encaixa às características do gênero, possibilitando que os argumentos do autor sejam recebidos satisfatoriamente pelo leitor.

Na etapa de análise da argumentação, fizemos a identificação e quantificação dos verbos dicendi, prototípicos e não prototípicos, presentes em cada artigo de opinião. Descrevemos quantas destas orações possuem discurso direto e quantas possuem discurso indireto. Em seguida, analisamos a contribuição de cada sentença para a construção de sentido

no texto. Por fim, fizemos a análise da transitividade e, posteriormente, discutimos como transitividade desses verbos e seus complementos influenciam da construção da argumentação textual.

4. ANÁLISE DOS DADOS

O conhecimento dirige a prática; no entanto, a prática aumenta o conhecimento.

Thomas Fuller (1608 | 1661)

Neste capítulo, apresentamos e discutimos os resultados obtidos nas análises empreendidas em uma amostra de 9 textos do Jornal Folha de São Paulo. No primeiro momento, analisamos a organização composicional, o estilo e a temática de cada texto. Logo depois, discutimos a contribuição dos verbos dicendi para a construção da argumentação nos artigos de opinião.

4.1 Análise da organização composicional, temática e estilo dos artigos de opinião

Quanto aos elementos que constituem os gêneros, conteúdo temático, organização composicional e estilo, conforme discutido no capítulo 3, podemos dizer que, no artigo de opinião, o conteúdo temático é alusivo a questões controversas e polêmicas, de importância social. O estilo, de acordo com Bräkling (2000), apresenta marcas linguísticas relevantes, a organização do discurso em terceira pessoa, assim como o uso do indicativo, ou do subjuntivo, na apresentação da questão, dos argumentos e contra-argumentos. No que tange à construção composicional, o artigo de opinião nem sempre apresenta uma ordem para apresentação dos argumentos, porquanto o gênero possibilita ao articulista condições para desenvolver seu estilo próprio adequado à interação por meio da escrita.

A seguir, analisamos os 9 artigos de opinião que compõe o *corpus*, publicados na revista Veja e no jornal Folha de São Paulo em novembro de 2021, sob os seguintes aspectos da dimensão do gênero: conteúdo temático, estilo e organização composicional. Além disso, analisamos as sequências argumentativas presentes nos textos e as predicções dos complexos oracionais.

4.1.1 Linha fina e rede furada – FSP

O artigo em questão, intitulado “Linha fina e rede furada”, foi publicado por Armínio Fraga em 03 de novembro de 2021, pelo jornal Folha de São Paulo. O texto trata de uma réplica ao artigo de Ciro Gomes (A rede está furada), que por sua vez foi uma réplica do artigo de Armínio (Banco Central age como se estivesse pescando com uma linha fina).

Quadro 11 - Artigo: linha fina e rede furada

<p>Linha fina e rede furada</p> <p>Tripé macro é provavelmente o único viável para uma economia moderna e livre</p> <p>Caro Ciro Gomes, atendo aqui a seu convite feito no artigo publicado terça-feira (2) nesta Folha</p>
--

("A rede está furada") em resposta ao meu de domingo ("Banco Central age como se estivesse pescando com uma linha fina", 31/10). Mantenho aqui o construtivo espírito de busca de convergências. **Digo** de cara que, sim, a rede (fiscal) está de fato furada!

Uma resposta mais completa pode ser encontrada em artigo que publiquei nesta Folha em 29 de setembro de 2019 ("No final do arco-íris tem um pote de ouro"). Lá está exposta uma estratégia consistente de combate à desigualdade e aceleração do crescimento. Contém, inclusive, propostas praticamente idênticas às suas para o lado da receita, e apresentadas em mais detalhe na revista Novos Estudos Cebrap em dezembro de 2019. Vale dar uma debruçada lá.

Estamos juntos no entendimento de que responsabilidade social e fiscal se complementam e representam uma base sólida para a construção de um futuro melhor. Concordo com a necessidade da construção de um arcabouço fiscal sustentável no tempo (ou seja, robusto para permitir políticas macroeconômicas e sociais anticíclicas).

Não há política anticíclica sem se acumular gorduras em épocas boas. E mais: não há possibilidade de juros baixos e sustentáveis e, portanto, câmbio competitivo, sem a casa em ordem. Não há crescimento sustentado sem estabilidade e previsibilidade na macroeconomia. Não há país que resista a recorrentes crises cambiais e inflacionárias, como sabemos melhor do que ninguém. Não há investimento em infraestrutura sem regras claras para preços públicos e confiança no longo prazo. Não há renda para o trabalhador no caos da inflação e no escuro da bagunça fiscal.

O tripé macro foi criado para consolidar o sucesso do Plano Real. Sigo acreditando que é o melhor sistema, provavelmente o único viável para uma economia moderna e livre. **Penso que**, enquanto foi praticado com disciplina e coerência, gerou bons resultados. Não há nada no tripé que proíba crescimento, muito pelo contrário. Gostaria de ver uma alternativa coerente que pare de pé.

Experimentos voluntaristas de reduções de juros na marra sempre acabaram em inflação mais alta do que antes. Aventuras com controles de preços e de câmbio, com renúncias fiscais e subsídios absurdos e direcionamento massivo do crédito sempre nos levaram ao caos e à desigualdade.

O regime de meta para inflação permite incorporar a inércia de preços (como os administrados) e os choques de oferta, desde que conduzido com transparência e apoiado pelas outras pernas do tripé. Permite também combater recessões e inflações.

Dizer que o tripé vigorou desde 1999 não procede. A criatividade fiscal começou no segundo mandato de Lula, e o colapso final do regime fiscal data de 2014, quando Dilma Rousseff buscava a reeleição. Destacam-se no "modelo" o uso indiscriminado de subsídios e dos bancos públicos e as pedaladas. Desde então, convivemos com déficits primários, crescimento negativo e desigualdade crescente. Não houve continuidade do tripé.

É verdade que o gasto público vem crescendo há décadas, e com ele a carga tributária. Não dá para **falar** em reduzir a carga sem reduzir o gasto. Tenho defendido um ajuste de grandes proporções, para ancorar a paz macroeconômica e redirecionar recursos para áreas que, ao mesmo tempo, geram mais crescimento, igualdade e oportunidades (tais como saúde, educação, infraestrutura e uma rede de proteção social melhor).

Sei que você é a favor disso tudo. Mas faltou **dizer** de onde vêm os recursos. Tenho me **esgoelado** de repetir aqui que o grosso deve vir de três áreas: dos espaços da receita já mencionados, da folha de pagamentos do setor público e da Previdência. Estes dois últimos itens representam 79% do gasto do governo como um todo! Não temos chance sem uma boa reforma do RH do Estado e de mais esforços na Previdência, que consome 13% do PIB versus 10% para saúde e educação.

Por fim, não procede **dizer** que recursos foram torrados com a privatização. A extraordinária revolução que ocorreu em vários setores, mormente na telefonia, não teria ocorrido. E o fracasso no setor elétrico, não privatizado e mal regulado, teria sido evitado.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/11/>
Acessado em: 01/12/2021

Fonte: elaboração própria

O articulista inicia o texto com um vocativo: “*Caro* *Ciro* *Gomes*”, recurso recorrente em gêneros como e-mail, cartas, entre outros. Embora o endereçamento seja claramente para o político citado, Armínio faz questão de consolidar seus argumentos para que o leitor seja convencido de seu ponto de vista. Para isso, lança mão de dados estatísticos, de fatos que ocorreram na economia no mandato de Lula e Dilma, e de verdades construídas por meio de seu ponto de vista. Armínio defende a ideia de que o tripé macro foi criado para consolidar o sucesso do Plano Real, para ele, esse é o melhor sistema econômico que deve ser adotado, em

suas palavras, o autor acrescenta: *“penso que, enquanto foi praticado com disciplina e coerência, gerou bons resultados. Não há nada no tripé que proíba crescimento, muito pelo contrário. Gostaria de ver uma alternativa coerente que pare de pé.*

Em cada um dos parágrafos, Armínio refuta uma ideia apresentada no artigo de Ciro, portanto, para que o artigo seja compreendido com maior precisão, é necessário uma leitura previa do artigo “a rede está furada”. No último parágrafo, o articulista utiliza o primeiro período para refutar mais um posicionamento do ex-governador: *“por fim, não procede dizer que recursos foram torrados com a privatização”*, nesse caso, não é proposto uma solução para o problema, mas é apresentado mais uma justificativa para que seu ponto de vista seja aceito.

Quanto ao estilo, o texto é escrito ora em primeira pessoa, ora em terceira pessoa, o que mostra um nível de pessoalidade e aproximação maior com o leitor, utilizando expressões como: *“convivemos”, “tenho”,* os elementos que estão em primeira pessoa do plural insere o leitor nos acontecimentos descritos no texto, por exemplo, *“nos levaram ao caos”*, com um certo grau de generalização. Os argumentos do articulista são construídos com base em sua experiência enquanto economista e especialista no assunto, em muitos momentos não há fontes que comprovem sua opinião, como quando ele diz: *“é verdade que o gasto público vem crescendo há décadas, e com ele a carga tributária.”*, *“Experimentos voluntaristas de reduções de juros na marra sempre acabaram em inflação mais alta do que antes.”* Esse fato não descredibiliza o texto, ao contrário, revela o quanto o articulista é autoridade no assunto, especialmente por se tratar do ex-presidente do Banco Central, e um dos economistas mais influentes do Brasil.

A organização composicional do texto é discutida no quadro a seguir.

Quadro 12 - Organização composicional do AO1

ELEMENTOS DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	EXCERTOS	COMENTÁRIOS
Contextualização e/ou apresentação do que está sendo discutido	Caro Ciro Gomes, atendo aqui a seu convite feito no artigo publicado terça-feira (2) nesta Folha ("A rede está furada") em resposta ao meu de domingo ("Banco Central age como se estivesse pescando com uma linha fina", 31/10). Mantenho aqui o construtivo espírito de busca de convergências. Digo de cara	O primeiro parágrafo do texto é dedicado a contextualizar o assunto que será discutido, a saber, uma resposta ao artigo de Ciro Gomes.

	que, sim, a rede (fiscal) está de fato furada!	
Apresentação da tese ou situação/problema	O tripé macro foi criado para consolidar o sucesso do Plano Real. Sigo acreditando que é o melhor sistema, provavelmente o único viável para uma economia moderna e livre. Penso que, enquanto foi praticado com disciplina e coerência, gerou bons resultados. Não há nada no tripé que proíba crescimento, muito pelo contrário. Gostaria de ver uma alternativa coerente que pare de pé.	A tese do autor é apresentada no 5 parágrafo do texto. Armínio defende o tripé para a economia, de acordo com ele, esse é o melhor sistema. No excerto citado, seu posicionamento é perceptível, especialmente pelo uso da primeira pessoa do singular: “Penso que”, “gostaria”, “sigo acreditando”.
Utilização de argumentos que sustentam a posição assumida	<p>1 – Não há política anticíclica sem se acumular gorduras em épocas boas. E mais: não há possibilidade de juros baixos e sustentáveis e, portanto, câmbio competitivo, sem a casa em ordem. Não há crescimento sustentado sem estabilidade e previsibilidade na macroeconomia.</p> <p>2 – Experimentos voluntaristas de reduções de juros na marra sempre acabaram em inflação mais alta do que antes. Aventuras com controles de preços e de câmbio, com renúncias fiscais e subsídios absurdos e direcionamento massivo do crédito sempre nos levaram ao caos e à desigualdade.</p> <p>3 – Sei que você é a favor disso tudo. Mas faltou dizer de onde vêm os recursos. Tenho me esgoelado de repetir aqui que o grosso deve vir de três áreas: dos espaços da receita já mencionados, da folha de pagamentos do setor público e da Previdência. Estes dois últimos itens representam 79% do gasto do governo como um todo.</p>	
Retomada da posição assumida	Por fim, não procede dizer que recursos foram torrados com a privatização.	Neste excerto, percebemos o autor retomando sua ideia principal e seguindo com o objetivo de refutar Ciro.

Avaliação final	---	O articulista não propõe uma avaliação da situação final, ele utiliza o último parágrafo do texto para reafirmar seu posicionamento e refutar Ciro.
------------------------	-----	---

Fonte: Elaboração própria

A organização composicional do texto segue a proposta de argumentação prevista em artigos de opinião, com todos os elementos necessários para composição do gênero. O autor inicia o texto com um vocativo e o finaliza com a expressão “*um abraço cordial*”, característico de outros gêneros como cartas ou e-mail, esse fato pode representar uma intertextualidade intergênero, mas ainda é um artigo de opinião. Além disso, a oração que encerra o texto indica uma mistura de sarcasmo e sensibilidade transmitida ao leitor e a Ciro Gomes.

4.1.2 Curas Milagrosas e a internet no Brasil – FSP

O artigo de opinião intitulado “Curas milagrosas e a internet no Brasil”, de autoria de João Paulo Vasconcelos Aguiar, publicado no Jornal FSP em 04 de novembro de 2021, possui uma temática política, voltada ao projeto de lei que prevê o que deve ou não deve ser veiculado na internet, especialmente curas milagrosas para algumas doenças.

Quadro 13 - Artigo: curas milagrosas e a internet no Brasil

<p><u>Curas milagrosas e a internet no Brasil</u></p> <p>Projeto do governo pode gerar crise de confiança severa no ecossistema digital</p> <p>A pandemia evidenciou os riscos envolvidos na prescrição de tratamentos equivocados. Além de não lidar com os sintomas iniciais, a cura proposta traz complicações secundárias —em alguns casos, irreversíveis.</p> <p>É o que se vê recentemente com as sucessivas tentativas de resolver, com soluções aparentemente simples e milagrosas, questões complexas acerca do uso da internet no Brasil.</p> <p>Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo a partir da experiência pioneira do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), o país construiu um arcabouço legal exemplar para a regulação do ambiente digital. Essa tradição, contudo, vem sendo eclipsada por iniciativas unidimensionais, focadas apenas na tecnologia, buscando resolver problemas sociais profundos.</p> <p>O horizonte atual está cheio delas, a exemplo da insistência do governo federal em avançar com o agora proposto pelo projeto de lei 3.227/2021. Partindo do argumento de defesa da liberdade de expressão, o PL altera as regras para a remoção de conteúdos nas redes sociais, determinando uma lista taxativa de “justas causas” para tal.</p> <p>O governo Jair Bolsonaro argumenta que a proposta não impede a exclusão de conteúdos e perfis, “apenas combate arbitrariedades e exclusões injustificadas e duvidosas, que lesam os brasileiros e suas liberdades”. A realidade, contudo, é que qualquer moderação que não se encaixe em uma das razões predeterminadas só pode ser autorizada pelo governo (ou após um longo processo na Justiça).</p> <p>O projeto de lei, assim, não apenas não entrega a solução prometida como cria outros problemas,</p>
--

com implicações graves para a infraestrutura digital.

A lista de "justas causas", por exemplo, não leva em consideração diversas ameaças no ambiente digital. **Autoriza** a ação das redes sociais para conter a disseminação de vírus e outros códigos maliciosos, mas não trata de combate a spam, de ataques de negação de serviço, de desfiguração de páginas ou da possibilidade de remoção de links para sítios e formulários que buscam roubar dados dos usuários. Isso aumenta sobremaneira a insegurança e pode gerar uma crise de confiança severa no ecossistema digital brasileiro.

É essencial lembrar também que o desenvolvimento da atual legislação sobre a internet ocorreu de maneira colaborativa, com a participação dos setores público e privado e da sociedade civil. O movimento unilateral e repentino do governo Bolsonaro cria incertezas no ambiente regulatório e pode desencorajar o desenvolvimento de serviços e aplicações no país —afugentando investimentos e travando a inovação e o crescimento.

Defender o que estabeleceu o Marco Civil da Internet, aliás, nada tem a ver com conceder imunidade total a essas plataformas. A legislação já **prevê** formas de responsabilização desses entes por condutas equivocadas ou abusivas. E diversas outras provisões estão atualmente em discussão no Congresso. Dessa maneira, é de suma importância que os legisladores coloquem o país de volta aos trilhos do desenvolvimento que levaram ao marco civil.

Para além de discussões imediatas, é preciso compreender ainda que a internet é um ecossistema complexo, distribuído em inúmeras camadas de infraestrutura, serviços, aplicações e usuários. A intervenção num ponto pode gerar efeitos colaterais em outros (dentro e fora do país) e comprometer o que precisa ser um ambiente aberto, conectado globalmente, seguro e confiável.

Por isso, torna-se necessária —e urgente— a adoção de uma "avaliação de impacto" diante de decisões que digam respeito ao ecossistema digital.

A prática já é exigida pela Constituição no caso de atividades que possam causar significativa degradação do meio ambiente. No contexto da internet, se apresenta como um caminho para a elaboração de políticas públicas e marcos regulatórios capazes de assegurar o equilíbrio entre direitos dos usuários, segurança jurídica e inovação nos negócios, bem como o progresso socioeconômico sustentável.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/11/>
Acessado em: 01/12/2021

Fonte: elaboração própria

Em relação ao conteúdo temático do texto, o autor do artigo de opinião discorre acerca da tentativa do governo de resolver a disseminação de informações falsas na internet por meio do projeto de lei 3.227/2021.

A tese apresentada, logo no segundo parágrafo do texto, refere-se a fato de que se vê recentemente sucessivas tentativas de resolver, com soluções aparentemente simples e milagrosas, questões complexas acerca do uso da internet no Brasil. Assim, o articulista disserta contra o projeto de lei apresentado pelo governo federal, alegando que *o projeto de lei, assim, não apenas não entrega a solução prometida como cria outros problemas, com implicações graves para a infraestrutura digital.*

No penúltimo parágrafo, o articulista propõe uma solução, a de que se adotem uma avaliação de impacto diante de decisões que digam respeito ao ecossistema digital.

Em relação ao estilo, o autor realiza escolhas lexicais que possibilitem alcançar o que foi proposto nessa situação comunicativa específica, objetivando, portanto, que ocorra a interação com os leitores, utilizando expressões como *é essencial lembrar.*

Em relação à organização composicional, sabemos que há diversas possibilidades de um artigo de opinião ser organizado, porém, é necessário atentar para alguns elementos

específicos que se encontram presentes nos textos desse gênero. Além disso, ainda que haja elementos essenciais para configurar esse gênero, nem todos os textos possuem todos os elementos ou na mesma ordem, por isso, analisamos a composição de cada artigo de opinião separadamente, neste trabalho.

Quadro 14 - Organização composicional do AO2

ELEMENTOS DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	EXCERTOS	COMENTÁRIOS
Contextualização e/ou apresentação do que está sendo discutido	A pandemia evidenciou os riscos envolvidos na prescrição de tratamentos equivocados. Além de não lidar com os sintomas iniciais, a cura proposta traz complicações secundárias — em alguns casos, irreversíveis.	O articulista apresenta o tema da discussão no primeiro parágrafo e faz uma breve contextualização, do período da pandemia.
Apresentação da tese ou situação/problema	É o que se vê recentemente com as sucessivas tentativas de resolver, com soluções aparentemente simples e milagrosas, questões complexas acerca do uso da internet no Brasil.	Ao introduzir sua tese, o articulista deixa claro que que falará das muitas tentativas de resolver os problemas de informações veiculadas no meio digital, especialmente aquelas soluções propostas pelo governo. No excerto destacado, já conseguimos observar a orientação argumentativa do articulista, ao afirmar que existe uma tendência no Brasil de apresentar soluções simples para problemas que são complexos.
Utilização de argumentos que sustentam a posição assumida	O horizonte atual está cheio delas, a exemplo da insistência do governo federal em avançar com o agora proposto pelo projeto de lei 3.227/2021. Partindo do argumento de defesa da liberdade de expressão, o PL altera as regras para a remoção de conteúdos nas redes sociais, determinando uma lista taxativa de "justas causas" para tal.	O articulista lança mão de 1 grande argumento e apresenta novas justificativas para ele. Esse argumento maior diz respeito a inconsistência do governo federal em avançar com o projeto de lei 3.227/2021.
Retomada da posição assumida	Por isso, torna-se necessária —e urgente— a adoção de uma "avaliação de impacto" diante de decisões que digam	O autor faz uma retomada de sua tese inicial reforçando a ideia de que é urgente a adoção de uma avaliação de

	respeito ao ecossistema digital.	impacto diante de decisões que digam respeito ao ecossistema digital.
Avaliação final	No contexto da internet, se apresenta como um caminho para a elaboração de políticas públicas e marcos regulatórios capazes de assegurar o equilíbrio entre direitos dos usuários, segurança jurídica e inovação nos negócios, bem como o progresso socioeconômico sustentável.	O texto é finalizado com um possível caminho de solução para o problema discutido.

Fonte: Elaboração própria

Em suma, o texto trata de um assunto atual e polêmico e o conteúdo temático faz alusão à acontecimentos políticos e ideológicos. A organização composicional encontra-se de forma bem estruturada, o estilo mostra o modo peculiar com o qual o articulista defende sua ideia, por meio dos recursos linguísticos.

4.1.3 Democracias entre vidas, mortos e caminhos tortos – FSP

Democracias entre vida, mortos e caminhos tortos, foi escrito por Mônica Sodré, publicado no jornal Folha de São Paulo em 06 de novembro de 2021. O texto propõe uma reflexão a respeito da atual situação da democracia, especialmente no Brasil.

Quadro 15 - Artigo: Democracias entre vidas, mortos e caminhos tortos

<p>Democracias entre vidas, mortos e caminhos tortos Nossa crise vai além da corrosão institucional; banalizamos a violência</p> <p>São tempos difíceis para as democracias em vários lugares do mundo. A ascensão de governos autoritários e populistas, aqui e lá fora, é atribuída à capacidade de algumas figuras capturarem o mal-estar causado pela falha das democracias em produzir prosperidade e socialização coletiva dos ganhos econômicos, pela atual desestruturação do mundo do trabalho e pelo sistemático enfraquecimento dos Estados nacionais e da representação política e dos partidos. São lideranças que se apoiam na ideia de que seriam capazes de mudar o estado das coisas. Trata-se de narrativa, mas com alto poder de convencimento.</p> <p>No Brasil, a discussão sobre democracia costuma estar frequentemente focada nos aspectos eleitorais. Por razões óbvias, esse tema ganhou destaque em virtude das declarações e ações do atual chefe do Executivo federal, para quem os ataques às instituições já se tornaram prática permanente. Se a crise passa (e certamente passa) pelas nossas instituições e elementos eleitorais, não se resume, no entanto, a eles. Aqui, a noção de equidade que a lei institui não veio acompanhada de condições reais para a participação dos cidadãos na vida política e cívica, ou de possibilidade em interferir nos rumos do país —exceto, na maioria das vezes, no momento do voto.</p> <p>Nossa democracia está em crise porque banalizamos a violência, característica constituinte do nosso povo, que foi o último do mundo a abolir a escravidão. Está em crise porque normalizamos que existam vidas "não merecedoras de luto, nem proteção". Porque aceitamos que mais de 75% das mortes violentas sejam de pessoas negras. Porque temos mais de 14 milhões de pessoas desempregadas. Porque metade da população vive com apenas R\$ 400 por mês. Porque cabe a nós, mulheres, boa parte dos trabalhos não remunerados e salários de apenas dois terços do rendimento</p>
--

dos homens. Porque hoje mais de 117 milhões de brasileiros —mais de 50% daqueles que aqui nasceram e vivem— comem menos, não comem ou não sabem se vão comer.

Participar da vida política acaba se tornando um luxo, incompatível com as preocupações de quem hoje não sabe se vai jantar ou se vai sobreviver à próxima batida policial.

Olhar a nossa democracia exclusivamente a partir da ótica das eleições e das instituições é escolher fechar os olhos para o tamanho do problema sobre o qual estamos sentados há muitos anos, e que continuará diante de nós: estamos destruindo a base material de nossa existência. As desigualdades históricas, agora agravadas pela pandemia, deixarão sequelas por muitos anos, da fome à sobrecarga de um sistema de saúde que terá que lidar com as sequelas dos sobreviventes, aos órfãos e ao atraso da aprendizagem de nossas crianças.

Nossa incapacidade de tornar o Estado elemento corretor das desigualdades e de prover proteção a quem mais precisa **nos remete** aos Buarque de Holanda —Sérgio, o pai, e Chico, o filho. Não só revela que há, sim, pecados ao sul do Equador como demanda um imenso esforço para não **reforçarmos o argumento** de "Raízes do Brasil" de que a democracia, do lado de cá, sempre foi um lamentável mal-entendido.

Precisamos de um novo pacto "pelo social". Educar nossas crianças e adolescentes para um novo mundo, colocarmos a primeira infância como prioridade, fortalecer o nosso sistema de saúde, revisar o nosso sistema tributário que pesa desproporcionalmente sobre os mais pobres. Precisamos mudar a maneira com que nos inserimos no conjunto das nações, que nos relacionamos com o meio ambiente e com a finitude dos nossos recursos naturais, com a ciência, com o valor do diálogo para a reconstrução da confiança na política, com as periferias, com os povos indígenas e as comunidades tradicionais.

Precisamos, com urgência, realizar a transição para uma economia de baixo carbono, da qual depende a nossa sobrevivência como espécie, sem que os custos disso recaiam, novamente e como sempre, nos mais vulneráveis.

A crise da nossa democracia vai muito além da sua corrosão institucional e dos elementos eleitorais. É a desigualdade, além de marca constituidora do nosso povo, o que impede a sustentação e fragiliza a estabilidade da democracia inteira.

Como já **dizia** Caetano: "Gente é pra brilhar. Não pra morrer de fome.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/11/>
Acessado em: 01/12/2021

Fonte: elaboração própria

O artigo é iniciado com a tese da autora de que: *“São tempos difíceis para as democracias em vários lugares do mundo”*. Para sustentar seu posicionamento, Mônica utiliza exemplos da situação democrática do Brasil, em suas palavras, *“nossa democracia está em crise”*. A articulista faz questão de apontar porque o país se encontra em crise com a democracia: *“Está em crise porque normalizamos que existam vidas “não merecedoras de luto, nem proteção”. Porque aceitamos que mais de 75% das mortes violentas sejam de pessoas negras. Porque temos mais de 14 milhões de pessoas desempregadas.”* Cada um de seus apontamentos descrevem a indignação e a preocupação da autora frente ao cenário atual.

A oração que encerra o artigo: *“Gente é pra brilhar. Não pra morrer de fome”*, canção de Caetano, revela a opinião do autor como um ponto pacífico sobre o problema, uma maneira de reafirmar ao leitor que o povo deve ser prioridade para que uma democracia funciona satisfatoriamente.

A respeito do estilo, o texto é escrito em terceira e em primeira pessoa, com predominância da primeira pessoa do plural, que aparece 20 vezes no texto. Por meio desse recurso, a autora se insere no discurso e se coloca entre o grupo de pessoas prejudicadas ou

responsáveis pela decadência da democracia, utilizando expressões como “*banalizamos*”, “*normalizamos*”, “*aceitamos*” e “*estamos*”. Nesse caso, a autora se envolve diretamente na discussão e deixa o texto mais pessoal, fugindo um pouco do tom de impessoalidade esperada em artigos de opinião jornalísticos.

A seguir destacamos a organização composicional do texto.

Quadro 16 - Organização composicional do AO3

ELEMENTOS DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	EXCERTOS	COMENTÁRIOS
Contextualização e/ou apresentação do que está sendo discutido	---	A apresentação do que será dito, é acompanhada pela tese da autora, logo no primeiro parágrafo, sem contextualizações prévias.
Apresentação da tese ou situação/problema	São tempos difíceis para as democracias em vários lugares do mundo	O primeiro período do texto apresenta a tese e o problema que será discutido.
Utilização de argumentos que sustentam a posição assumida	<p>1 – A ascensão de governos autoritários e populistas, aqui e lá fora, é atribuída à capacidade de algumas figuras capturarem o mal-estar causado pela falha das democracias em produzir prosperidade e socialização coletiva dos ganhos econômicos, pela atual desestruturação do mundo do trabalho e pelo sistemático enfraquecimento dos Estados nacionais e da representação política e dos partidos.</p> <p>2 – No Brasil, a discussão sobre democracia costuma estar frequentemente focada nos aspectos eleitorais. Por razões óbvias, esse tema ganhou destaque em virtude das declarações e ações do atual chefe do Executivo federal, para quem os ataques às instituições já se tornaram prática permanente</p> <p>3 – Nossa democracia está em crise porque banalizamos a violência, característica constituinte do nosso povo,</p>	<p>No excerto 1, a autora explica por que a democracia, muitas vezes, é mal-vista, devido a governos autoritários e populistas que mancham a democracia.</p> <p>No fragmento que representa o argumento 2, a autora discute que no Brasil esse tema só vem à tona em eleições, além disso, a democracia ganhou sérios ataques especialmente por atitudes vindas do ex-presidente da república.</p> <p>Como argumento final, Mônica acrescenta que a democracia está em crise, não apenas por atitudes de um representante político, mas por atitudes que deveriam ser abominadas e são normalizadas pela própria sociedade, no excerto 3, a autora se insere no discurso e não se isenta da responsabilidade.</p>

	que foi o último do mundo a abolir a escravidão. Está em crise porque normalizamos que existam vidas "não merecedoras de luto, nem proteção". Porque aceitamos que mais de 75% das mortes violentas sejam de pessoas negras. Porque temos mais de 14 milhões de pessoas desempregadas.	
Retomada da posição assumida	Olhar a nossa democracia exclusivamente a partir da ótica das eleições e das instituições é escolher fechar os olhos para o tamanho do problema sobre o qual estamos sentados há muitos anos, e que continuará diante de nós: estamos destruindo a base material de nossa existência. As desigualdades históricas, agora agravadas pela pandemia, deixarão sequelas por muitos anos, da fome à sobrecarga de um sistema de saúde que terá que lidar com as sequelas dos sobreviventes, aos órfãos e ao atraso da aprendizagem de nossas crianças	Neste excerto, percebemos que a autora retoma a posição assumida no início do texto e reafirma seu posicionamento de que o governo, ou as instituições não são os únicos culpados pela crise na democracia brasileira.
Avaliação final	Precisamos de um novo pacto "pelo social". Educar nossas crianças e adolescentes para um novo mundo, colocarmos a primeira infância como prioridade, fortalecer o nosso sistema de saúde, revisar o nosso sistema tributário que pesa desproporcionalmente sobre os mais pobres. Precisamos mudar a maneira com que nos inserimos no conjunto das nações, que nos relacionamos com o meio ambiente e com a finitude dos nossos recursos naturais, com a ciência, com o valor do diálogo para a reconstrução da confiança na política, com as periferias, com os povos indígenas e as comunidades tradicionais.	Como avaliação final, a articulista utiliza os três últimos parágrafos do texto para propor uma reflexão e para fazer uma chamada para ação, mostrando que é preciso que medidas sejam tomadas com urgência.

Fonte: Elaboração própria

Mais do que mostrar a decadência para qual a democracia está caminhando, a autora emprega a primeira pessoa do plural, como forma de buscar a adesão do leitor ao seu ponto de vista. Além disso, Mônica busca enfatizar sua preocupação com o cenário atual, especialmente ao encerrar o texto com a citação da música de Caetano Veloso.

4.1.4 O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro – FSP

O artigo, “O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro”, foi escrito por Ivan Valente para o jornal Folha de São Paulo e publicado em 08 de novembro de 2021. A temática central gira em torno da insatisfação do autor perante o governo do, até então, presidente da república, Jair Bolsonaro.

Quadro 17 - Artigo: O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro

O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro

Mobilização nas ruas deve continuar para inibir desgoverno e fake news

Depois de ensaiar um golpe de Estado com fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, possível amordaçamento da imprensa e presença armada de milicos e milicianos, Jair Bolsonaro parece querer continuar seu projeto de destruição pelas vias que a correlação de forças lhe permite.

Os democratas, progressistas e socialistas devem saber que não existe caminho fácil para superar este desgoverno. É um projeto de intencional implosão da nação e retrocesso civilizatório. A dimensão da tragédia nos aponta que o Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro.

O espelho destes três anos é a matança de mais de 600 mil vidas, sem luto, com deboche, negação da ciência, sabotagem das vacinas, corrupção e charlatanismo. É o armamento de milicianos em nome da liberdade, a substituição da verdade factual por uma monstruosa rede de fake news. É o atijamento dos quartéis para solapar a democracia.

É um governo que odeia pobres, em que o desemprego, o desalento e a informalidade atingem 60 milhões de brasileiros. Fome, miséria, carestia e inflação voltaram com tudo. É a política da sopa de ossos disputada no lixo. Sob a batuta de Bolsonaro, o país virou pária na área ambiental e de direitos humanos e se orgulha da vergonha internacional. O horror da imagem aterrorizante de uma draga do garimpo ilegal sugando duas crianças yanomamis num rio é o retrato da política anti-indígena.

Quando o caldo engrossou, Bolsonaro comprou o centrão com cargos e ministérios. Este contempla suas bases, que garantem maioria congressual através da corrupção escancarada com o nome de emendas de relator (RP9). Apenas para este ano estão previstos R\$ 16 bilhões aos apaniguados. É o preço para barrar o impeachment e votar reformas antipopulares. Ele tenta, assim, garantir a reeleição, mantendo o apoio do centrão e sustentando uma base radicalizada com discurso tosco, alimentado pelo preconceito e pelo ódio.

No entanto a barbárie bolsonarista produziu uma fratura importante na elite brasileira. E essa ala procura desesperadamente uma candidatura para se contrapor à polarização entre Bolsonaro e Lula. Querem a continuidade da política ultraliberal, mas sem o isolamento internacional e a fragilização do regime democrático eleitoral.

Essa fração da elite é, também, poderosa economicamente e conta com significativo poder na grande mídia. Seus pré-candidatos são quase todos bolsonaristas "arrepentidos". Foram contribuintes ativos da chegada de Bolsonaro ao poder em 2018. Mas aí reside exatamente sua fraqueza. **Corroboraram** covardemente com a selvageria e a agenda antipovo e agora não têm discurso, programa ou candidatura competitiva. Tentarão

assim mesmo uma unificação que se afigura difícil como "terceira via", mas que não deve ser desprezada.

Nesse quadro complexo, é imprudente e mesmo irresponsável pensar que uma alternativa à esquerda já tenha vitória assegurada. Portanto, é mais do que necessário continuar apostando nas ruas, **umentando a mobilização popular** e a ação nas redes sociais pelo "Fora, Bolsonaro". Isso é fundamental, não só para breçar a agenda conservadora, mas também para combater e inibir a milicianização da política e enfrentar a onda de mentiras propagadas com o apoio de empresários criminosos.

Imprescindível é a unidade das forças do campo democrático e popular. Diante do perigo iminente, trabalhar de forma harmônica contra o hegemomismo e o sectarismo em uma luta que exige sabedoria, tolerância e generosidade, contemplando todos os atores na batalha pelo impeachment e na participação ampla do processo eleitoral.

Essa unidade se constrói na aposta e num programa voltado aos "de baixo", na superação desse modelo econômico execrável, concentrador de renda, riqueza e poder, que perpetua a exclusão social e os preconceitos que marcam a dominação de classe no país. Sem distribuição de renda e busca do fim das desigualdades não há democracia.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2021/11/>

Acessado em: 01/12/2021

Fonte: elaboração própria

Para apresentar o fato que vai discutir, o autor opta por iniciar o texto com uma crítica a Bolsonaro, materializada no uso da expressão: *“Jair Bolsonaro parece querer continuar seu projeto de destruição.”*. Essa ideia é reforçada, no parágrafo seguinte quando afirma que *“não existe caminho fácil para superar este desgoverno”*. Essa é a porta de entrada que o autor usa para defender sua tese de que o governo de Bolsonaro ultrapassou os limites aceitáveis a ponto de o país não suportar mais quatro anos “em suas mãos”. Durante a argumentação, a articulista externa várias críticas à incompetência do presidente em governar o país afirmando que *“o espelho destes três anos é a matança de mais de 600 mil vidas, sem luto, com deboche, negação da ciência, sabotagem das vacinas, corrupção e charlatanismo.”*

A conclusão do artigo e opinião está resumida nos parágrafos 9 e 10, em que o autor apresenta uma proposta de união de forças para combater o governo em questão, enfatizando que essa unidade se constrói por meio de programas que considerem os “de baixo”. No último período do texto, o autor diz: *“sem distribuição de renda e busca do fim das desigualdades não há democracia”*, representando o último e definitivo argumento para convencer o leitor, e, simultaneamente, não deixar dúvidas da posição assumida pelo articulista.

Durante a argumentação, o autor emprega a terceira pessoa do plural e do singular, como forma de buscar a adesão do leitor ao seu ponto de vista. Além disso, Ivan lança mão de algumas metáforas para descrever o governo de Bolsonaro, como *“o espelho destes três anos”*, *“o caldo engrossou”*, característica de uma linguagem mais coloquial. Ao utilizar esse recurso, o articulista ratifica sua opinião a respeito do mandato do, até então, atual presidente.

A organização composicional, apresentaremos no quadro abaixo.

Quadro 18 - Organização composicional do AO4

ELEMENTOS DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	EXCERTOS	COMENTÁRIOS
Contextualização e/ou apresentação do que está sendo discutido	--	A apresentação da tese da autora acontece logo no primeiro parágrafo, sem contextualizações prévias.
Apresentação da tese ou situação/problema	Depois de ensaiar um golpe de Estado com fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, possível amordaçamento da imprensa e presença armada de milicos e milicianos, Jair Bolsonaro parece querer continuar seu projeto de destruição pelas vias que a correlação de forças lhe permite.	No primeiro parágrafo do texto o autor apresenta sua tese de que Jair Bolsonaro representa uma “ameaça” para o país, com planos de destruição. O posicionamento da autora fica evidente quando diz: “ <i>possível amordaçamento da imprensa</i> ”, “ <i>projeto de destruição</i> ”. Expressões que revelam claramente o descontentamento de Ivan Valente quanto ao governo de Bolsonaro.
Utilização de argumentos que sustentam a posição assumida	<p>1 – O espelho destes três anos é a matança de mais de 600 mil vidas, sem luto, com deboche, negação da ciência, sabotagem das vacinas, corrupção e charlatanismo.</p> <p>2 – É um governo que odeia pobres, em que o desemprego, o desalento e a informalidade atingem 60 milhões de brasileiros. Fome, miséria, carestia e inflação voltaram com tudo. É a política da sopa de ossos disputada no lixo.</p> <p>3 – Quando o caldo engrossou, Bolsonaro comprou o centrão com cargos e ministérios. Este contempla suas bases, que garantem maioria congressual através da corrupção escancarada com o nome de emendas de relator (RP9).</p> <p>4 – No entanto a barbárie bolsonarista produziu uma fratura importante na elite brasileira. É essa ala procura desesperadamente uma</p>	Os argumentos que consolidam e fundamentam a tese do autor são organizados de maneira que o leitor entenda o posicionamento do autor quanto ao desserviço que Bolsonaro prestou à sociedade em três anos de mandato.

	candidatura para se contrapor à polarização entre Bolsonaro e Lula. Querem a continuidade da política ultraliberal, mas sem o isolamento internacional e a fragilização do regime democrático eleitoral.	
Retomada da posição assumida	---	Neste artigo o autor reafirma seu posicionamento em cada um de seus argumentos, mostrando o porquê que o Brasil não suportará mais 4 anos de Bolsonaro.
Avaliação final	<p>(...) Portanto, é mais do que necessário continuar apostando nas ruas, aumentando a mobilização popular e a ação nas redes sociais pelo "Fora, Bolsonaro".</p> <p>Imprescindível é a unidade das forças do campo democrático e popular.</p> <p>Essa unidade se constrói na aposta e num programa voltado aos "de baixo", na superação desse modelo econômico execrável, concentrador de renda, riqueza e poder, que perpetua a exclusão social e os preconceitos que marcam a dominação de classe no país.</p>	<p>O articulista dedica os três últimos parágrafos a, não apenas fazer uma avaliação final, mas propor uma intervenção ao problema.</p> <p>No excerto, percebemos Ivan propondo uma mobilização de todos os opositores de Bolsonaro para que seu mandato encerre definitivamente em 2022.</p>

Fonte: Elaboração própria

Os argumentos propostos neste artigo, compõe um quadro de críticas desfavoráveis ao governo de Bolsonaro. Além disso, são argumentos utilizados com o intuito de unir os opositores a fim de impedir a reeleição do futuro candidato.

4.1.5 Os subsídios intocados e a viabilidade da renda básica universal – FSP

O artigo “os subsídios intocados e a viabilidade da renda básica universal”, foi escrito por Eduardo Suplicy e publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 10 de novembro de 2021. O texto discorre sobre o aumento de subsídios e de créditos fiscais, realizados no

governo de Bolsonaro, que no final das contas representa apenas uma transferência de renda que beneficia apenas as pessoas mais ricas.

Quadro 19 - Artigo: Os subsídios intocados e a viabilidade da renda básica universal

Os subsídios intocados e a viabilidade da renda básica universal

Benefícios fiscais acabam transferindo valores para as pessoas mais ricas

A Folha demonstrou recentemente que, apesar dos discursos do ministro Paulo Guedes (Economia) de que iria diminuir as desonerações fiscais, tendo diversas vezes **criticado** "os piratas privados e burocratas corruptos" que se apropriam de recursos públicos, o governo Jair Bolsonaro aumentou o volume de subsídios e créditos fiscais.

O diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado) Josué Pellegrini **chama a atenção** para o fato de que não houve qualquer mudança na legislação. Enquanto os benefícios tributários no Orçamento de 2018 foram de R\$ 321,4 bilhões, valor atualizado pela inflação, o projeto de Orçamento de 2022 estima um total de R\$ 371,1 bilhões em incentivos tributários.

Já em 2017, a então ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) **observou** que desonerações fiscais não servem de incentivo suficiente para que os empresários aumentem investimentos: quando pagam menos impostos, preferem aumentar a margem de lucro a investir em geração de emprego e renda. Em entrevista concedida depois de uma reunião da Organização Mundial do Comércio, em Genebra, a presidenta Dilma **fez a seguinte declaração**: "Eu acreditava que, se diminuísse impostos, teria um aumento de investimentos. Eu diminuí e me arrependo disso. No lugar de investir, eles (os empresários) aumentaram a margem de lucro".

Essas duas observações são importantes na reflexão sobre como poderá o Brasil cumprir efetivamente a lei 10.835/2004, que institui, por etapas, a renda básica de cidadania até chegarmos à sua universalidade e incondicionalidade. Em verdade, enquanto o programa Bolsa Família tem, em 2021, um orçamento de R\$ 34,7 bilhões, previstos para beneficiar 14,7 milhões de famílias mais pobres, podemos constatar que os benefícios fiscais e creditícios significam, com poucas exceções, uma transferência de renda em benefício das pessoas mais ricas em valor bem maior.

Quando o professor Ricardo Paes de Barros, do Insper, um dos mais distinguidos pesquisadores do tema, **diz** que o importante é fazer as transferências chegarem aos que mais precisam, eu o conclamo a refletir a razão pela qual os maiores estudiosos do assunto chegaram à conclusão de que, para beneficiar os que mais precisam, muito melhor será pagar a todas as pessoas, de forma incondicional, a renda básica de cidadania.

Importante destacar que o Supremo Tribunal Federal acatou o mandado de injunção impetrado pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, pela qual o governo federal deverá regulamentar a renda básica de cidadania, com efeito a partir de 2022, a ser paga a todas as pessoas abaixo da linha da pobreza.

No dia 20 de outubro fez 18 anos que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criou o Bolsa Família, que teve resultados positivos com respeito à diminuição da desigualdade, da fome e da pobreza.

Sem maior debate com os estudiosos do tema, o presidente Bolsonaro extingue o programa através de medida provisória, que cria nove diferentes programas, com regras que não avançam em direção à renda básica de cidadania.

Se viermos a somar os benefícios fiscais concedidos, R\$ 371 bilhões, e o Bolsa Família, R\$ 35 bilhões, teríamos um total de aproximadamente R\$ 406 bilhões. Divididos por 213 milhões de habitantes, significaria R\$ 1.906 por ano por brasileiro, ou R\$ 158 por mês. Numa família de pai, mãe e três crianças, equivaleria a uma renda básica de cidadania de R\$ 790 por mês, valor muito maior que o proposto pelo programa Auxílio Brasil. Se acrescentarmos as demais formas de transferência de renda, poderíamos ter um valor ainda maior.

Qual será a maior vantagem? Além de eliminarmos toda e qualquer burocracia em se precisar

saber quanto cada um ganha, no mercado formal ou informal, ampliaremos o grau de liberdade de cada pessoa. Seria finalmente possível, como nos convoca o papa Francisco em "Vamos Sonhar Juntos" (2020, Intrínseca), garantir a dignidade de rejeitar condições de trabalho que as aprisionam na pobreza. Tudo isso de forma progressiva, de forma que quem tem mais contribua proporcionalmente mais para que isso venha a ocorrer.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2021/11/>

Acessado em: 01/12/2021

Fonte: Elaboração própria

A temática abordada no texto envolve o aumento de subsídios e créditos fiscais proporcionados pelo governo de Jair Bolsonaro, que beneficiou, especialmente, os empresários. Assim, durante a argumentação, o autor tece críticas à atitude do presidente utilizando vozes de autoridade exterior ao texto afirmando que: *“Dilma Rousseff (PT) observou que desonerações fiscais não servem de incentivo suficiente para que os empresários aumentem investimentos: quando pagam menos impostos, preferem aumentar a margem de lucro a investir em geração de emprego e renda”*.

Nos dois últimos parágrafos, o articulista fecha sua argumentação com uma proposta de solução para o problema, ao seu ver, o valor total de benefícios fiscais, somados ao valor do Bolsa Família, produziria uma quantia capaz de sustentar muitas famílias brasileiras, resultando em um total maior do que aquele concedido por meio do auxílio Brasil. Em suas palavras finais, Eduardo reafirma seu posicionamento e se vale do discurso direto do Papa Francisco, quando diz *“vamos sonhar juntos”*.

Além disso, o autor busca se envolver diretamente em seus argumentos ao utilizar verbos em primeira pessoa e afirmar que: *“podemos constatar que os benefícios fiscais e creditícios significam, com poucas exceções, uma transferência de renda em benefício das pessoas mais ricas em valor bem maior”*. A predominância de verbos no presente do indicativo revela o teor de verdade que o autor pretende transmitir no texto e assim reforçar sua argumentação

A seguir comentaremos a organização composicional do artigo.

Quadro 20 - Organização Composicional do AO5

ELEMENTOS DO	EXCERTOS	COMENTÁRIOS
--------------	----------	-------------

GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO		
Contextualização e/ou apresentação do que está sendo discutido	---	Não há contextualização prévia do que será discutido.
Apresentação da tese ou situação/problema	A Folha demonstrou recentemente que, apesar dos discursos do ministro Paulo Guedes (Economia) de que iria diminuir as desonerações fiscais, tendo diversas vezes criticado "os piratas privados e burocratas corruptos" que se apropriam de recursos públicos, o governo Jair Bolsonaro aumentou o volume de subsídios e créditos fiscais.	No primeiro parágrafo do texto o autor apresenta sua tese de que o governo Jair Bolsonaro aumentou o volume de subsídios e créditos fiscais o que representa pontos negativos para a economia.
Utilização de argumentos que sustentam a posição assumida	<p>1 – Já em 2017, a então ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) observou que desonerações fiscais não servem de incentivo suficiente para que os empresários aumentem investimentos: quando pagam menos impostos, preferem aumentar a margem de lucro a investir em geração de emprego e renda</p> <p>2 – (...) podemos constatar que os benefícios fiscais e creditícios significam, com poucas exceções, uma transferência de renda em benefício das pessoas mais ricas em valor bem maior.</p> <p>3 – Quando o professor Ricardo Paes de Barros, do Insper, um dos mais distinguidos pesquisadores do tema, diz que o importante é fazer as transferências chegarem aos que mais precisam, eu o conclamo a refletir a razão pela qual os maiores estudiosos do assunto chegaram à conclusão de que, para beneficiar os que mais precisam, muito melhor será pagar a todas as pessoas, de forma incondicional, a renda básica de cidadania.</p>	Os argumentos ratificam a tese do autor, por meio de vozes de autoridade exterior ao texto, além da opinião do próprio autor enquanto especialista no assunto.

	4 – Sem maior debate com os estudiosos do tema, o presidente Bolsonaro extingue o programa através de medida provisória, que cria nove diferentes programas, com regras que não avançam em direção à renda básica de cidadania.	
Retomada da posição assumida	---	Neste artigo o autor reafirma seu posicionamento em cada um de seus argumentos, mostrando o porquê que o Brasil não suportará mais 4 anos de Bolsonaro.
Avaliação final	<p>.(...) Se acrescentarmos as demais formas de transferência de renda, poderíamos ter um valor ainda maior</p> <p>Qual será a maior vantagem? Além de eliminarmos toda e qualquer burocracia em se precisar saber quanto cada um ganha, no mercado formal ou informal, ampliaremos o grau de liberdade de cada pessoa. Seria finalmente possível, como nos convoca o Papa Francisco em "Vamos Sonhar Juntos" (2020, Intrínseca), garantir a dignidade de rejeitar condições de trabalho que as aprisionam na pobreza. Tudo isso de forma progressiva, de forma que quem tem mais contribua proporcionalmente mais para que isso venha a ocorrer.</p>	<p>O articulista dedica os dois últimos parágrafos a propor uma intervenção ao problema.</p> <p>Nos excertos, percebemos que Eduardo propõe uma intervenção alternativa para melhorar a economia, que inicia com o fim dos benefícios fiscais e assim, nas palavras do autor “<i>quem tem mais contribua proporcionalmente mais</i>”.</p>

Fonte: Elaboração própria

O teor argumentativo do gênero artigo de opinião permite que o articulista desenvolva seus argumentos a partir de discursos diretos e indiretos, no sentido de que essas vozes funcionem como argumento de autoridade, diferente de gêneros narrativos, por exemplo, em que discursos diretos criam sequências dialógicas e ocupam as narrativas orais.

4.1.6 Quem matou o Bolsa Família? – FSP

O artigo “Quem matou o Bolsa Família?”, foi escrito por três articulistas, Leticia Bartholo, Leandro Ferreira e Milton Coelho e publicado pelo jornal Folha da São Paulo, em 14 de novembro de 2021. A temática do texto gira entorno de uma indagação iniciada logo no título, quem teria dado fim ao Bolsa Família, dando lugar ao Auxílio Brasil.

Quadro 21 - Artigo: Quem matou o bolsa família

Quem matou o Bolsa Família?

Governo apertou o gatilho, mas perícia indica que há cúmplices entre nós

Neste mês de novembro faleceu um dos programas sociais mais reconhecidos mundialmente, o Bolsa Família. Em seu lugar, entra o confuso Auxílio Brasil. Mas quem, afinal, matou o Bolsa?

Ora, o contexto nos faz buscar o caminho óbvio ao apontar o culpado —o governo federal e seu desdém pela área social. Porém, tal assassinato parece envolver trama mais complexa: o governo apertou o gatilho, mas a perícia indica que o local do crime foi organizado por muitos de nós. Sim, também ajudamos a matar o Bolsa Família.

Nós ajudamos a matar o programa quando, no exercício essencial da atividade de imprensa, optamos por linhas editoriais preconceituosas e sem embasamento empírico. E, negando as evidências, insistimos em chamá-lo, durante anos, de assistencialista, gerador de dependência ou mecanismo de compra de votos. Atuando nos órgãos de controle, também ajudamos a executá-lo ao colocar nosso desejo de aparecer acima da sobriedade necessária à fiscalização das políticas públicas.

Alardeamos achados iniciais de auditoria como se fossem fatos conclusivos. Lembram-se dos beneficiários com propriedade de veículos caros ou que fizeram doações eleitorais de alto valor? Pois é, a apuração mostrou que a maioria expressiva desses casos era fraude fiscal: pessoas pobres usadas como laranjas.

Ajudamos a matar o Bolsa com a nossa vaidade intelectual. Divulgamos simulações com desenhos de novos programas cujo foco seria, em tese, muito melhor. Mas fizemos isso sem esclarecer que a focalização do Bolsa Família estava profundamente em linha com os programas internacionais de mesmo tipo e que nossos modelos analíticos se baseavam em pressupostos pouco aderentes: Estado onisciente, pessoas pobres com total clareza das regras e incluídas digitalmente, rede de assistência social completamente ágil. E quando nós, servidores públicos cuja função seria assegurar a boa atuação estatal, nos dispusemos a fazer qualquer serviço, também o matamos. "Estamos simplesmente cumprindo ordens", **dissemos**, num bom exemplo de banalização do mal.

Colaboramos com sua morte por nossa paciência com o tiozão polemista na ceia de Natal. Era batata: em toda família, em todo Natal, lá estava o tiozão **bradando** o famoso caso da "empregada da prima de uma tia de uma amiga dele" que deixou de trabalhar e agora só quer saber de fazer filho por conta do Bolsa Família. Para não estragar a ceia, nos **calamos** diante da maledicência sobre essa personagem tão famosa quanto irreal.

E o matamos de sobrecarga. O Bolsa não podia somente dar o peixe: era preciso que ensinasse a pescar, instruisse o pescador sobre a devida manipulação do alimento, o conectasse à indústria alimentícia e, quiçá, o transformasse num empresário de sucesso. Exigimos do Bolsa Família, um programa de renda assistencial articulado à saúde e à educação, que resolvesse toda a complexidade da pobreza brasileira.

Pois toda vez que agimos conforme esses exemplos, ou os reverberamos, ajudamos a construir a percepção de que seria um programa antiquado. E o Bolsa não foi antiquado. Foi inovador e com excelentes resultados. De fato, tinha lacunas que careciam de correção, e nós inclusive facilitamos sua morte ao lhe negar, durante 18 anos, melhorias importantes, como a fixação de critérios e periodicidade de atualização das suas linhas de pobreza e valores de benefícios, o fim das filas e a extensão de benefícios a famílias pobres sem filhos. Sim, mata-se também por omissão.

O Bolsa Família precisava ser melhorado, mas não merecia ser assassinado no imprevisto de uma medida provisória sem parâmetros monetários, com benefícios pulverizados e tão calcada na ideia de que a pobreza é um fenômeno de responsabilidade individual. O Auxílio Brasil, este sim, nasce ultrapassado, pois se pauta numa concepção de pobreza comum ao século 19.

Resta ao Bolsa o reconhecimento póstumo de um programa que viveu com dignidade e

contribuiu para que milhões de pessoas pudessem experimentá-la. A nós, cujas ações, palavras ou omissões colaboraram com o cenário do crime, resta a reflexão de que ele morreu também por soberba. No caso, a nossa.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/11/>
Acessado em: 01/12/2021

Fonte: elaboração própria

A argumentação dos autores gira em torno da busca por resposta à indagação inicial: “*quem matou o bolsa família?*”. De acordo com os autores, a primeira resposta parece óbvia, o culpado é o governo federal. No entanto, em cada um de seus argumentos, os articulistas mostram quem a raiz do problema está além do imaginário popular, em suas palavras: “*Nós ajudamos a matar o programa*”. Isso significa que o programa foi extinguido e os culpados estão entre a população em geral.

Para finalizar o texto, no último parágrafo, é feita uma avaliação final da situação. Os articulistas não propõem uma solução para o problema, mas reafirmam seu posicionamento de que todos, incluindo a si mesmos, são um pouco culpados do fim do Bolsa Família: “*a nós, cujas ações, palavras ou omissões colaboraram com o cenário do crime, resta a reflexão de que ele morreu também por soberba. No caso, a nossa.*”

Quanto ao estilo, os autores utilizam, em muitos momentos, a primeira pessoa do plural, se envolvendo no discurso e aproximando o leitor de seus argumentos. Além disso, o uso de metáforas durante o desenvolvimento da argumentação, indicam traços de informalidade no texto, como em: “*o governo apertou o gatilho*”, “*O Bolsa não podia somente dar o peixe*”. Nesse caso, os articulistas buscam uma aproximação maior com os leitores para convencê-los de seus argumentos.

Em seguida analisaremos a organização composicional do artigo.

Quadro 22 - Organização composicional do AO6

ELEMENTOS DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	EXCERTOS	COMENTÁRIOS
Contextualização e/ou apresentação do que está sendo discutido	---	Não há contextualização prévia do que será discutido.
Apresentação da tese ou situação/problema	Neste mês de novembro faleceu um dos programas sociais mais reconhecidos mundialmente, o Bolsa Família. Em seu lugar, entra o confuso Auxílio Brasil. Mas quem, afinal, matou o Bolsa?	No primeiro parágrafo do texto os autores apresentam o problema que será discutido, a saber, quem matou o bolsa família?

<p>Utilização de argumentos que sustentam a posição assumida</p>	<p>1 – Sim, também ajudamos a matar o Bolsa Família.</p> <p>2 – Nós ajudamos a matar o programa quando, no exercício essencial da atividade de imprensa, optamos por linhas editoriais preconceituosas e sem embasamento empírico.</p> <p>3 – Ajudamos a matar o Bolsa com a nossa vaidade intelectual.</p> <p>4 – Colaboramos com sua morte por nossa paciência com o tiozão polemista na ceia de Natal.</p> <p>5 – E o matamos de sobrecarga.</p> <p>6 – Sim, mata-se também por omissão.</p>	<p>Os argumentos dos autores são complementares ao primeiro excerto, de que todos, de alguma forma, contribuíram com o fim do Bolsa Família.</p> <p>Nos excertos seguintes, os articulistas acrescentam atitudes que corroboraram para que todos fossem culpados pelo fim do programa.</p>
<p>Retomada da posição assumida</p>	<p>O Bolsa Família precisava ser melhorado, mas não merecia ser assassinado no improviso de uma medida provisória sem parâmetros monetários, com benefícios pulverizados e tão calcada na ideia de que a pobreza é um fenômeno de responsabilidade individual. O Auxílio Brasil, este sim, nasce ultrapassado, pois se pauta numa concepção de pobreza comum ao século 19.</p>	<p>Neste excerto, os autores reafirmam seu posicionamento de que o Bolsa família, embora precisasse de melhorias, não poderia ter sido extinguido. E acrescentam que o Auxílio Brasil já nasce ultrapassado.</p>
<p>Avaliação final</p>	<p>Resta ao Bolsa o reconhecimento póstumo de um programa que viveu com dignidade e contribuiu para que milhões de pessoas pudessem experimentá-la. A nós, cujas ações, palavras ou omissões colaboraram com o cenário do crime, resta a reflexão de que ele morreu também por soberba. No caso, a nossa</p>	<p>Neste artigo, os autores não propõem uma solução para o problema, mas reafirmam seus posicionamentos de que a culpa pelo fim do Bolsa Família é “<i>nossa</i>”.</p>

Fonte: Elaboração própria

4.1.7 Do pacote pró-corrupção às eleições – FSP

Este artigo, intitulado “Do pacote pró-corrupção às eleições”, foi escrito por Roberto Livianu e publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 15 de novembro de 2021. A temática principal do texto gira em torno da questão da corrupção, o autor alerta que muitos políticos fazem campanha eleitoral a favor da corrupção, afirmando o famoso bordão “rouba, mas faz”. Esse pensamento levou o articulista a escrever este texto repudiando certas atitudes e afirmando que a luta verdadeira deveria ser contra todo tipo de corrupção e engano.

Quadro 23 - Artigo: Do pacote pró-corrupção às eleições

Do pacote pró-corrupção às eleições

Candidatos que lideram pesquisas ostentam histórico nada recomendável

Em pouco mais de dez meses, elegeremos representantes nas Assembleias Legislativas, governos estaduais, Câmara dos Deputados e Presidência da República por quatro anos. No Senado, por oito.

Lembre-mos disto porque, nas últimas eleições municipais, em 2020, um ex-prefeito de Cocal (PI) **afirmou** a plenos pulmões e em praça pública ser homem digno por ter roubado menos que o atual. Ou seja, para ele roubar é regra, sendo honestos os que roubam pouco e desonestos os gulosos que roubam além da conta.

O adhemarismo assim foi denominado pela demagogia populista proverbial baseada em grandes obras e tem seu líder, Adhemar de Barros, mencionado como o primeiro político "**rouba, mas faz**" — alcunha que até hoje também acompanha um conhecido ex-prefeito e ex-governador biônico de São Paulo.

Vassourinhas já foram símbolos usados há algumas décadas para prometer que se varreria toda a corrupção do país, e um outro ex-presidente, **com discurso** em tom messiânico e conhecido como "caçador de marajás", foi caçado por atos de corrupção. Mas, em virtude do poderio midiático de sua família, e da memória curta do povo, continua na cena política com reiterados mandatos de senador da República.

Um outro ex-presidente, oriundo do mundo sindical, **fez diversas** campanhas com o bordão "xô, corrupção" e, mesmo tendo sido seus processos criminais anulados, é essencial registrar que continua réu. Não foi absolvido em nenhum dos quatro, e seu partido político até hoje jamais puniu qualquer um de seus quadros condenados pela Justiça. E foram muitos. Jamais se fez qualquer mea-culpa.

O atual presidente, na campanha de 2018, assumiu o compromisso fundamental do combate à corrupção, mas o que se vê é exatamente o oposto —atos de corrupção apontados pela CPI, opacidade, hostilidade contra jornalistas, filhos suspeitos de crimes graves e suspeitas sobre aliados políticos na Câmara e no Senado. Destaca-se aqui o líder na Câmara **defendendo** em público o nepotismo e envolvido em casos de improbidade e em compra suspeita de vacinas; no Senado, o vice-líder foi flagrado com mais de R\$ 33 mil nas nádegas, incluindo em abundância a nova cédula de R\$ 200, com cuja divulgação o governo federal gastou mais do que com a prevenção à pandemia de Covid-19.

Neste governo, aliás, editou-se a medida provisória 966, que blinda agentes públicos, além do apoio maciço àquilo que Conrado Hübner Mendes **chama corretamente** de "pacote pró-corrupção": a PEC 32 (reforma administrativa), inflando a máquina pública com cabides de cargos de confiança; a PEC 5 (vingança contra o Ministério Público), minando a independência funcional do MP para poder subjugar-lo politicamente; a lei 14.230/21, ou a "não lei" de improbidade, que cria prazos maravilhosos de prescrição em benefício dos próprios parlamentares que votaram em favor do projeto e que serão beneficiados, entre outros gravíssimos pontos que estraçalham a antiga regra; e a escandalosa PEC 23, dos precatórios ou do calote, com direito à mudança de regimento da Câmara aos "40 minutos do segundo tempo", **como se diz** no futebol, para garantir votos de deputados que estavam na Escócia.

Como se isso não fosse suficiente, acrescento ainda o esmagamento da Lei da Ficha Limpa e a prática nefasta do Orçamento secreto, patrocinados pelo governo federal e sobre a qual a ministra Rosa Weber, em decisão histórica, acaba de determinar a suspensão de pagamentos relacionados a tais emendas.

Mesmo com a OCDE —onde o Brasil postula assento— decidindo monitorar nossa ação anticorrupção e diante de tantos retrocessos, as candidaturas que lideram a disputa presidencial nas primeiras pesquisas ostentam histórico nada recomendável em matéria de combate à corrupção, **como dito acima**.

De nada adiantam mitos, bordões, balas de prata ou capas de super-heróis. É vital que revertamos o "pacote pró-corrupção" construindo uma verdadeira política pública contra os malfeitos, com proposições em matéria de transparência, integridade e prevenção que sejam examinadas seriamente pela sociedade. Isso é vital para que educação, saúde, saneamento, meio ambiente e segurança, por exemplo, tornem-se sustentáveis.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/11/>
cessado em: 01/12/2021

Fonte: elaboração própria

Para corroborar sua tese, Roberto Livianu apoia seus argumentos em acontecimentos que geraram transtorno para o país, nas últimas décadas, devido a corrupção. O autor apresenta exemplos de “Vassourinhas”, que prometeram varrer a corrupção, mas não tiveram êxito; e de ex-presidentes da república os quais fizeram campanha com bordões de “xô, corrupção”, mas se transformaram em réus da justiça. O articulista acrescenta que tudo começou com Adhemar de Barros, ao lançar o bordão “rouba, mas faz” em sua campanha. Os fatos que são apresentados no texto, em sua maioria, é de conhecimento público, assim, Livianu se vale desses episódios para tentar convencer o leitor da necessidade de lutar contra a corrupção para que eventos como esses não voltem a ocorrer.

Para finalizar o texto, é apresentado uma proposta de intervenção, uma avaliação final do problema discutido, “*de nada adiantam mitos, bordões, balas de prata ou capas de super-heróis. É vital que revertamos o "pacote pró-corrupção" construindo uma verdadeira política pública contra os malfeitos, com proposições em matéria de transparência, integridade e prevenção que sejam examinadas seriamente pela sociedade*”. De acordo com o articulista, não basta palavras que rejeitem a corrupção, é necessário levantar a bandeira anticorrupção para que o país tenha uma base sólida e transparente nas eleições.

A seguir discutiremos a organização composicional do texto.

Quadro 24 - Organização composicional do AO7

ELEMENTOS DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	EXCERTOS	COMENTÁRIOS
Contextualização e/ou apresentação do que está sendo discutido	Em pouco mais de dez meses, elegeremos representantes nas Assembleias Legislativas, governos estaduais, Câmara dos Deputados e Presidência da República por quatro anos. No Senado, por oito	No primeiro parágrafo, o autor faz uma contextualização prévia do assunto que será discutido. Neste excerto, percebemos o tom de alerta que é reverberado no texto, ao utilizar expressões como “ <i>em pouco mais de dez meses, elegeremos</i> ”.
Apresentação da tese ou situação/problema	Lembremo-nos disto porque, nas últimas eleições	Neste excerto, Roberto Livianu apresenta o problema

	<p>municipais, em 2020, um ex-prefeito de Cocal (PI) afirmou a plenos pulmões e em praça pública ser homem digno por ter roubado menos que o atual. Ou seja, para ele roubar é regra, sendo honestos os que roubam pouco e desonestos os gulosos que roubam além da conta.</p>	<p>que será discutido, a saber, a questão da corrupção e os políticos que pensam que roubar menos é ser honesto.</p>
<p>Utilização de argumentos que sustentam a posição assumida</p>	<p>1 – O adhemarismo assim foi denominado pela demagogia populista proverbial baseada em grandes obras e tem seu líder, Adhemar de Barros, mencionado como o primeiro político "rouba, mas faz" — alcunha que até hoje também acompanha um conhecido ex-prefeito e ex-governador biônico de São Paulo.</p> <p>2 – Vassourinhas já foram símbolos usados há algumas décadas para prometer que se varreria toda a corrupção do país, e um outro ex-presidente, com discurso em tom messiânico e conhecido como "caçador de marajás", foi caçado por atos de corrupção. Mas, em virtude do poderio midiático de sua família, e da memória curta do povo, continua na cena política com reiterados mandatos de senador da República.</p> <p>3 – Um outro ex-presidente, oriundo do mundo sindical, fez diversas campanhas com o bordão "xô, corrupção" e, mesmo tendo sido seus processos criminais anulados, é essencial registrar que continua réu. Não foi absolvido em nenhum dos quatro, e seu partido político até hoje jamais puniu qualquer um de seus quadros condenados pela Justiça. E foram muitos. Jamais se fez qualquer mea-culpa.</p>	<p>Os argumentos apresentados pelo autor registram fatos políticos que ocorreram no passado e ocorrem até hoje com o, até então, atual presidente da república.</p> <p>Esses acontecimentos representam a voz de autoridade do texto, o autor faz questão de apresentar eventos conhecidos publicamente para que o leitor seja convencido de sua proposição.</p>

	4 – O atual presidente, na campanha de 2018, assumiu o compromisso fundamental do combate à corrupção, mas o que se vê é exatamente o oposto —atos de corrupção apontados pela CPI, opacidade, hostilidade contra jornalistas, filhos suspeitos de crimes graves e suspeitas sobre aliados políticos na Câmara e no Senado.	
Retomada da posição assumida	---	Não há retomada da posição assumida, uma vez que em todo o texto o posicionamento do autor é ratificado.
Avaliação final	De nada adiantam mitos, bordões, balas de prata ou capas de super-heróis. É vital que revertamos o "pacote pró-corrupção" construindo uma verdadeira política pública contra os malfeitos, com proposições em matéria de transparência, integridade e prevenção que sejam examinadas seriamente pela sociedade. Isso é vital para que educação, saúde, saneamento, meio ambiente e segurança, por exemplo, tornem-se sustentáveis.	No parágrafo final, o articulista propõe uma intervenção ou uma solução para o problema, mostrando que é necessário construir uma política pública contra os malfeitores. Ao utilizar o verbo em primeira pessoa “ <i>revertamos</i> ”, ele se insere no discurso e se coloca entre o grupo de pessoas responsáveis por mudar a situação política do Brasil.

Fonte: Elaboração própria

O autor escreve o texto em um tom de alerta para seus leitores, a fim de que eles escolham os candidatos que ocuparão os cargos nas Assembleias Legislativas, governos estaduais, Senados, Presidência da República etc. que sejam contra a corrupção e, especialmente, que não sejam adeptos da ideia “rouba, mas faz”.

4.1.8 Rompa-se o teto – FSP

O artigo, “Rompa-se o teto”, escrito por Marcos Cintra, foi publicado no jornal Folha de São Paulo em 23 de novembro de 2021. O texto discorre a respeito da instituição do Teto de gastos, determinado por Jair Bolsonaro. Na visão de Marcos Cintra, a sociedade não assimilou o significado essencial da PEC 95/2016.

Quadro 25 - Artigo: Rompa-se o teto

Rompa-se o teto

Populismo e desmotivação do governo levaram Congresso a beco sem saída

A PEC dos Precatórios (23/2021) mostra que o governo não logrou ajustar estruturalmente o Orçamento, que significaria respeitar o teto e ao mesmo tempo abrir espaço para os gastos essenciais mediante a eliminação dos supérfluos.

O povo brasileiro tem um forte viés estatizante. Aprecia um governo inchado. Carga tributária somada ao déficit nominal supera 39% do PIB. A tendência histórica dos gastos públicos mostra uma tendência monotônica de crescimento. Daí o desequilíbrio que o teto tenta corrigir.

Faço aqui duas **observações**. A primeira é que o significado essencial da PEC 95/2016, que introduziu o teto de gastos, não foi assimilado pela sociedade brasileira e, na maior parte das vezes, as ameaças de rompimento do teto não têm recebido a prementória rejeição que mereceriam ter.

A burocracia pública e a classe política aceitaram o teto de gastos com uma atitude velhaca de quem sabe que o teto seria respeitado até o ponto em que desejassem rompê-lo. E com tal atitude passaram a interpretá-lo apenas como um limite flexível a depender da urgência e relevância de propostas de gastos acima dele.

Não foi esse o espírito veraz do teto. Se esperava uma virtuosa substituição dos gastos de baixa qualidade, supérfluos e ilegítimos, por outros plenamente justificáveis, como investimentos e medidas de redução da crescente desigualdade.

A abertura de espaço orçamentário não foi feita, pois, exceto a revisão da Previdência em 2019, todas as tentativas de reforma fracassaram. Desde então, o teto de gastos passou a ser apenas um gabarito para avaliar novas demandas orçamentárias, deixando de ser uma âncora fiscal. As tidas erroneamente como menos essenciais foram cortadas, como os investimentos e orçamentos ministeriais. Outras foram consideradas urgentes, como o Fundeb e o Auxílio Brasil; e, portanto, justificam o rompimento do teto.

A pergunta a ser feita é se haveria como enfrentar a pandemia sem o "orçamento de guerra", ou reformar o Fundeb sem desrespeitar o teto. Ou, mesmo, como financiar o Auxílio Brasil sem desonrar os precatórios. A resposta é clara. Não. Então, rompa-se o teto.

Criou-se um fato consumado que literalmente colocou o Congresso em um beco sem saída e deixou a sociedade acuada pelas consequências dramáticas de uma rejeição.

O que levou a essa situação foram escolhas políticas populistas e a desmotivação do governo em patrocinar ampla revisão orçamentária, como a eliminação de benefícios indevidos. E há muitos. Como se não bastasse, criaram-se novos gastos inaceitáveis, como as famigeradas emendas parlamentares, aberrações políticas da pior espécie.

Não há como negar, **como alega** o governo, que os critérios de fixação do teto comportam alterações. A PEC dos Precatórios estendeu o período de cálculo para a correção do teto até o último mês do ano anterior, em vez de parar em julho, como é hoje. Mas fica claro o casuísmo desse ajuste.

Se a inflação for decrescente após o término do período base de correção do teto, como ocorreu anteriormente, abrem-se novos espaços orçamentários. O governo **não apontou** isso. Mas se, como ocorre agora, a inflação acelera, há o inverso, e o governo perde espaço orçamentário. Agora resolveram ajustar o critério.

Vale lembrar também que o governo **alega** que o rompimento do teto em R\$ 90 bilhões é assimilável sem comprometer o teto. Mas, tal qual num regime de emagrecimento, o primeiro sorvete não faz muita diferença, mas depois vem o segundo, o terceiro... Até que se inviabiliza o resultado esperado.

Fica, portanto, a grande indagação: a sociedade deve se render a situações criadas pela ineficiência e inoperância do governo na gestão de seu Orçamento, ou respeita o teto de gastos e força a adoção de medidas restritivas?

A primeira alisa a cabeça dos políticos e gestores populistas, além de favorecer as elites, que não renunciam a seus privilégios oportunistas.

A segunda alternativa exige o respeito ao teto de gastos até suas últimas consequências e obriga o governo a cessar sua política de acomodação orçamentária que nos levou à atual crise fiscal.

Mas a segunda alternativa exige um governo com capacidade de liderança, apoio político e boas iniciativas. Será o caso?

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/11/>
Acessado em: 01/12/2021

Fonte: elaboração própria

A temática discutida no texto, gira em torno das medidas orçamentárias decretadas pelo presidente Jair Bolsonaro em 2021, como a PEC dos Precatórios. O autor expõe que “o povo brasileiro tem um forte viés estatizante. Aprecia um governo inchado”. Assim, o fato de o povo não enxergar as medidas do governo como melindrosas indica que a sociedade brasileira não entendeu o real objetivo das determinações deste governo.

Ao final da discussão, o autor propõe uma avaliação final diante do problema, que se resume em uma grande indagação: “a sociedade deve se render a situações criadas pela ineficiência e inoperância do governo na gestão de seu Orçamento, ou respeita o teto de gastos e força a adoção de medidas restritivas?” Ao propor esta pergunta, o articulista sugere dois possíveis caminhos que podem ser tomados, deixando claro que a segunda opção parece melhor, mas exigiria, do Brasil, um governo mais compromissado com o cargo, finalizando o texto com outra indagação: *será o caso?* Esses questionamentos, deixados pelo autor, embora não sejam respondidos, são possíveis de ser recuperados em todo o posicionamento do autor. Suas perguntas dão liberdade de escolha ao leitor, para se posicionar como deseja, mas ao mesmo tempo o induz a pensar como o articulista deseja.

A seguir analisaremos a organização composicional do texto.

Quadro 26 - Organização composicional do AO9

ELEMENTOS DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	EXCERTOS	COMENTÁRIOS
Contextualização e/ou apresentação do que está sendo discutido	---	Não há contextualização prévia, o texto é iniciado com a apresentação do problema.
Apresentação da tese ou situação/problema	A PEC dos Precatórios (23/2021) mostra que o governo não logrou ajustar estruturalmente o Orçamento, que significaria respeitar o teto e ao mesmo tempo abrir espaço para os gastos essenciais mediante a eliminação dos supérfluos.	Neste excerto, o autor apresenta o problema que será discutido, a PEC dos precatórios, e a dificuldade do governo de propor medidas orçamentárias que beneficie a sociedade como um todo.
Utilização de argumentos que sustentam a posição assumida	1 – O povo brasileiro tem um forte viés estatizante. Aprecia um governo inchado. Carga tributária somada ao déficit nominal supera 39% do PIB. A tendência histórica dos gastos públicos mostra uma tendência monotônica de crescimento. Daí o desequilíbrio que o teto tenta	Os argumentos dispostos no excerto, mostram os pontos negativos do Teto orçamentário instituído pelo governo e o povo não tem visto essas atrocidades.

	<p>corrigir.</p> <p>2 – A burocracia pública e a classe política aceitaram o teto de gastos com uma atitude velhaca de quem sabe que o teto seria respeitado até o ponto em que desejassem rompê-lo. E com tal atitude passaram a interpretá-lo apenas como um limite flexível a depender da urgência e relevância de propostas de gastos acima dele.</p> <p>3 – O que levou a essa situação foram escolhas políticas populistas e a desmotivação do governo em patrocinar ampla revisão orçamentária, como a eliminação de benefícios indevidos. E há muitos. Como se não bastasse, criaram-se novos gastos inaceitáveis, como as famigeradas emendas parlamentares, aberrações políticas da pior espécie.</p> <p>4 – Se a inflação for decrescente após o término do período base de correção do teto, como ocorreu anteriormente, abrem-se novos espaços orçamentários. O governo não apontou isso. Mas se, como ocorre agora, a inflação acelera, há o inverso, e o governo perde espaço orçamentário. Agora resolveram ajustar o critério.</p>	
Retomada da posição assumida	Fica, portanto, a grande indagação: a sociedade deve se render a situações criadas pela ineficiência e inoperância do governo na gestão de seu Orçamento, ou respeita o teto de gastos e força a adoção de medidas restritivas?	Antes de propor uma avaliação final, o articulista retoma sua posição assumida no início do texto, de que algo deve ser feito em relação as decisões tomadas pelo atual presidente.
Avaliação final	A primeira alisa a cabeça dos políticos e gestores populistas, além de favorecer as elites, que não renunciam a seus privilégios oportunistas.	Neste excerto, Marcos Cintra propõe uma avaliação final aos leitores, provenientes das indagações do parágrafo anterior. Suas reflexões são

	<p>A segunda alternativa exige o respeito ao teto de gastos até suas últimas consequências e obriga o governo a cessar sua política de acomodação orçamentária que nos levou à atual crise fiscal.</p> <p>Mas a segunda alternativa exige um governo com capacidade de liderança, apoio político e boas iniciativas. Será o caso?</p>	<p>construídas em forma de perguntas, o que permite ao leitor construir suas próprias respostas, no entanto, cada um de seus questionamentos são carregados de significação e nos permite entender o posicionamento do autor.</p>
--	---	---

Fonte: Elaboração própria

4.1.9 Governo Bolsonaro e os crimes contra a humanidade – FSP

“Governo Bolsonaro e os crimes contra a humanidade é um artigo de opinião escrito por Marco Aurelio Moura dos Santos e publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 28 de novembro de 2021. O texto trata de uma temática política voltada ao governo de Jair Bolsonaro, na visão de Marco Aurélio, o presidente cometeu graves crimes contra a humanidade.

Quadro 27 - Artigo: Governo Bolsonaro e os crimes contra a humanidade

Governo Bolsonaro e os crimes contra a humanidade

Possibilidade de que a acusação avance em corte internacional é significativa

O conceito de crimes contra a humanidade foi sistematizado inicialmente no Tribunal Militar Internacional para Nuremberg, visando a responsabilização por delitos cometidos na Segunda Guerra Mundial, crimes que violavam as "leis de humanidade". É um delito que se volta contra a dignidade e a existência humana, numa escala coletiva.

Para o Estatuto de Roma, tratado que criou o Tribunal Penal Internacional, entende-se por "crime contra a humanidade" atos cometidos no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra a população civil. Ações de autoridades, como políticas públicas, também se incluem ao conceito. Outro aspecto marcante é a presença de um elemento "político"; já que os delitos também partem de autoridades com poder estatal.

Muitos tipos penais estão incluídos no rol dos crimes contra a humanidade, como tortura, escravidão, homicídio, perseguição, extermínio e outros atos desumanos, que intencionalmente causam grande sofrimento ou afetam gravemente a integridade física e a saúde física ou mental da população.

Grandes figuras sombrias da história já estiveram sob acusação de crimes dessa ordem, como o presidente chileno Augusto Pinochet, Saddam Hussein ou os nazistas da Segunda Guerra. O aspecto sombrio e atroz dos horrores dos grandes extermínios confere aos crimes contra a humanidade o tom hediondo.

Há uma estreita relação dos crimes contra a humanidade com o genocídio, outro crime internacional, que detêm um elemento diverso —a intenção de destruir um grupo nacional, étnico, racial e religioso. No genocídio, a violência é dirigida contra grupos específicos; já nos crimes contra a humanidade, a violência é direcionada contra toda a população de forma generalizada.

O relatório da CPI da Covid-19 **apontou** a prática de inúmeros delitos sob a responsabilidade do presidente e seus filhos, além de componentes do governo federal. As acusações envolvem crimes como homicídio, crime de epidemia, infração de medida sanitária preventiva, charlatanismo e os crimes contra a humanidade.

Quanto ao enquadramento como crimes contra a humanidade, no que envolve a condução omissa do governo federal brasileiro no enfrentamento da pandemia, o relatório da CPI **aponta** para possível responsabilização. As sistemáticas omissões do governo federal no enfrentamento da crise sanitária,

demonstradas pelo descumprimento das recomendações da Organização Mundial da Saúde, a ausência de coordenação de uma campanha efetiva em conjunto com os estados e municípios, bem como o comportamento errático do presidente da República, estariam enquadrados no conceito de crime contra a humanidade, exemplificados por homicídio ou outros atos desumanos que causam grande sofrimento e afetam gravemente a saúde da população.

A responsabilidade penal do presidente da República estaria demonstrada pela sua política desastrosa no enfrentamento da pandemia. O presidente, por vezes fazendo uso de fake news, também incentivou a população, especialmente os mais vulneráveis, à exposição ao vírus, numa clara tentativa de provocar "imunidade de rebanho". Incentivar a contaminação da população pode colocar em risco a saúde e a vida, além de impor sofrimento desnecessário. Outras autoridades do governo federal também constam no relatório como coautores, demonstrando cumplicidade.

O relatório será enviado também para o Tribunal Penal Internacional, visando acusação por crimes internacionais, em especial quanto à prática de crimes contra a humanidade. A possibilidade de que a acusação siga em frente é significativa, mas isso dependerá ainda de decisão da corte internacional. O Brasil, entretanto, também tem competência para processar e julgar o crime.

Jair Bolsonaro e seu governo não demonstraram nenhuma preocupação à enorme tragédia ocasionada no Brasil; há um certo desprezo em relação ao sofrimento da população e profundo descaso. Cabe indagar sobre gravidade das ações e omissões do governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia e o quanto isso ameaçou a sobrevivência da população, especialmente os mais vulneráveis.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/11/>
Acessado em: 01/12/2021

Fonte: elaboração própria

O autor inicia sua argumentação com a definição de crime contra a humanidade: *“entende-se por "crime contra a humanidade" atos cometidos no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra a população civil. Ações de autoridades, como políticas públicas, também se incluem ao conceito”*. Ao apresentar o conceito, Marco Aurélio deseja mostrar uma voz de autoridade exterior ao texto, a fim de convencer o leitor de que os atos do presidente se configuram como crimes.

No parágrafo final, o autor faz uma avaliação do problema, reafirmando que as atitudes de Bolsonaro são preocupantes e deve ser analisada pela sociedade.

A seguir analisaremos a organização composicional do texto.

Quadro 28 - Organização Composicional do AO10

ELEMENTOS DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	EXCERTOS	COMENTÁRIOS
Contextualização e/ou apresentação do que está sendo discutido	Para o Estatuto de Roma, tratado que criou o Tribunal Penal Internacional, entende-se por "crime contra a humanidade" atos cometidos no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra a população civil. Ações de autoridades, como políticas públicas, também se incluem ao conceito. Outro	O texto dedica os primeiros 5 parágrafos para contextualizar o tema e apresentar o assunto de forma geral. Neste excerto, especificamente, o autor apresenta a definição de crime contra a humanidade, o que vai corroborar para que seu argumento seja aceito pelo leitor, de que as atitudes de Bolsonaro representam

	aspecto marcante é a presença de um elemento "político"; já que os delitos também partem de autoridades com poder estatal.	crimes contra a humanidade.
Apresentação da tese ou situação/problema	O relatório da CPI da Covid-19 apontou a prática de inúmeros delitos sob a responsabilidade do presidente e seus filhos, além de componentes do governo federal. As acusações envolvem crimes como homicídio, crime de epidemia, infração de medida sanitária preventiva, charlatanismo e os crimes contra a humanidade.	A tese defendida pelo autor é a de que Bolsonaro cometeu diversos crimes ao lidar com a pandemia da Covid-19 de forma omissa.
Utilização de argumentos que sustentam a posição assumida	Quanto ao enquadramento como crimes contra humanidade, no que envolve a condução omissa do governo federal brasileiro no enfrentamento da pandemia, o relatório da CPI aponta para possível responsabilização. As sistemáticas omissões do governo federal no enfrentamento da crise sanitária, demonstradas pelo descumprimento das recomendações da Organização Mundial da Saúde, a ausência de coordenação de uma campanha efetiva em conjunto com os estados e municípios, bem como o comportamento errático do presidente da República, estariam enquadrados no conceito de crime contra a humanidade, exemplificados por homicídio ou outros atos desumanos que causam grande sofrimento e afetam gravemente a saúde da população.	Uma característica do autor, durante a argumentação, foi a escolha de apenas um argumento para corroborar sua tese. No entanto, em cada etapa do texto o autor contextualiza e apresenta argumentos enfatizando que Bolsonaro é um genocida. Durante os parágrafos finais do texto, embora não apresente novos argumentos, o autor faz descrições de acontecimentos que comprovam seu argumento inicial.
Retomada da posição assumida	---	Não há um parágrafo específico para a retomada da posição assumida pelo autor, contudo, é possível identificar o posicionamento do autor durante toda a leitura do texto.
Avaliação final	Jair Bolsonaro e seu governo não demonstraram nenhuma	Em sua avaliação final, o articulista sugere que seja

	preocupação à enorme tragédia ocasionada no Brasil; há um certo desprezo em relação ao sofrimento da população e profundo descaso. Cabe indagar sobre gravidade das ações e omissões do governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia e o quanto isso ameaçou a sobrevivência da população, especialmente os mais vulneráveis	feito uma profunda reflexão sobre a maneira com que Bolsonaro lidou com a pandemia, considerando, o que significa cometer crime contra a humanidade e considerando a ameaça de sobrevivência da população, a qual ele se prestou.
--	--	---

Fonte: Elaboração própria

Diferente dos outros artigos de opinião analisados, neste texto, o autor dedica os 5 primeiros parágrafos à explicação do que significa cometer crime contra a humanidade, isso revela o desejo eminente do articulista em convencer o leitor dos atos ilícitos de Jair Bolsonaro. Ao optar por essa composição textual o texto não deixa de ser um artigo de opinião, já que possui os elementos estáveis necessários, ao contrário, torna-se um texto mais crítico, com teor de denúncia.

4.1.10 Resultado da análise da organização composicional dos artigos de opinião

A partir da análise dos planos de texto dos artigos de opinião, podemos afirmar que, embora aparentemente se possa pensar que é repetitiva uma análise dessa natureza, os dados mostram exatamente o contrário. Quando analisamos a língua em uso, podemos observar que, mesmo havendo semelhanças estruturais entre os textos, ou a predominância de sequências argumentativa, o significado do texto se dá a partir da interação que há entre autor-texto-leitor.

Após realizarmos a leitura dos artigos, voltamos o olhar para o conteúdo temático, estilo e organização composicional. Durante a análise, percebemos como o texto vai se “encaixando” às características do gênero, possibilitando que os objetivos propostos pelos autores sejam recebidos satisfatoriamente pelo leitor.

Constatamos, que cada autor mobiliza diferentes recursos linguísticos para defender suas teses, provocando efeitos de sentido que levam o leitor a concordar (ou não) com sua opinião, seja por meio de metáforas, ironias, perguntas retóricas ou ainda, a utilização da primeira pessoa do plural, aproximando o leitor do texto.

A seguir, apresentaremos um quadro com a visão geral da organização composicional dos artigos analisados.

Quadro 29 - Visão geral da Organização dos artigos de opinião

	AO1	AO2	AO3	AO4	AO5	AO6	AO7	AO8	AO9
Contextualização	X	X					X		X
Apresentação do problema	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Argumentos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Retomada	X	X	X			X		X	
Avaliação final		X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria

Durante a análise, percebemos que os elementos obrigatórios como: apresentação do problema e argumentos estão presentes em todos os artigos, com variações apenas na quantidade de argumentos selecionados por cada articulista. Quanto à avaliação final, apenas o AO1 não apresentou uma avaliação do problema, neste artigo, o autor optou por somente retomar sua posição inicial que consistia em refutar as ideias de Ciro Gomes. Em relação aos elementos não obrigatórios como: contextualização e retomada da posição inicial, a minoria dos articulistas utilizou essa composição. No entanto, isso não diminui ou descredibiliza a argumentação dos textos, ao contrário, tanto aqueles que optaram em usar estes recursos, quanto os que não optaram em usar, o fizeram para alcançar seu objetivo principal de convencer o leitor de seus argumentos.

Assim, a intenção foi mostrar como o conceito de organização composicional extrapola a mera estrutura textual, comumente descrita como introdução, desenvolvimento e

conclusão. Sem desprezar esses elementos, procuramos, por meio desta análise, salientar a importância de se pensar a composição relativamente estável do gênero a partir da situação de comunicação.

4.2 Aspectos argumentativos do gênero artigo de opinião: os verbos dicendi e a transitividade

Conforme anunciado anteriormente, neste trabalho, analisamos os verbos dicendi presentes em 9 artigos de opinião do jornal Folha de São Paulo. O total de ocorrências deste verbo no *corpus* foram 44. Abaixo apresentamos a quantidade de ocorrências distribuídas em cada artigo.

Tabela 1 – Distribuição de orações com verbo dicendi nos artigos de opinião

ARTIGOS	AO1	AO2	AO3	AO4	AO5	AO6	AO7	AO8	AO9	TOTAL
QUANTIDADE DE ORAÇÕES COM VERBOS DICENDI	7	3	6	2	7	3	9	5	2	44

Fonte: elaboração própria

A partir deste levantamento inicial, observamos uma recorrência significativa de orações com verbos dicendi na maioria dos textos analisados. Isso mostra a importância dessas construções para o desenvolvimento argumentativo do texto, uma vez que, encontramos vozes distintas da voz do autor nos artigos analisados, referidas de forma explícita ou implícita. As orações típicas com verbos dicendi são representadas pelo verbo dizer. A seguir descrevemos cada uma das ocorrências.

Quadro 30 - Verbos dicendi no AO1

AO1 – Linha fina e rede furada	
1	Digo de cara que, sim, a rede (fiscal) está de fato furada!
2	Penso que, enquanto foi praticado com disciplina e coerência, gerou bons resultados.
3	Dizer que o tripé vigorou desde 1999 não procede.
4	Não dá para falar em reduzir a carga sem reduzir o gasto.
5	Mas faltou dizer de onde vêm os recursos.
6	Tenho me esgoelado de repetir aqui que o grosso deve vir de três

	áreas: dos espaços da receita já mencionados, da folha de pagamentos do setor público e da Previdência.
7	Por fim, não procede dizer que recursos foram torrados com a privatização.

Fonte: Elaboração própria

Na oração (1) e (2) são casos em que o autor se envolve diretamente com aquilo que afirma através da primeira pessoa do plural. Nesses exemplos, isso acontece quando o autor apresenta o problema e ainda reforça seu argumento deixando claro seu posicionamento. Em (3), o trecho em discurso indireto reproduz uma opinião dos defensores do Tripé, daquele que é o objeto da discussão no texto.

Em (4), (5) e (7) são orações *irrealis*. O articulista utiliza em (4) uma construção negativa para contra-argumentar o que foi dito anteriormente. Já em (5), o autor apresenta um argumento que foi esquecido pelos governantes ao se pronunciarem, no entanto, o autor chama atenção para esse fato e mostra que o outro lado da história também deve ser dito. Em (7) o autor faz suas considerações finais e utiliza a oração negativa para reafirmar sua tese.

O exemplo (6) não é uma construção com verbo dicendi prototípica, no entanto, *esgoelar* carrega um processo cognitivo que representa urgência, desespero e fadiga. Nesse caso, a urgência é do articulista que utiliza sua própria voz para dar ênfase ao seu argumento.

Quanto aos complementos, conforme descrito por Furtado da Cunha (2006), alguns marcadores discursivos são importantes na construção do discurso direto e indireto. No caso dos exemplos do AO1 todos são de discurso indireto.

A seguir analisaremos os verbos dicendi do AO2.

Quadro 31 - Verbos dicendi no AO2

AO2 – Curas milagrosas e a internet	
1	O governo Jair Bolsonaro argumenta que a proposta não impede a exclusão de conteúdos e perfis, "apenas combate arbitrariedades e exclusões injustificadas e duvidosas, que lesam os brasileiros e suas liberdades"
2	Autoriza a ação das redes sociais para conter a disseminação de vírus e outros códigos maliciosos, mas não trata de combate a spam, de ataques de negação de serviço, de desfiguração de páginas ou da possibilidade de remoção de links para sítios e formulários que buscam roubar dados dos usuários.
3	A legislação já prevê formas de responsabilização desses entes por condutas equivocadas ou abusivas

Fonte: Elaboração própria

A oração (1) traz um sujeito individuado e conhecido pela sociedade, Jair Bolsonaro. O discurso direto proferido pelo até então presidente, é trazido à tona pelo articulista, não para

credibilizar o texto com uma voz de autoridade externa, mas para fazer uma crítica ao discurso e as atitudes no chefe do Executivo Federal frente as informações que circulavam deliberadamente na internet.

Em (2), o verbo *autorizar* carrega um processo cognitivo que nos remete a uma voz externa ao texto, algo que foi dito antes pelo presidente da república. Ou seja, o presidente autoriza algumas coisas na internet, mas não considera outras.

Já em (3), o articulista utiliza a legislação como um argumento de autoridade, mostrando aquilo que ela diz. O verbo *dicendi* neste caso não é prototípico, mas metaforicamente representa uma voz externa ao texto.

Quadro 32 - Verbos dicendi no AO3

AO3 – Democracia entre vidas, mortos e caminhos tortos	
1	São lideranças que se apoiam na ideia de que seriam capazes de mudar o estado das coisas.
2	Por razões óbvias, esse tema ganhou destaque em virtude das declarações e ações do atual chefe do Executivo federal.
3	Está em crise porque normalizamos que existam vidas "não merecedoras de luto, nem proteção".
4	Nossa incapacidade de tornar o Estado elemento corretor das desigualdades e de prover proteção a quem mais precisa nos remete aos Buarque de Holanda —Sérgio, o pai, e Chico, o filho
5	[...] demanda um imenso esforço para não reforçarmos o argumento de "Raízes do Brasil" de que a democracia, do lado de cá, sempre foi um lamentável mal-entendido.
6	Como já dizia Caetano: "Gente é pra brilhar. Não pra morrer de fome".

Fonte: Elaboração própria

A oração (1) não é tipicamente com verbo *dicendi*, no entanto representa pensamentos externos ao texto. Quando o articulista diz *são lideranças que se apoiam na ideia de que seriam capazes de mudar o estado das coisas*, há uma exposição das ideologias de um coletivo humano “as lideranças autoritárias e populista” citado anteriormente no texto. O articulista utiliza esse recurso para se posicionar contra eles e para refutar essas ideias durante a argumentação.

Em (2), há um discurso indireto, uma declaração (negativa) realizada pelo chefe do Executivo Federal, que levou o país a discutir sobre democracia, especialmente durante as eleições. Neste trecho, não há um verbo *dicendi* prototípico, mas, a declaração feita pelo presidente representa uma voz externa, utilizada pelo autor para contruir sua argumentação.

Já em (3), o autor utiliza a primeira pessoa do plural para se inserir no discurso e aproximar-se do leitor, utilizando o discurso direto, representado por meio de aspas, para promover uma reflexão pertinente e reflexiva sobre o tema.

Em (4), a voz externa ao texto é trazida por meio de uma metonímia. Quando o autor diz *nos remete aos Buarque de Holanda* ele está se referindo às ideias, as ideologias e principalmente aos escritos deles. Por outro lado, em (5), o articulista cita o próprio livro *Raízes do Brasil*, como uma maneira de reforçar seu argumento.

O autor finaliza o texto com um discurso direto (6), uma voz de autoridade, a de Caetano Veloso. O verbo dicendi prototípico representado pelo verbo dizer revela a tentativa do autor de corroborar seus argumentos.

Quadro 33 - Verbos dicendi no AO4

AO4 – O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro	
1	Corroboraram covardemente com a selvageria e a agenda antipovo e agora não têm discurso.
2	[...] aumentando a mobilização popular e a ação nas redes sociais pelo "Fora, Bolsonaro".

Fonte: Elaboração própria

No artigo AO4, o discurso indireto e o discurso direto de (1) e (2) respectivamente não apresentam o verbo dicendi prototípico, no entanto representam vozes importantes no texto. Em (1), o verbo, *corroboraram* na terceira pessoa do plural insere no discurso os “eleitores arrependidos” e suas concepções, uma vez que corroboraram não apenas com atitudes, mas com discursos, pensamentos e ideologias “antipovo” e, de acordo com o autor, ficaram sem discurso. Em (2), o autor utiliza o DR para apresentar um discurso que iniciou nas redes sociais, o “fora Bolsonaro”, assim ele apresenta uma proposta de intervenção para fechar seu texto.

Quadro 34 - Verbos dicendi no AO5

AO5 – Os subsídios intocados e a viabilidade da renda básica universal	
1	[...] tendo diversas vezes criticado "os piratas privados e burocratas corruptos" que se apropriam de recursos públicos.
2	O diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado) Josué Pellegrini chama a atenção para o fato de que não houve qualquer mudança na legislação.
3	[...] a então ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) observou que desonerações fiscais não servem de incentivo suficiente para que os empresários aumentem investimentos: quando pagam menos impostos, preferem aumentar a margem

	de lucro a investir em geração de emprego e renda.
4	[...] a presidenta Dilma fez a seguinte declaração : "Eu acreditava que, se diminuísse impostos, teria um aumento de investimentos. Eu diminuí e me arrependo disso. No lugar de investir, eles (os empresários) aumentaram a margem de lucro".
5	Quando o professor Ricardo Paes de Barros, do Insper, um dos mais distinguidos pesquisadores do tema, diz que o importante é fazer as transferências chegarem aos que mais precisam [...]
6	Importante destacar que o Supremo Tribunal Federal acatou o mandado de injunção impetrado pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul [...]
7	Seria finalmente possível, como nos convoca o papa Francisco em "Vamos Sonhar Juntos" (2020, Intrínseca), garantir a dignidade de rejeitar condições de trabalho que as aprisionam na pobreza.

Fonte: Elaboração própria

Em (1), o autor utiliza as aspas para representar o discurso feito por Paulo Guedes, que apesar de ter dito e criticado “os piratas privados e burocratas corruptos”, houve aumento dos créditos fiscais no governo de Bolsonaro. O verbo dicendi está organizado em torno da oração “tendo diversas vezes criticado [...]”. O autor, utiliza a fala de Paulo Guedes para criticar suas atitudes e se posicionar no texto.

O verbo dicendi em (2) não é prototípico, no entanto, a construção *Josué Pellegrini chama a atenção*, remete a uma voz externa, a voz do diretor da IFI, para dar autoridade aos argumentos do articulista.

Nas orações (3) e (4) o verbo dicendi é utilizado para apresentar a fala da ex-presidente Dilma em discurso indireto e direto, respectivamente. Em (3), ao dizer que Dilma *observou que*, remete a um discurso anteriormente citado. Já em (4), o autor traz o discurso integralmente a fim de confirmar seus argumentos.

O verbo dicendi prototípico em (5) é um caso em que o autor se envolve com o que é dito, corroborando com o posicionamento do professor Ricardo Paes. Em (6), o autor apresenta a voz externa do Supremo Tribunal Federal por meio de um verbo não prototípico. E em (7), o articulista utiliza a voz do Papa Francisco, por meio da citação de seu livro, com o objetivo de fechar o texto e reafirmar seu posicionamento.

Quadro 35 - Verbos dicendi no AO6

AO6 – Quem matou o bolsa família?	
1	"Estamos simplesmente cumprindo ordens", dissemos , num bom exemplo de banalização do mal.
2	[...] lá estava o tiozão bradando o famoso caso da "empregada da prima de uma tia de uma amiga dele" que deixou de trabalhar e agora só quer saber de fazer filho por conta do Bolsa Família.

3	Para não estragar a ceia, nos calamos diante da maledicência sobre essa personagem tão famosa quanto irreal
----------	--

Fonte: Elaboração própria

A oração com verbo dizente em (1) denota um grau de comprometimento e envolvimento do autor diante do argumento exposto, especialmente pelo verbo está em primeira pessoa do singular. Em (2), o articulista utiliza o discurso direto para representar a voz de um personagem externo não conhecido pela sociedade, mas que representa uma metáfora da vida de muitas pessoas. Com essa analogia o autor apresenta seu argumento de que a sociedade como um todo é responsável pela morte do bolsa família.

Já em (3), o verbo “calar” não apresenta explicitamente uma voz externa, mas deixa nas entrelinhas a ideia de que, se calar também é dizer, também é se posicionar.

Quadro 36 -Verbos dicendi no AO7

AO7 – Do pacote pró-corrupção às eleições	
1	Lembre-mo-nos disto porque, nas últimas eleições municipais, em 2020, um ex-prefeito de Cocal (PI) afirmou a plenos pulmões e em praça pública ser homem digno por ter roubado menos que o atual.
2	Adhemar de Barros, mencionado como o primeiro político "rouba, mas faz" [...]
3	Vassourinhas já foram símbolos usados há algumas décadas para prometer que se varreria toda a corrupção do país
4	[...] e um outro ex-presidente, com discurso em tom messiânico e conhecido como "caçador de marajás" [...]
5	Um outro ex-presidente, oriundo do mundo sindical, fez diversas campanhas com o bordão "xô, corrupção".
6	Destaca-se aqui o líder na Câmara defendendo em público o nepotismo [...]
7	Conrado Hübner Mendes chama corretamente de "pacote pró-corrupção": a PEC 32 (reforma administrativa) [...]
8	[...] com direito à mudança de regimento da Câmara aos "40 minutos do segundo tempo", como se diz no futebol [...]
9	[...] as candidaturas que lideram a disputa presidencial nas primeiras pesquisas ostentam histórico nada recomendável em matéria de combate à corrupção, como dito acima .

Fonte: Elaboração própria

Em (1), o verbo dicente “afirmar” foi utilizado pelo articulista para apresentar o posicionamento de um ex-prefeito, no entanto, o autor utiliza esse fato para se posicionar contra esse argumento. Nesse caso, não se trata de uma voz de autoridade no texto, mas trata-se de um exemplo do que não fazer. Em (2), o autor cita o nome do ex-prefeito e utiliza como discurso direto sua fala, para criticar esse posicionamento “rouba mais faz”.

Em (3), o verbo prometer representa algo que foi dito anteriormente ao texto, mas que o autor traz para corroborar seu argumento. Em (4), (5), (6), o autor utiliza outras vozes externas sem o objetivo de trazer autoridade ao texto, mas com a intenção de ironizar e mostrar as ideias ruins que alguns políticos compartilham, influenciando a sociedade de forma negativa.

Já em (7), o discurso direto representado pela voz de Hubner Mendes, corrobora o posicionamento e o argumento do autor. Em (8), o autor utiliza a voz de um ser inanimado “o futebol”, como uma metáfora para dizer que o regimento da câmera mudou em cima da hora. Por fim em (9), o autor cita seu próprio texto, dito anteriormente como forma de reafirmar seu argumento.

Quadro 37 - Verbos dicendi no AO8

AO8 – Rompa-Se o teto	
1	Faço aqui duas observações .
2	A pergunta a ser feita é se haveria como enfrentar a pandemia sem o "orçamento de guerra"
3	Não há como negar, como alega o governo , que os critérios de fixação do teto comportam alterações
4	O governo não apontou isso.
5	[...] o governo alega que o rompimento do teto em R\$ 90 bilhões é assimilável sem comprometer o teto

Fonte: Elaboração própria

Em (1) e (2), o autor utiliza a sua própria voz para trazer autoridade ao texto e construir seus argumentos. Nesse caso, o verbo dicendi foi utilizado para expressar os pensamentos do próprio articulista. Já em (3), (4) e (5), o autor apresenta a voz do governo, como uma maneira de criticar esse posicionamento, utilizando o verbo dicendi para mostrar o posicionamento de um agente externo, nesse caso, o governo.

A seguir analisaremos os verbos dicendi do AO9.

Quadro 38 - Verbos dicendi no AO9

AO9 – Governo Bolsonaro e os crimes contra a humanidade	
1	O relatório da CPI da Covid-19 apontou a prática de inúmeros delitos sob a responsabilidade do presidente e seus filhos, além de componentes do governo federal
2	[...] o relatório da CPI aponta para possível responsabilização.

Fonte: Elaboração própria

Neste artigo, encontramos apenas duas ocorrências com o verbo *dicendi*. Ambas as ocorrências são com o verbo “apontar” e possuem um sujeito externo inanimado “o relatório da CPI”. Esse apontamento é utilizado pelo articulista para confirmar seus argumentos.

Ao analisarmos os verbos *dicendi* percebemos que estes não apenas introduzem um discurso reportado, na verdade, eles conduzem a argumentação do articulista e a interpretação do leitor, uma vez que “reportar não é fundamentalmente reproduzir, repetir, é principalmente estabelecer uma relação ativa entre o discurso que reporta e o discurso reportado; uma interação dinâmica dessas duas dimensões.” (FARACO, 2008, p. 140).

Dos 44 verbos *dicendi* analisados, 12 ocorrências são representadas por verbos prototípicos como dizer (10), falar (1) ou afirmar (1) e os outros são constituídos por verbos não prototípicos. Assim, 75% das ocorrências pertencem a categoria de verbos não prototípicos.

Os verbos *dicendi* prototípicos, como *afirmar* e *dizer* são utilizados para introduzir e reforçar argumentos de forma direta e assertiva. Eles desempenham um papel persuasivo, conferindo credibilidade e autoridade ao autor. Por outro lado, os verbos *dicendi* não prototípicos, como *alegar*, são utilizados para transmitir argumentos de forma mais hesitante. Esses verbos são usados para apresentar argumentos mais sutis, permitindo uma maior abertura à discussão.

A utilização desses diferentes tipos de verbos *dicendi* reflete a estratégia argumentativa adotada pelos autores. Os verbos *dicendi* prototípicos reforçam a autoridade e a convicção do autor, enquanto os verbos *dicendi* não prototípicos buscam uma abertura à consideração de diferentes perspectivas e opiniões. Essas escolhas linguísticas contribuem para a construção da argumentação e para a persuasão do leitor.

A seguir analisaremos o quadro com os 44 verbos *dicendi* encontrados no *corpus* desta pesquisa.

Quadro 39 - Ocorrências com verbos *dicendi*

Verbos	DD (16)	DI (28)
Apontar		3
Alegar		2
Perguntar	1	
Observar	1	
Dizer	5	5
Defender		1
Discutir	1	
Prometer		1
Afirmar		1
Calar		1
Bradar	1	

Convocar	1	
Acatar		1
Declarar		2
Observar		
Chamar atenção		1
Criticar	1	
Corroborar		1
Reforçar	1	
Remeter		1
Declarar	1	
Se apoiar na ideia		1
Prever		1
Autorizar		1
Argumentar	1	1
Esgoelar		1
Falar		1
Pensar		1
Normalizar	1	
Chamar	1	1

Fonte: elaboração própria

Dizer é o verbo mais frequente nos dados usado para retratar tanto o discurso direto quanto o discurso indireto, representando o verbo prototípico da classe de verbos que emolduram o discurso do outro. Uma razão para a natureza não-marcada de *dizer* e sua predominância é que ele pode ser considerado pragmaticamente neutro, especialmente ao reportar o discurso de um sujeito externo. No entanto, encontramos nos dados ocorrências em que *dizer* exprime pensamentos do próprio articulista, como em *Digo de cara que, sim*. Neste caso, a intenção é se posicionar no texto já que se trata de um artigo de opinião.

No *corpus* analisado, 16 ocorrências ancoram-se no discurso direto e 28 no discurso indireto. Assim, percebemos que o DD cria um efeito de sentido de verdade, pois o texto está sendo exposto tal qual o original. Já o DI, por outro lado, imprime ao discurso relatado um caráter de subjetividade.

Quanto à argumentação, percebemos que os articulistas utilizam verbos dicendi como estratégias discursivas frequente para fundamentar e sustentar argumentos em seus artigos de opinião. Estes verbos ajudam a introduzir e citar fontes, concedendo maior credibilidade aos argumentos apresentados. Os verbos dicendi, como *afirmar, dizer, declarar*, entre outros, permitem que o autor transmita a voz de especialistas, evidências e exemplos concretos, reforçando o peso e a validade das suas afirmações.

Além disso, percebemos que a transitividade dos verbos dicendi também desempenha um papel importante na construção da argumentação. Ao selecionar os

complementos adequados para esses verbos, o autor pode reforçar a sua posição, dando ênfase aos argumentos. Por exemplo, ao utilizar o verbo *afirmar*, ainda que com baixa transitividade, como em "um ex-prefeito de Cocal (PI) *afirmou* a plenos pulmões e em praça pública ser homem digno por ter roubado menos que o atual.", o autor reforça a sua opinião, tornando-a mais assertiva e convincente.

Conforme discutido no capítulo 1, a tendência de orações com verbos dicendi é serem de baixa transitividade. Isso significa que os processos desencadeados pelos verbos dicendi não são dinâmicos e contribuem para compor a rede argumentativa do texto. Observamos as regularidades que caracterizam a organização e argumentação textual e aferimos a transitividade de 1 oração composta pelo verbo dicendi não prototípico: *esgoelar*, com base nos Parâmetros de Hopper e Thompson (1980). Dispomos a oração a seguir para análise.

- (1) Tenho me **esgoelado** de repetir aqui que o grosso deve vir de três áreas: dos espaços da receita já mencionados, da folha de pagamentos do setor público e da Previdência. (FSP, 28/11/2021) [artigo de opinião]

A sentença (1) possui sujeito agente e intencional, pois há uma ação representada pelo verbo *esgoelar*; empregado, pelo articulista, no sentido de gritar muito alto, ou ainda, dizer algo enfaticamente durante um período. Além disso, há dois participantes na oração, o verbo é não pontual e não perfectivo, o Objeto é não afetado e não individuado e a oração é afirmativa e *realis*. Embora a transitividade desta oração seja baixa, a carga semântica envolvida no verbo *esgoelar* demonstra que o autor busca chamar a atenção do leitor para seus argumentos. O intuito não é apenas expor uma opinião, mas convencer o leitor de que suas ideias são válidas.

O verbo *tenho* indica a ação de possuir ou deter algo e, nesse caso, é transitivo direto, pois requer um objeto direto para completar seu sentido. Nesse contexto, o objeto direto é a expressão *me esgoelado de repetir aqui*, onde *me* é um pronome reflexivo que indica que o sujeito (o autor do texto) é tanto o agente quanto o receptor da ação verbal. O pronome reflexivo *me* refere-se ao próprio sujeito, indicando que o autor está esgotando a sua voz, ou seja, se esforçando ao máximo para repetir alguma informação.

Sendo assim, a abordagem da transitividade verbal na perspectiva de Hopper e Thompson pode contribuir para a construção da argumentação em artigos de opinião de diversas maneiras.

A primeira contribuição está relacionada à identificação dos participantes envolvidos nas ações verbais. A transitividade verbal enfatiza a importância de identificar claramente quem realiza a ação (sujeito) e quem sofre a ação (objeto), ainda que a transitividade seja baixa, há uma transferência de ação entre os participantes. Essa clareza na identificação dos participantes facilita a construção de argumentos mais precisos e coerentes.

Além disso, a transitividade verbal pode ajudar a evidenciar as relações de causa e efeito presentes nos argumentos de um artigo de opinião, proporcionando uma estrutura lógica mais sólida. Ao analisar a transitividade, é possível identificar não apenas os sujeitos e objetos, mas também os processos verbais (ações), que podem expressar relações de causa e efeito entre diferentes eventos ou situações.

Outra forma como a transitividade verbal pode contribuir é através da seleção de verbos adequados para transmitir a opinião do autor. Verbos com alto grau de certeza ou probabilidade, por exemplo, podem fortalecer a argumentação, enquanto verbos ambíguos podem enfraquecer o argumento.

Além disso, a transitividade verbal também pode ser útil na construção de estratégias persuasivas. Ao analisar o tipo de verbo utilizado (ativo, passivo, ergativo, etc.), é possível transmitir diferentes atitudes e posturas em relação ao tema abordado. Por exemplo, com o uso de verbos dicendi o autor pode deixar claro que está apresentando diretamente sua opinião e construindo o argumento a partir de sua perspectiva.

Em resumo, a análise da transitividade dos verbos dicendi contribui para a construção da argumentação em artigos de opinião, proporcionando clareza na identificação dos participantes, evidenciando relações de causa e efeito e possibilitando estratégias persuasivas mais eficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar os aspectos organizacionais e argumentativos na constituição dos artigos de opinião. Para alcançar esse objetivo, três questões foram primordiais: Qual o papel que dos aspectos organizacionais (organização composicional, estilo e temática) e argumentativos na construção dos artigos de opinião? Como os verbos dicendi constituem estratégias discursivas utilizadas para fundamentar e sustentar argumentos em artigos de opinião? De que maneira a transitividade dos verbos dicendi contribui para construir a argumentação em artigos de opinião?

Como confirmação da nossa hipótese, os resultados apontaram que a organização composicional, estilo e temática desempenham papéis fundamentais na construção do projeto comunicativo dos artigos de opinião. Nesse sentido, esses elementos são indispensáveis na escolha da tese defendida, apresentação dos argumentos/contra-argumentos e da solução/avaliação.

O resultado da análise dos 9 artigos de opinião aponta uma constância na composição dos artigos, em relação aos elementos obrigatórios como: apresentação do problema e argumentos, havendo variação apenas na quantidade de argumentos selecionados por cada articulista. Em relação aos elementos não obrigatórios como: contextualização e retomada da posição inicial, poucos articulistas optaram por essa composição. Isso significa que cada articulista utiliza um “caminho” para convencer o leitor de seus argumentos. Assim, não podemos engessar a composição dos artigos de opinião, pois sua estrutura é conduzida dentro da necessidade comunicativa dos interlocutores.

Quanto aos aspectos argumentativos, analisamos os verbos dicendi nos textos selecionados, observamos que a transitividade tende a ser baixa. Isso significa que os processos desencadeados pelos verbos no geral não são dinâmicos e contribuem para compor a rede argumentativa do texto. Esses verbos representam vozes externas ao texto, no *corpus*, encontramos 44 ocorrências, a maioria delas com verbos não prototípicos. O fato dessas ocorrências nem sempre aparecem com verbos de dizer, mostra a capacidade metafórica que a língua proporciona aos falantes. O dinamismo e a fluidez da língua permitem ao articulista uma gama de possibilidade para construir sua argumentação.

Para além disso, observamos que, mesmo antes de escolher a maneira como a fala de outrem será incorporada ao texto são feitas escolhas sobre as fontes e sobre os trechos que serão trazidos ao conhecimento do leitor. Nesse processo, a fala de outrem, tirada de seu contexto original, é emoldurada e ressignificada, o que implica uma reconstrução subjetiva desse discurso, que tem por objetivo guiar o leitor de modo que este compreenda os acontecimentos relatados e se convença dos argumentos do autor.

Sendo assim, a análise proposta neste trabalho reafirma que a produção textual é uma atividade de interação que envolve indivíduos que atuam socialmente e orientam suas escolhas linguísticas para alcançar determinado fim, guiados, também, pelo contexto sociocomunicativo.

REFERÊNCIAS

- ABRAÇADO, J. Por que transitividade traço a traço? *In*: ABRAÇADO, J; KENEDY, E. **Transitividade traço a traço**. Niterói: UFF, 2014.
- ABRAÇADO, J; KENEDY, E. **Transitividade traço a traço**. Niterói: UFF, 2014.
- ADAM, J.-M. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi, Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2008.
- ADAM, J.-M. **Textos, tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019 Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- ALVES, R. M. **Transitividade e complementos verbais: teorias em confronto**. 2010. Tese (Tese em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- ANTUNES, I. **Muito além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ASSIS, E. F. **Iconicidade Lexical: o Insólito em Sombras de Reis Barbudos**. Dialogarts: Rio de Janeiro, 2017.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Ampl. E atual conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERNHARD, A. B; TOMAZZ, R. **Considerações a respeito do conceito de cultura na linguística sistêmico funcional e na teoria enunciativa: encontros e distanciamentos**. In. ROTTAVA, Lucia; NAUJORKS, Jane. **Linguística Sistêmico-Funcional: interlocuções na formação docente e no ensino**. Porto Alegre: Editora Instituto de Letras da UFRGS, 2016.

- BEZERRA, B. **Gêneros no contexto brasileiro**: questões [meta]teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BEZERRA, B. **O gênero como ele é (e como não é)**. São Paulo: Contexto, 2022.
- BHATIA, V. K. **Critical Genre Analysis**: Investigating interdiscursive performance in professional practice. London: Routledge, 2017.
- BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.
- BORBA, F. S.; DEZOTTI, J.D. **Crêterios para a identificaçãõ dos verbos de Açãõ-processo**. Estudos Linguísticos. Anais dos seminários do GEL, Bauru. v.10, p. 4-5, 1995.
- BRÄKLING, K. L. **Trabalhando com artigo de opiniãõ**: re-visitando o eu no exercício da (re)significaçãõ da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (Org.). A práctica da linguagem em sala de aula: praticando os PCN. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000, p. 221-247.
- BRITO, C. M. C. **A transitividade verbal na língua portuguesa**: uma investigaçãõ de base funcionalista. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.
- BUTT, D. et. al. **Using functional grammar**: an explorer’s guide. 2 ed. Sydney: Macquarie University, 2003.
- CAMACHO, R. G. **Estrutura argumental e funções semânticas**. In.: Alfa. São Paulo, 1999.
- CAVALCANTE, M. M. Facultatividade e omissãõ de complementos verbais. Revista Letras (UFC), Fortaleza, v. 19, n. 13, p. 13-24, 1997.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- CHAFE, W. L. **Significado e estrutura linguística**. Trad. De Maria Helena de Moura Neves. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1979.
- COELHO, K. C. Polaridade. In: ABRAÇADO, J; KENEDY, E. **Transitividade traço a traço**. Niterói: UFF, 2014.
- COMRIE, B. **Aspect**: An Introduction to the Study of Verbal Aspect and Related Problems. California: University Cambridge, 2001.
- COSTA, L. A. **Gêneros jornalísticos**. In: MARQUE DE MELO, J; ASSIS, Francisco. Gênero jornalístico no Brasil. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- COSTA, W. A. S. Agentividade e volitividade. In: ABRAÇADO, J; KENEDY, E. **Transitividade traço a traço**. Niterói: UFF, 2014.
- CRESWELL, J.W. **Research design**: qualitative and quantitative approaches. London: Sage publications, 1994. p.1-16
- CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- CUNHA, M. A. F.; SOUZA, M. M. de. **Transitividade e seus contextos de uso**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2011.

- CUNHA, M. A. F; COSTA, Marcos Antônio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In.: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; M OLIVEIRA, Mariangela Rios (orgs). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CUNHA, M. A. F; SILVA, M. A. **A gramaticalização do verbo ir: implicações para o ensino**. IN. CUNHA, Maria Angélica Furtado; TAVARES, Maria Alice. **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: EDUFRN, 2016.
- CUNHA, M. A. F; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DIK, C. S. **Some principles of functional grammar**. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) **Functionalism in linguistics**. Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 81-100.
- DU BOIS, J. W. **The discourse basis of ergativity**. *Language*, Baltimore, v. 63, p. 805-855, 1987.
- FARACO, C. A. **Linguagem e Diálogo: as ideias linguísticas no Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIVÓN, T. 1980. **The Binding Hierarchy and the Typology of Complements**. *Studies in Language* 4. 333-377.
- GIVÓN, T. **A functionaltypological introduction**. v. I e II, Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- GIVÓN, T. **Syntax**. v. I. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GUEDES, P. C. **Da redação escolar ao texto: um manual de redação**. Porto, 2022.
- HOPPER, P. THOMPSON, S. **Transitivity in grammar and discourse**. *Language*. 251-299, 1980.
- KAUFMAN, A. M. e RODRÍGUEZ, M. E. **Escola, leitura e produção de**
- KOCH. I. V. **Argumentação e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- LANGACKER, R. W. **Cognitive Grammar: a basic introduction**. New York: Oxford University Press. 2008.
- LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Linguistics**. v. 2, Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- LAROCA, M. N. C. Pontualidade. In: ABRAÇADO, J; KENEDY, E. **Transitividade traço a traço**. Niterói: UFF, 2014.
- LIMA, C. H. R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. **Manual de redação**: Folha de São Paulo. 5 ed. São Paulo: Publifolha, 2002

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.) **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 19-36/São Paulo: Parábola Editorial, p. 19-38, 2002.

MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MATTOS; SILVA, R. V. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

MOTTA-ROTH, D. **A dinâmica de produção de conhecimento**: teorias e dados, pesquisador e pesquisados. *Rev. Brasileira de Linguística Aplicada*. Belo Horizonte. v.3, n.1, p. 165-184, 2003.

NEVES, M. H. M. **A gramática escolar no contexto do uso linguístico**. Belo Horizonte: *Rev. Est. Ling*, v.10, n. 2, p.233-253, jul./dez. 2002.

NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Fundação editora da UNESP (FEU), 2004.

NEVES, M. H. M. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, M. M. C. **A Transitividade em evidência em notícias jornalísticas**: Um Olhar Funcionalista. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2002. questões teóricas e metodológicas. *Tubarão: Linguagem em (Dis)curso*. v. 4, n. 2, p. 415-440, jan/jun. 2004.

RODRIGUES, R. H. **Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana**: algumas

RODRIGUES, R. H. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem**: abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; ROTH, Desirée Motta. **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 154-183.

ROSENBLAT, E. **Critérios para a construção de uma sequência didática no ensino dos discursos argumentativos**. In: ROJO, R. H. R. **A prática de linguagem em sala de aula**: Praticando os PCN's. São Paulo: EDUC, Campinas: Mercado das Letras, 2000. p.185-206.

SABOYA, F. Participantes. *In*: ABRAÇADO, J; KENEDY, E. **Transitividade traço a traço**. Niterói: UFF, 2014.

SARDINHA, Tony Berber. **Linguística de Córpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SILVEIRA, M. I. M. **Análise de Gênero textual**: concepção sócio-retórica. Alagoas: EdFAL, 2005.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chamblis Hoffnagel (orgs.); tradução e adaptação de Judith Chamblis Hoffnagel;

revisão técnica Ana Regina Vieira et al. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009

BRONCKART, J.-P. **Atividades de linguagem, texto e discurso**: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 2006.

DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

ROJO, R. **Gêneros do discurso e gêneros textuais**: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 184-207, 2005.

SWALES, J. M. **Research Genres: Exploration and Applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SOUZA, M. M. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. Tese (Tese em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2006. **textos**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1995.

SOUZA, M; DIB, A. Aspectos e afetamento do objeto. *In*: ABRAÇADO, J; KENEDY, E. **Transitividade traço a traço**. Niterói: UFF, 2014.

VALE, H. C. Modo. *In*: ABRAÇADO, J; KENEDY, E. **Transitividade traço a traço**. Niterói: UFF, 2014.